



COORSAN



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
E SUSTENTABILIDADE 2018**



SU MÁRIO RIO



| | |
|---|-----------|
| RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E SUSTENTABILIDADE | 5 |
| DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 42 |
| NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 | 48 |
| RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 | 88 |
| RESUMO RELATÓRIO DE ATIVIDADES COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO | 95 |
| PARECER DO CONSELHO FISCAL | 97 |
| MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | 98 |

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO E SUSTENTABILIDADE 2018

Atendendo às disposições da legislação societária, normas aplicáveis e estatutárias, bem como ao disposto na Lei 13.303/2016, a Companhia Riograndense de Saneamento submete o Relatório da Administração e Sustentabilidade à apreciação dos acionistas e da sociedade.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Por mais de 50 anos, a Corsan vem sendo o braço executor das políticas públicas de saneamento no Rio Grande do Sul, com responsabilidade, constância e resiliência frente à alternância de cenários socioeconômicos vivenciada ao longo dos tempos. São compromissos pétreos da Companhia garantir água potável de qualidade nas torneiras de quase dois milhões de famílias, universalizar o acesso da população ao esgotamento sanitário, contribuir para a preservação do meio ambiente e para a promoção da saúde pública. São princípios da empresa a eficiência nos processos, a efetividade nos resultados, a transparência na gestão e a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Disposição, fôlego e coragem para honrar os compromissos, enfrentar os desafios e abrir caminho para o futuro jamais faltaram à Corsan. Nessa perspectiva, o Relatório da Administração e Sustentabilidade 2018 vem prestar contas à sociedade não apenas a respeito dos frutos colhidos no ano que findou, mas também das sementes lançadas e do solo preparado para os próximos anos.

Alguns destaques:

Água universalizada - como manter essa conquista? No último ano, foram investidos R\$ 100 milhões em melhorias nos sistemas de abastecimento, para garantir a regularidade e ampliar a oferta de água para a população. Um bom exemplo a destacar são as 60 mil famílias beneficiadas pelas melhorias realizadas em sistemas da serra e da região metropolitana.

Universalização em esgotamento sanitário - o que fazer para acelerar? Em 2018, foram investidos R\$ 200 milhões em esgoto na modalidade separador absoluto e, embora a maioria das obras esteja em andamento, foi possível ofertar 23 mil novas ligações no ano. Em paralelo, a Corsan estruturou uma Parceria Público-Privada inédita no estado, a qual garantirá recursos para universalizar o atendimento na região metropolitana em onze anos. Além disso, a Companhia investiu pesado na modelagem de alternativas menos dispendiosas do que o separador absoluto, como a solução individual, ideal para atender a regiões menos adensadas demograficamente.

Recursos para investir - onde prospectar em tempos de crise? Apesar de o país ainda sofrer o impacto da crise econômica e da conseqüente diminuição da oferta de dinheiro no mercado, a Corsan obteve sucesso na captação de recursos, efetivando a contratação de R\$ 360 milhões junto ao BNDES.

Otimização dos processos - onde é possível melhorar? Dentre as iniciativas de melhoria dos processos que pontuaram o ano de 2018, destaca-se o resultado positivo do projeto piloto de gestão de custos, cujo foco foi a adoção do custo referência como balizador para a elaboração orçamentária, e o resultado foi a economia de R\$ 1 milhão para o orçamento de combustíveis em 2019.

Transparência e conformidade - o que a sociedade espera da gestão pública? No último ano, consolidou-se a cultura da ética e da transparência na empresa, por meio da

adequação à Lei de Acesso à Informação – LAI, bem como das políticas de conformidade e integridade, gestão de riscos corporativos, governança, controles internos, relacionamento com fornecedores, distribuição de dividendos, etc. Esse comprometimento expressa a maturidade da organização no que diz respeito ao controle social, inspirando confiança aos investidores, aos consumidores e às partes interessadas.

1 - A CORSAN

Criada nos anos 1960 como uma das primeiras companhias públicas de economia mista do país, a Corsan tem como objeto a realização de estudos, projetos, construções, operações, exploração e ampliação dos serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário. O capital da empresa é aberto, e o controle acionário está a cargo do Estado do Rio Grande do Sul, detentor de 99,99% do capital social.



Figura 01: linha do tempo

Hoje, mais de **6 milhões de pessoas** bebem água da Corsan. Nas suas casas, no trabalho, na escola, nos espaços de convivência e utilidade pública. A Companhia está presente nas 25 bacias hidrográficas do estado, atende a 317 municípios com **96,5% de NUA** (Nível de Universalização de Água), contribui para a preservação dos recursos hídricos e tem o compromisso de promover a sustentabilidade socioambiental em cada região onde atua.

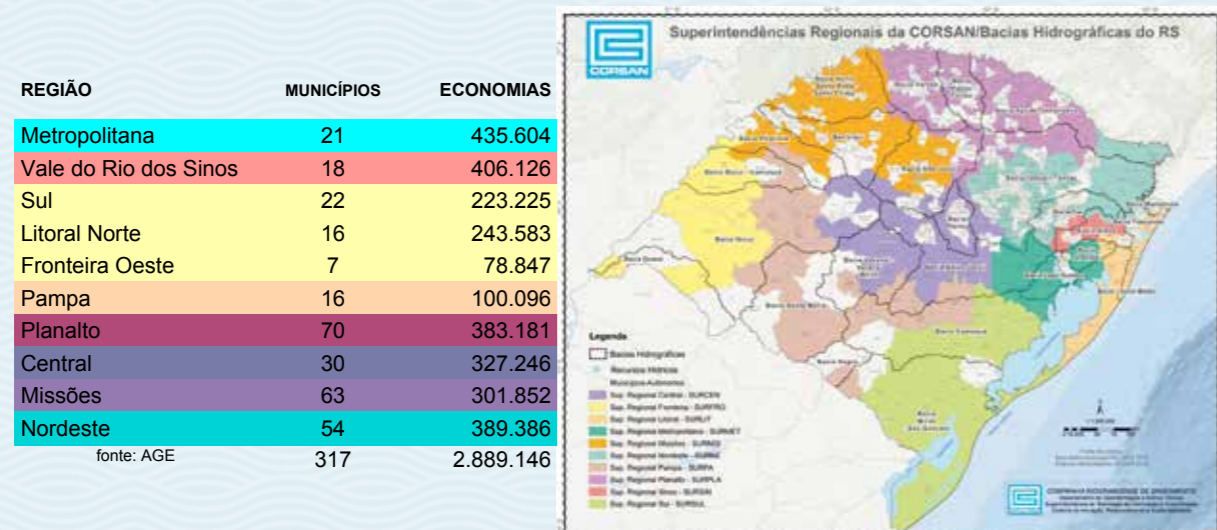


Figura 02: economias por regional

Com relação ao esgotamento sanitário, universalizar o acesso tem sido o principal desafio da empresa nos últimos anos. Se, por um lado, menos de 15% da população urbana está conectada à rede pública, por outro lado, as obras de infraestrutura e a pesquisa de soluções alternativas avançam a cada ano. A Corsan prospecta sistematicamente recursos financeiros e parcerias para suportar os pesados investimentos em sistemas do tipo separador absoluto nas regiões mais adensadas, ao mesmo tempo em que intensifica a modelagem dos sistemas misto e individual nas regiões com perfil socioambiental condizente.

1.1 - Estrutura Organizacional, Governança e Transparência

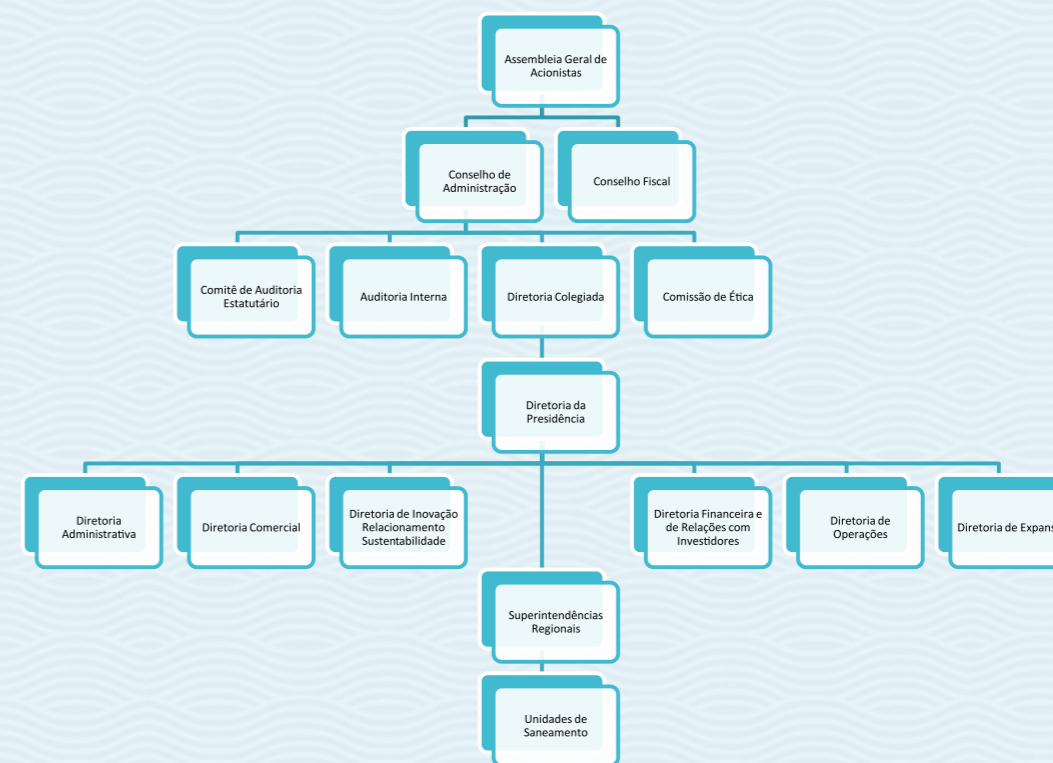


Figura 03: estrutura organizacional

Do ponto de vista da tomada de decisão sobre os negócios da empresa, a gestão hierarquiza-se a partir da Assembleia Geral de Acionistas, verticalizando-se nas instâncias do Conselho de Administração e da Diretoria Colegiada, ambos flanqueados pelos devidos órgãos fiscalizadores e de controle. A partir da Diretoria da Presidência, o poder decisório se horizontaliza em seis diretorias ao mesmo tempo autônomas e interdependentes.

No âmbito executivo, as deliberações das diretorias são conduzidas pelas respectivas superintendências funcionais. No entanto, a Diretoria da Presidência transcende o corporativo e, além das funcionais, conta com dez superintendências regionais cujo propósito é articular as vocações das diferentes regiões do estado (litoral, fronteira oeste, centro, missões, metropolitana, sul, serra, planalto médio, pampa e rio dos Sinos) buscando o equilíbrio do sistema na sua integralidade. Dessa configuração regionalizada decorre a interiorização da execução das políticas da empresa. Todos os atos da gestão convergem para os municípios, onde se situam as Unidades de Saneamento. Lá os serviços são efetivamente prestados, as rotinas comerciais e operacionais são executadas, e os usuários são atendidos.

Quanto à governança corporativa, o modelo adotado pela Corsan tem como referência as boas práticas estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e pela Bolsa

Brasil Balcão - B3, atendendo aos requisitos da legislação vigente, em especial à Lei Federal 13.303/2016 - Lei das Estatais. Sob essa perspectiva, a Companhia vem utilizando um conjunto de mecanismos de incentivo e controle para assegurar que as decisões da Administração sejam tomadas em linha com o planejamento estratégico, observando os princípios da governança, da transparência, da equidade, da prestação de contas (*accountability*) e da responsabilidade corporativa. Como exemplo, cabe sublinhar a configuração do Comitê de Auditoria Estatutário, composto por três integrantes externos à empresa, independentes, recrutados por meio de edital público, no cumprimento dos requisitos técnicos e de integridade.

De acordo com o que prescreve a Lei das Estatais, a Corsan adota estruturas autônomas, porém interdependentes, de auditoria interna, gestão de riscos, controles internos e *compliance*. No que se refere à auditoria interna, são auditados os atos das diretorias e respectivas unidades organizacionais, bem como da Fundação Corsan. A gestão de riscos e controles internos identifica os principais riscos à consecução dos propósitos corporativos e estabelece normativas e propostas de reformulação estrutural da Companhia. No tocante à *compliance*, o foco consiste em consolidar o Programa de Conformidade em todos os níveis da organização.

Desde a implementação da governança corporativa na Corsan, muito se avançou em termos de diretrizes para melhoria contínua dos produtos e processos. Os frutos dessa caminhada podem ser percebidos nas principais políticas instituídas na empresa até aqui.



Figura 04: políticas da empresa

ÉTICA E INTEGRIDADE

Visando a implantar mecanismos e procedimentos internos de integridade previstos na Lei Federal 13.303/2016, e em aderência às boas práticas de Governança Corporativa, a Corsan elaborou a Política de Conformidade e Integridade, aprovada pelo Conselho de Administração. A Política consiste inicialmente na implementação de diretrizes e procedimentos de combate à corrupção e na apuração de denúncias e irregularidades. Entre as ações do Programa de Integridade, destacam-se a criação do Código de Conduta Ética Profissional da Corsan, da Comissão de Ética e do Canal de Denúncias.

A Política de Conformidade e Integridade, aliada aos demais instrumentos de controle interno da Companhia, contribui de forma efetiva para a identificação e mitigação de riscos de atos lesivos praticados contra a empresa, tais como desvios, fraudes e irregularidades. O instrumento aplica-se a todos os colaboradores, administradores e conselheiros da Companhia, bem como aos fornecedores, prestadores de serviços, autoridades públicas, representantes de agências reguladoras, enfim, ao universo de *stakeholders* da organização.

O canal de comunicação com a Comissão de Ética está disponível no e-mail comissaodeetica@corsan.com.br, para o encaminhamento de denúncias, com garantia de anonimato e independência nas apurações. Também se encontra em fase final de implantação a nova ferramenta Central de Manifestações, via adequada para que os cidadãos encaminhem notícias de atos ou condutas contrários à ética e/ou à lei.

Além da Política de Conformidade e Integridade, o Código de Conduta Ética é um instrumento que visa a nortear os empregados e partes interessadas quanto aos valores morais e éticos estabelecidos pela Corsan. A exigência do cumprimento ao disposto em tais instrumentos é estabelecida nos editais de licitação e nos contratos celebrados com a Companhia.

A Comissão de Ética da Corsan foi criada em 2016, sendo responsável por zelar pela atualização, aplicação, apuração e divulgação do Código. Atua também como órgão consultivo da direção da Companhia e, de forma educativa, orientando sobre comportamentos éticos e possíveis implicações pela não observância das regras que devem prevalecer nas relações interpessoais. As solicitações de orientação são dirigidas à Comissão por meio do e-mail comissaodeetica@corsan.com.br, do link disponível no site da Empresa, de ligações telefônicas e por carta. Além disso, quando necessário, outros canais de comunicação, como a Central de Informações e o Fale Conosco, repassam denúncias à Comissão, de forma identificada ou anônima.

TRANSPARÊNCIA

Lei de Acesso à Informação - www.corsan.com.br: A Corsan disponibiliza sistematicamente em seu site todas as informações previstas na Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, bem como outros dados de interesse público de acordo com as melhores práticas de conformidade e transparência adotadas no mercado. Trata-se de um amplo conjunto de informações que abrangem instrumentos e políticas de gestão da empresa; indicadores econômico-financeiros e demonstrações contábeis; normativos de interface com o consumidor, gastos com pessoal e pagamentos efetuados; acompanhamento de processos administrativos, programas, ações e projetos estratégicos, respostas a perguntas frequentes da população, etc.

Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS - www.snis.gov.br: Vinculado à Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, este é o maior portal de informações do setor de saneamento do país. A Corsan fornece anualmente ao SNIS dados de caráter operacional, gerencial, financeiro e de qualidade relativos aos serviços de água e esgoto.

Acordo de Resultados do Governo do Estado do RS: Instrumento utilizado para estabelecer e monitorar os compromissos dos órgãos de governo, representados por ações planejadas, indicadores e metas a serem cumpridos anualmente. Em 2018, a Corsan foi avaliada por meio de um conjunto de 15 indicadores, cujo monitoramento deu-se em ciclos bimestrais, totalizando cinco ciclos no ano.

1.2 - Indicadores Econômico-Financeiros: externalidades e desempenho

O ano de 2018 foi marcado por externalidades que exerceram impacto no desempenho econômico-financeiro da Corsan. Embora a receita bruta direta tenha apresentado crescimento, este não foi suficiente para sobrepujar fatores como a variação dos preços da energia elétrica devido à incidência de bandeiras tarifárias, impactando o segundo maior custo de exploração da empresa; bem como o comportamento da taxa de juros sobre a provisão para benefício pós-emprego.

Ainda no domínio das externalidades, mais um exemplo a sublinhar é a baixa adesão dos usuários ao sistema de esgoto, a qual gera defasagem entre o custo fixo dos sistemas disponíveis e a respectiva receita marginal. Em contrapartida, ante o compromisso da universalização, a empresa implantou a cobrança pela disponibilidade a título de política de incentivo à conexão, cujo efeito prático poderá ser avaliado com mais precisão no exercício de 2019, visto que o processo está sob efeito dos prazos normativos.

O enfrentamento desses e outros fatores levou a Companhia a adequar sua estratégia em diversas frentes, desde a busca de alternativas de efficientização energética até a remodelagem de fundos municipais de gestão compartilhada no sentido de tornar esses instrumentos mais consistentes com a urgência da universalização em esgotamento sanitário. Esta última iniciativa, não obstante tenha gerado desembolsos iniciais maiores, acarretará duplo benefício: economia a longo prazo com a redução de aportes futuros e mais celeridade na universalização.

Por outro lado, ainda que a Corsan tenha o *status* de executora das políticas públicas de saneamento do estado, as obrigações e responsabilidades exclusivamente inerentes a essa condição não foram suficientes para impactar de forma significativa o resultado do exercício de 2018.

Consideradas as externalidades, a condição de agente público e a capacidade de resiliência da empresa, os principais indicadores econômico-financeiros da Corsan são apresentados em um espectro mais amplo neste relatório: de 2015 a 2018.

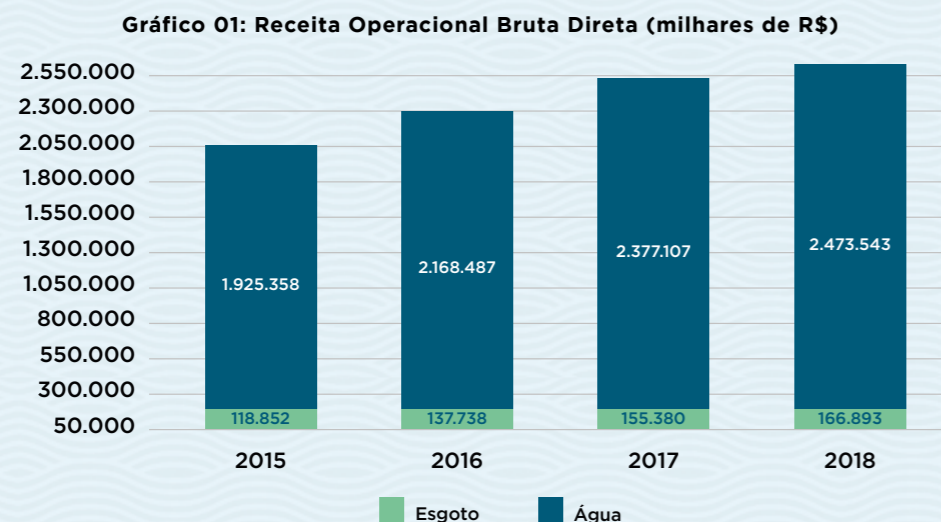
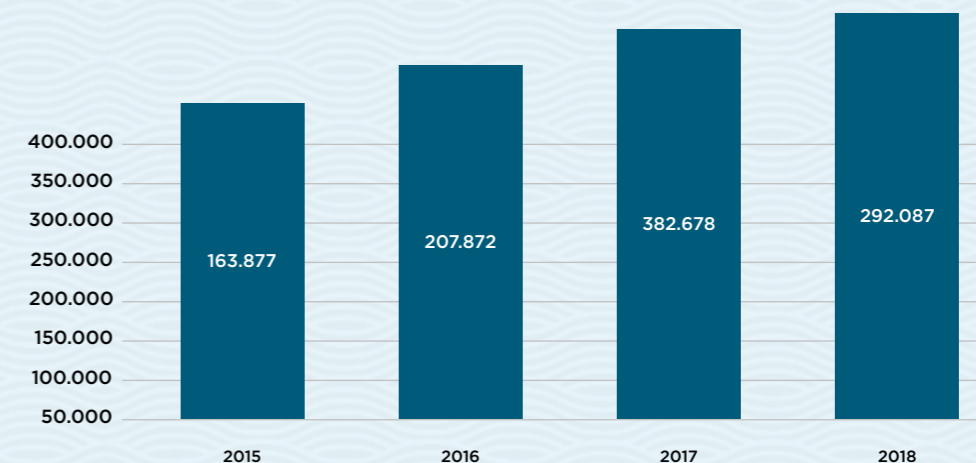


Gráfico 02: Lucro Líquido (milhares de R\$)



Composição do LAJIDA (milhares de R\$)

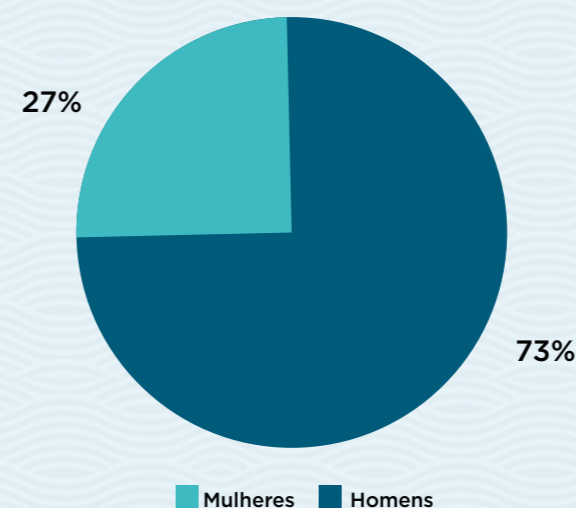
| | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|--|----------|-----------|-----------|-----------|
| Lucro Antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda | 220.072 | 254.784 | 505.919 | 387.672 |
| (+) Despesas Financeiras | 95.336 | 75.536 | 75.870 | 60.552 |
| (-) Receitas Financeiras | (90.291) | (119.633) | (116.330) | (104.198) |
| (+) Depreciações e Amortizações | 96.918 | 105.443 | 118.298 | 128.553 |
| LAJIDA | 322.035 | 316.130 | 583.757 | 472.579 |
| Margem Líquida (Lajida/Receita Operacional Líquida) | 15,48% | 13,39% | 22,76% | 17,54% |

Tabela 01: LAJIDA

1.3 - Indicadores Sociais: a força da Corsan está nas pessoas

A força de trabalho é um dos maiores patrimônios da Corsan, pois a presença diária da Companhia nas vidas dos usuários é indissociável da ação humana, mesmo que remota e imperceptível no mais das vezes. Ainda que fazer saneamento implique oferecer à população infraestrutura de instalações e equipamentos, e que muitos processos sejam automatizados, a mão humana é determinante para dar cadência adequada à máquina. O olhar humano é fundamental para avaliar e decidir diante da multiplicidade de variáveis sociais, econômicas e ambientais que se impõem a todo instante, *no aqui e agora*.

Gráfico 03: Empregados por gênero 2018



Hoje os 5.900 homens e mulheres que trabalham na Corsan, na maioria usuários dos serviços da Companhia nas cidades onde vivem, têm sob sua responsabilidade desde a operação de estações de tratamento e laboratórios até a manutenção da infraestrutura, a execução das obras de universalização, o relacionamento com o cliente, a pesquisa e o desenvolvimento de soluções sustentáveis para as mais diversas comunidades. Isso demanda anos de preparo e uma vida de comprometimento.

Mais do que dedicar tempo de vida e conhecimento para construir uma carreira, quem trabalha na Corsan incorpora a missão de cuidar de quase 3 milhões de famílias, dentre as quais, quase sempre a sua própria.

Gráfico 04: Empregados por grau de instrução 2018

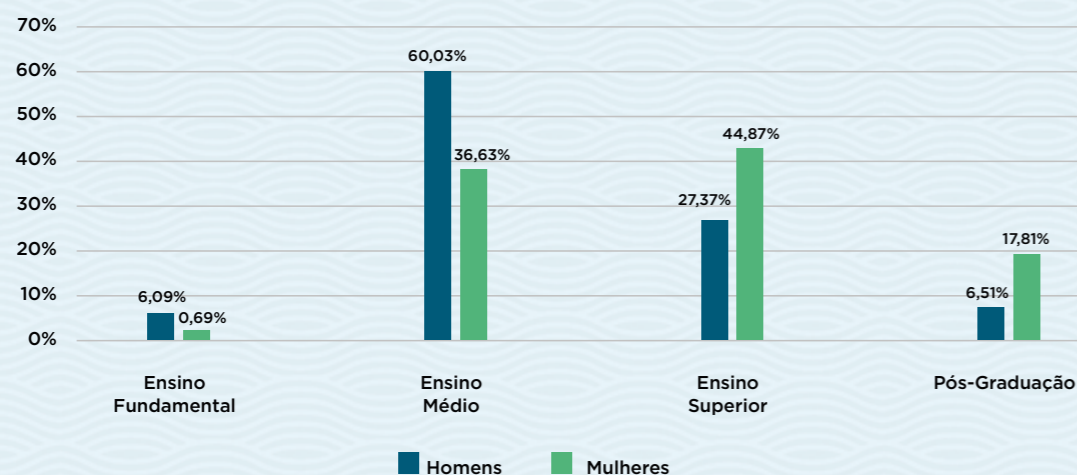
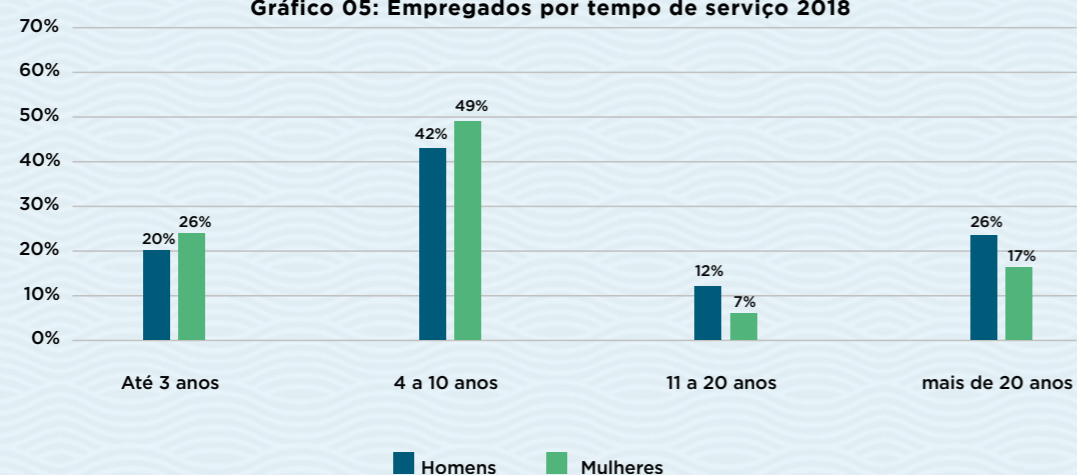


Gráfico 05: Empregados por tempo de serviço 2018



GESTÃO DE PESSOAS E DO CONHECIMENTO

A política de gestão de pessoas da Corsan está assentada no respeito à individualidade e ao coletivo, na compatibilização com as estratégias do negócio e no incentivo a trajetórias profissionais que agreguem vantagens competitivas para a Companhia. Com esse propósito foi implementado o *Quadro dos níveis de complexidade das atribuições e responsabilidades*, um novo marco na progressão profissional, valorizando competências e resultados. Foram estabelecidas complexidades para diferentes grupos de acordo com as principais atividades que o empregado realiza no seu dia a dia. Após a etapa de autoavaliação, as competências são validadas por uma comissão de certificação, cujo processo se destaca pelo formato participativo e transparente. A certificação iniciou-se em 2018 e será concluída em 2019.

Trilha de desenvolvimento: a partir das competências específicas das áreas e das competências transversais da empresa, alinhadas aos cargos e à matriz de educação corporativa, as trilhas de desenvolvimento orientam o aprendizado do empregado. Nesse sentido, os conteúdos têm três tipos de abordagem: a teoria, a habilidade e a autonomia. O objetivo é formar um profissional atento e capaz de analisar o contexto do mercado, prospectando e promovendo as mudanças internas, a cidadania corporativa e as competências essenciais para o sucesso do negócio em todos os níveis da organização. É o caminho flexível para a constante qualificação e para a construção do trajeto até o atingimento dos objetivos da Companhia.

Portal da Universidade Corporativa: canal de acesso e repositório de toda a gestão do conhecimento da empresa. Por meio desse canal, o funcionário terá acesso à sua trilha de desenvolvimento, aos programas, cursos e conteúdos disponibilizados no formato de ensino a distância, chats, fóruns de debates, pesquisa ao acervo literário e demais informativos. Integrado ao processo sucessório da empresa, o profissional poderá se preparar para novas funções de confiança. Além disso, ações de desenvolvimento e gestão do conhecimento no nível da cadeia de valor onde a empresa está inserida poderão ser promovidas através do portal, alcançando usuários, fornecedores e demais partes interessadas.

2 - RELACIONAMENTO COM O CLIENTE: A CORSAN MAIS PERTO, MAIS ÁGIL, MAIS FÁCIL

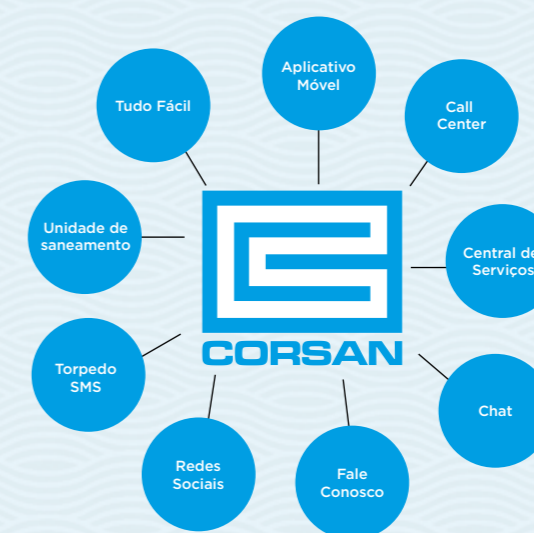


Figura 05: canais de relacionamento

Unidades de Saneamento nos municípios: principal posto de atendimento presencial da Corsan, onde todo atendimento realizado gera protocolo, proporcionando segurança e acompanhamento da demanda pelo usuário nos diversos canais de relacionamento. Além disso, as 40 maiores Unidades dispõem de sistema de gerenciamento de filas, para mais agilidade e comodidade da população. Mesmo não prestando serviços na capital, a Companhia mantém um posto de atendimento presencial para os seus clientes na **Central Tudo Fácil** do Governo do Estado, situada no Centro Histórico de Porto Alegre.

Call Center: disponibiliza atendimento à população 24 horas por dia, sete dias por semana, pelo telefone 0800 646 6444. Esse número é acessível gratuitamente para telefones fixos e móveis de todo o estado do Rio Grande do Sul.

App Corsan para smartphones: atendimento facilitado, com diversas funcionalidades tais como visualização das faturas pendentes e o código de barras para pagamento; situação do abastecimento; informação de falta d'água no imóvel; informação de vazamentos de água ou esgoto; histórico de solicitações e protocolos, etc.

O site Oficial da Corsan - www.corsan.com.br:

- **Central de Serviços:** emissão da segunda via da fatura, laudos da qualidade da água distribuída, certidão negativa de débito, acompanhamento de solicitações, situação de abastecimento, perguntas frequentes, entre muitos outros serviços.
- **Chat:** atendimento em tempo real por meio de bate-papo, com comodidade e acessibilidade para deficientes auditivos.
- **Fale Conosco:** atendimento via formulário específico, enviado automaticamente para a área de relacionamento com o cliente e gerando um número de protocolo.
- **Projeto Cards:** *folders* virtuais, publicados no site e nas redes sociais oficiais da Corsan, oferecendo conteúdo útil para os clientes, confeccionado a partir da análise de diversos atendimentos realizados nos canais de relacionamento.
- **Carta de Serviços:** contém todos os serviços prestados pela Companhia, as formas de acesso a esses serviços, os compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.

Redes sociais oficiais da Corsan: permitem que os usuários revelem seus gostos e necessidades e que a empresa tenha uma boa compreensão das demandas atuais do setor, atingindo um segmento diferente daquele que utiliza os demais canais de relacionamento.

Torpedo SMS: mensagem de texto via celular que gera agilidade para disseminação de informações sobre interrupção de abastecimento de água, comunicados sobre serviços, dicas, avisos de débitos e *status* das solicitações realizadas.

PRESEÇA NAS COMUNIDADES

Operação Verão: a tradicional mobilização da Corsan para oferecer serviços de qualidade a moradores e veranistas do litoral gaúcho contempla uma série de ações especiais: reforço das equipes, ampliação do horário de atendimento nas unidades, instalação e manutenção de chuveirinhos nas praias, apoio a projetos culturais, esportivos e de lazer, etc. Muitos são os balneários beneficiados: Litoral Sul, Litoral Norte, Costa Doce, entre outros.

Semana da Água: durante a Semana Estadual e Interamericana da Água, que ocorreu de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018, a Corsan promoveu diversos projetos e atividades ambientais em municípios de todo o estado. Com o tema *ÁGUA SEGURA = VIDA SAUDÁVEL. Esgoto tratado, água protegida*, a Semana foi oficialmente aberta no município de Santo Ângelo, com o Festival Boas Ideias.

Jovens Embaixadores do Saneamento: realizado no sítio Quinta da Estância, no município de Viamão, o projeto beneficiou dez mil estudantes de escolas públicas estaduais e municipais de Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Eldorado do Sul, Esteio, Gravataí, Guaíba, Sapucaia do Sul e Viamão. O propósito da ação foi sensibilizar os jovens para a importância do saneamento e o papel de cada indivíduo na preservação dos recursos hídricos.

Desafio de Inovação: em parceria com a Procergs e o Instituto de Pesquisa Científica da PUCRS - Tecnopuc, a Corsan promoveu um evento inédito no setor público gaúcho: reuniu pessoas de diferentes áreas do conhecimento, durante uma jornada de doze horas, com o

objetivo de refletir sobre o futuro do saneamento e o impacto das soluções tecnológicas na prestação de serviços públicos, compartilhar ideias criativas e construir soluções inteligentes do ponto de vista do relacionamento da Companhia com a sociedade. Como resultado, serão desenvolvidos os projetos *Burocracia ralo a baixo* e *Corsan mais perto*, ambos voltados para simplificar a interface da empresa com os usuários.

3 - SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: MAIS DO QUE POLÍTICA, COMPROMISSO

3.1 - O meio ambiente como responsabilidade de cada um

A sustentabilidade tem como ponto de partida uma perspectiva holística das necessidades humanas, baseada em ações do presente que não afetem negativamente o futuro, respeitando as condições essenciais à vida com qualidade e dignidade. A sustentabilidade socioambiental, por sua vez, fundamenta-se em três eixos interdependentes: o meio ambiente, a sociedade e a economia. A responsabilidade de manter coesa essa inter-relação está inscrita nos valores da Corsan, na identidade organizacional da empresa, refletida em cada produto entregue, em cada serviço prestado.

A essência da sustentabilidade, no entanto, não se limita aos produtos e serviços que a Companhia entrega para a sociedade. A própria empresa, os seus processos, os empregados e gestores, tudo faz parte de um mesmo coletivo, da construção cotidiana de uma solidariedade que nasce primeiro dentro de casa para depois chegar a todos os cantos do estado. Para tornar mais tangível essa práxis, canalizando-a para objetivos mais efetivos, instituiu-se a Política da Sustentabilidade Socioambiental da Corsan, aplicável não apenas ao público interno, mas também a clientes, fornecedores, pessoas e instituições que tenham interface com a empresa. As responsabilidades abrangem toda a estrutura organizacional, desde o Conselho de Administração e a Diretoria até as Superintendências Regionais e as Unidades de Saneamento.

No horizonte tanto do longo quanto do curto prazo, são nítidos os benefícios da institucionalização da sustentabilidade socioambiental: a promoção sistematizada de atividades de educação para práticas sustentáveis dentro e fora da empresa; a disseminação dessa cultura e da responsabilidade das partes envolvidas; o consequente enraizamento do conceito de sustentabilidade.

RECICLAGEM E LOGÍSTICA REVERSA DE RESÍDUOS

Cada vez mais a Corsan se volta para a gestão responsável dos resíduos gerados pelos seus processos produtivos e de apoio, investindo em pesquisas sobre reaproveitamento, reciclagem e reutilização de materiais. O cuidado com o meio ambiente se reflete nas rotinas da empresa: as lâmpadas fluorescentes são enviadas para descontaminação e reciclagem, os resíduos eletroeletrônicos são destinados a empresas recicladoras especializadas, vidros inservíveis são encaminhados para reciclagem, materiais metálicos sucateados (motores bomba, quadros de comando, transformadores, tubos, válvulas, etc.) são entregues para reciclagem do metal. Quanto ao lodo produzido nas estações de tratamento de água e de esgoto, têm sido realizados estudos para gerenciá-lo de forma mais sustentável, inclusive aproveitando os efluentes tratados para usos mais nobres.

Além dos próprios processos, a Companhia é responsável pelos fornecedores e prestadores

de serviços quanto à adequada destinação dos resíduos. Por isso, nos editais de licitação é determinado que seja obedecida a legislação ambiental vigente e que seja apresentada a comprovação de locais devidamente licenciados para a disposição final. Nessa esteira, é utilizada a engenharia reversa na destinação dos hidrômetros inservíveis, com foco na redução do impacto ambiental e na geração de retorno financeiro. A entrega das carcaças metálicas gera abatimento na aquisição de novos medidores, e os fornecedores, por sua vez, comprometem-se em reciclar todos os componentes dos equipamentos, apresentando certificado de coprocessamento.

Simples na sua execução, mas essenciais para a sustentabilidade ambiental, inúmeras outras ações são realizadas rotineiramente pelos empregados e visitantes de todas as unidades organizacionais da Corsan. Desde a separação e destinação adequada do lixo até a configuração das impressoras para utilização de frente e verso da folha, muitos são os exemplos individuais que refletem uma postura de comprometimento com a qualidade dos espaços de convivência e seu entorno.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E TRABALHO TÉCNICO SOCIAL

A educação ambiental é uma prática cada vez mais consolidada na Corsan, disseminada nas unidades organizacionais da empresa por meio de atividades internas e externas dedicadas a todas as faixas etárias. Hoje dezenas de funcionários estão capacitados e motivados para realizar ações que vão desde visitas guiadas a estações de tratamento até palestras em escolas e espaços públicos, beneficiando crianças, adolescentes e adultos, técnicos e leigos, cidadãos das mais diversas esferas da sociedade. Em cada interação, são consideradas as características da localidade, são valorizados os cidadãos e seus hábitos regionais, para que a cultura da sustentabilidade tenha alicerce no sentimento de pertencimento à comunidade. Os principais temas abordados nos eventos dizem respeito ao consumo de água tratada, ao uso racional, à nobreza e à finitude desse bem, assim como à importância do adequado tratamento do esgoto.

No âmbito das obras de implantação e ampliação de sistemas de água e de esgoto, é desenvolvido o Trabalho Técnico Social junto às comunidades beneficiadas, com o propósito de preparar as populações para receber e usufruir dos benefícios do saneamento de forma consciente e cidadã. A ação se dá em três momentos distintos: antes do início das obras, para conhecer a comunidade beneficiária; durante as intervenções de engenharia, para informar a população sobre o andamento e a importância da obra para a saúde e o meio ambiente; após a conclusão e funcionalidade das obras, buscando sensibilizar as pessoas para a efetivação das ligações.

Em 2018, foram realizadas 455 atividades, envolvendo diretamente 22 mil pessoas em 30 municípios.

GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

Para fins de gestão de recursos hídricos, o Rio Grande do Sul divide-se em três regiões hidrográficas: Região do Uruguai, Região do Guaíba e Região do Litoral. Essa segmentação é determinada de acordo com o relevo, que separa geograficamente as regiões conforme o escoamento da água superficial. As regiões foram posteriormente subdivididas em 25 bacias hidrográficas, com a finalidade de facilitar a gestão ao delimitar uma região menor, favorecendo as características únicas de cada local.

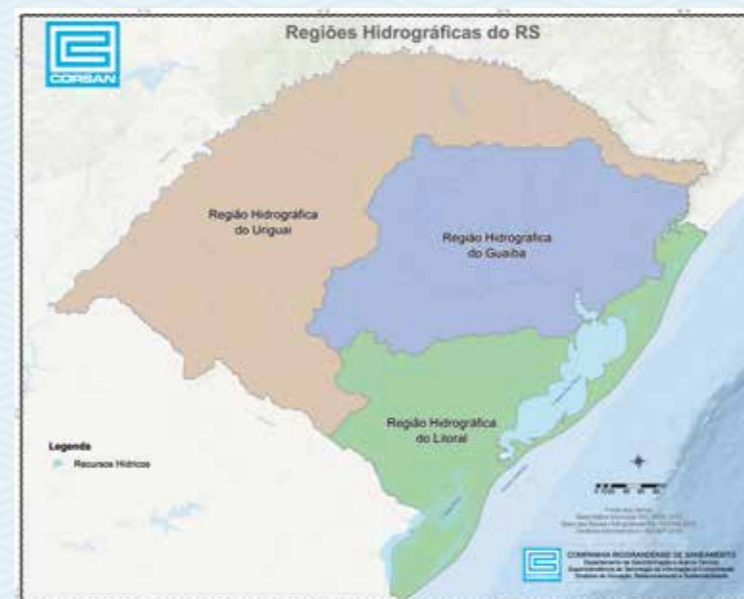


Figura 06: regiões hidrográficas RS

de partilha de uso da água e atividades pertinentes à despoluição. As decisões são tomadas com base na votação de representantes da população, os quais dão voz aos usuários em geral, a organizações da sociedade civil e ao poder público. A Corsan conta com 55 representantes nos comitês, os quais participam das reuniões dos colegiados e de grupos de trabalho específicos.

Além da presença nos Comitês de Bacia, a Companhia desenvolve continuamente ações conjuntas com os diversos entes do estado voltados para o uso sustentável dos recursos hídricos. Merece destaque a ação institucional junto à então denominada Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) no que se refere à previsão do tempo, o que vem auxiliando a Corsan a se precaver em situações de estiagem. Além disso, cabe sublinhar a mobilização da empresa para que as legislações que disciplinam a conduta do abastecimento continuem sob a responsabilidade do estado.

Também os avanços tecnológicos contribuem para a gestão dos recursos hídricos. Nesse horizonte de pesquisa, a Corsan vem desenvolvendo projeto de aquisição de softwares específicos para o processamento de informações hidrogeológicas, uma vez que grande parte do abastecimento de água no estado se dá por meio de águas subterrâneas. Além disso, a empresa conta com equipamento de perfilagem ótica, poderosa ferramenta para tomada de decisões técnico-operacionais na gestão de poços.

3.2 - Tarifa Consumo: estímulo ao uso racional da água

Operar sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário dentro dos padrões de qualidade exigidos pela legislação e pelo mercado, remunerar acionistas, realizar investimentos para universalização, enfim, todos os esforços para que a sociedade tenha acesso ao saneamento dependem essencialmente da tarifa. Mas, além do equilíbrio econômico financeiro da empresa, a cobrança por serviços como o abastecimento de água, por exemplo, tem o condão de sensibilizar o cidadão para o uso racional e para o controle do próprio consumo, evitando o desperdício de uma reserva finita ainda que natural.

Em nome dessa sustentabilidade ao mesmo tempo econômica e ambiental, a Corsan pratica a tarifa consumo composta, segundo a qual cada usuário paga conforme o volume de água que consumir.

O modelo é composto, pois se constitui de uma parcela variável e uma invariável:

- Denomina-se Serviço Básico a parcela invariável, a qual se destina à cobertura dos custos de manutenção da infraestrutura necessária para que o usuário tenha água onde e quando necessitar (estações de tratamento, redes de distribuição, pontos de atendimento, etc.).
- A parcela variável, por seu turno, subdivide-se em Serviço de Água, Serviço de Esgoto e Disponibilidade do Sistema de Esgoto. Os valores de ambos os serviços e da disponibilidade são determinados de acordo com o consumo de água medido no imóvel, pois, quanto maior o volume, maior o gasto com insumos para a produção/tratamento/distribuição da água e coleta/tratamento do esgoto.

A parcela variável da tarifa é um poderoso instrumento a serviço do consumo consciente, pois o controle sobre o que paga está nas mãos do usuário. Além disso, para coibir eventual desperdício, são aplicados exponenciais crescentes sobre os consumos excessivos desde que injustificados.

Por outro lado, para que a tarifa consumo cumpra o seu papel, a universalidade e a acuidade da micromedição são essenciais. Não basta que todas as ligações ativas estejam hidrometradas, é vital investir sistematicamente no adequado dimensionamento e na manutenção preventiva/corretiva do parque de hidrômetros. Quanto à manutenção corretiva, são substituídos os aparelhos danificados e/ou violados à medida que as ocorrências se apresentam na rotina das Unidades de Saneamento. Quanto à manutenção preventiva, todo medidor que atinge a idade de cinco anos de uso passa a fazer parte do programa de renovação do parque (padrão de vida útil segundo a portaria 246/00 do INMETRO). Entre 2015 e 2018, foram investidos **R\$ 86 milhões** na aquisição de **1,4 milhão de hidrômetros**, destinados à instalação em novas ligações e à substituição de equipamentos em uso há mais de cinco anos.

Além do parque de hidrômetros, a Corsan investe constantemente na qualidade da leitura, cuja eficiência ultrapassa os 98% (a quebra ocorre devido a impossibilidades como cão feroz, portão fechado, etc.), bem como na segurança das informações coletadas nos quase dois milhões de imóveis visitados por mês. O processo de leitura, emissão e entrega da fatura ao cliente, automatizado e simultâneo desde 2002, migrou em 2018 da tecnologia *MobyLe EDA - Enterprise Digital Assistant para Android Tablets*. A modernização oferece aos agentes de campo um equipamento mais moderno, amigável e de fácil utilização, bem como possibilita à gestão desenvolver novas ferramentas de controle, garantindo a segurança dos dados registrados e a confiabilidade dos processos.

3.3 Segmentação da carteira de clientes: equilíbrio, inclusão e fomento

Em torno de 90% das economias atendidas pela Corsan são residências. No entanto, por uma questão de modicidade, é preciso que a tarifa seja a mais aderente possível às particularidades dos principais perfis de atividade socioeconômica. Nesse sentido, a estrutura tarifária da Companhia estratifica-se em três categorias: **Social, Básica e Empresarial**.

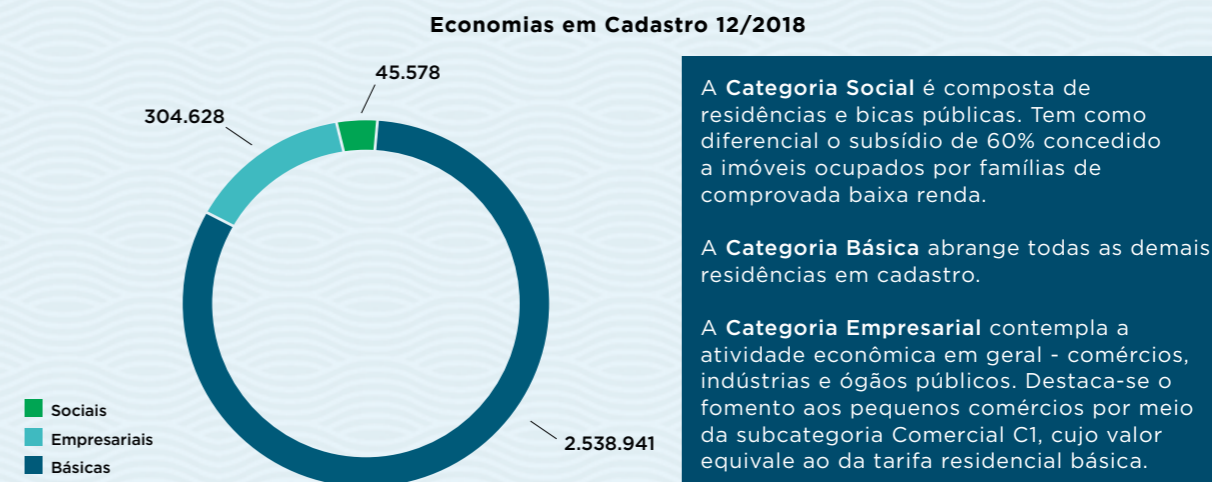


Figura 07: economias em cadastro (fonte CCG)

De acordo com a fotografia do cadastro em dezembro de 2018, menos de 2% das residências enquadram-se em perfil socioeconômico condizente com a necessidade de subsídio social. Por outro lado, 50% das economias da categoria empresarial preenchem os parâmetros para C1. Restringindo o universo à atividade comercial, os subsidiados crescem para 60%, o que evidencia o sucesso dessa política de incentivo ao empreendimento de pequeno porte, cuja principal contribuição para a sociedade é a geração de empregos.

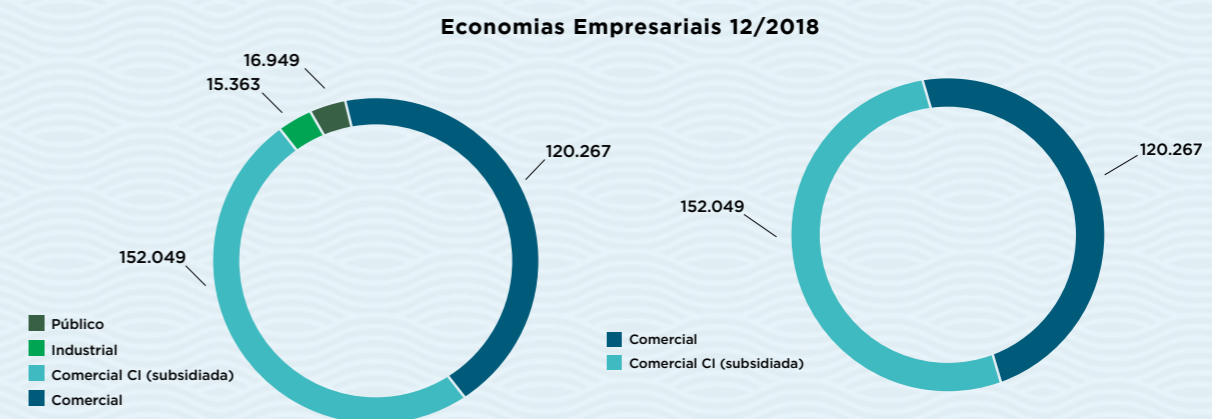


Figura 08: economias empresariais (fonte CCG)

É fato que a categorização da base de clientes equilibra a diversidade de perfis socioeconômicos, contribuindo para a justiça tarifária, a mitigação da vulnerabilidade social e o desenvolvimento econômico das comunidades. Como a sociedade é um organismo dinâmico, o cadastro deve acompanhar esses movimentos com igual agilidade. Nesse horizonte, a Corsan mantém o processo de revisão de cadastro específico nas economias atendidas, o qual se dá simultaneamente à realização da leitura dos hidrômetros, obedecendo à programação prévia. No ano de 2018, o ingresso de quase 30 mil economias por revisão representou um incremento de 1,43% no cadastro.

3.4 Subsídio cruzado: sustentabilidade em três eixos

Deter a concessão dos serviços de água e esgoto em 317 dos 497 municípios gaúchos implica fornecer água potável e tratamento de esgoto com a mesma **qualidade e regularidade** a cada um dos seis milhões de usuários independentemente do perfil socioeconômico, do porte da localidade ou de sua posição geográfica. Além disso, a tarifa que sustenta a prestação dos serviços deve respeitar os princípios da **modicidade** e da **justiça social**.

A exemplo das demais concessionárias estaduais do setor, a principal ferramenta de que a Corsan lança mão para operar saneamento no modelo de múltiplas concessões é o **compartilhamento** de todos os recursos disponíveis. O que, em termos práticos, se dá por meio do **subsídio cruzado** entre segmentos de serviços (água e esgoto), entre categorias tarifárias e entre municípios.

Atualmente são compartilhados, direta ou indiretamente, cerca de R\$ 5 bilhões em ativos nominais, capital intelectual altamente especializado, insumos, materiais, máquinas e equipamentos, enfim toda uma infraestrutura tangível e intangível sem a qual não seria possível captar, tratar e distribuir água e tampouco coletar, tratar e destinar esgoto. As interdependências dessa infraestrutura vão além do simples cruzamento entre matriz de custos e receita auferida em cada município.

Atender a todos com a mesma qualidade, inclusive aos que vivem nas regiões mais remotas, requer pesada infraestrutura de ativos, compartilhada entre as localidades, para obter o máximo de aproveitamento com o mínimo de custo a ser repassado ao usuário final.

| Ativos | Entregas | Resultado | Reconhecimento |
|---|--|------------------------------------|---------------------------------|
| 27 mil km de rede de água 178 estações de tratamento de água 218 pontos de captação superficial de água 770 pontos de captação subterrânea de água | 540 milhões de m ³ de água potável disponibilizada/ano | 2,9 milhões de economias atendidas | 80% de aprovação pela população |
| 1.880 km de rede de esgoto 56 estações de tratamento de esgoto | 47 milhões de m ³ de esgoto tratado/ano | | |
| 238 laboratórios 35 coordenadorias operacionais 292 pontos de atendimento presencial | Controle da Qualidade Eficiência nos Serviços Presença local | | |

Figura 09: ativos e entregas

4 - HORIZONTE CONCORRENCIAL E ESTABILIDADE CONTRATUAL

Embora a exploração do saneamento básico seja uma concessão pública, historicamente protagonizada por estatais, tem-se aberto espaço a operadores privados, como é o caso de Uruguaiana e São Gabriel, no Rio Grande do Sul. Nessa perspectiva, tendo em vista modernizar a Lei do Saneamento para oportunizar aos empreendedores privados investirem com mais segurança jurídica no setor, o Governo Federal editou a Medida Provisória 868/2018. Na prática, a Medida impõe ao titular dos serviços a obrigação de publicar edital de chamamento para obter a proposta mais eficiente e vantajosa para a prestação descentralizada dos serviços de saneamento. Na hipótese de não haver interessados, o titular procederá à assinatura de contrato de programa com dispensa de licitação, conforme o disposto na Lei 8.666/1993.

Do ponto de vista do subsídio cruzado, solução adotada pelas empresas estaduais para atender com isonomia a sistemas superavitários e deficitários, a descentralização pretendida pela MP 868/2018 representa uma ruptura inédita e irreversível. Além disso, a Medida traz em seu bojo uma significativa consequência por conta da alienação do controle acionário da estatal prestadora de serviços públicos: havendo anuência dos titulares do saneamento (municípios) pela continuidade dos contratos de programa vigentes, esses instrumentos passariam a ser válidos no escopo da nova composição acionária. Nesse horizonte suscetível a radicais mudanças na configuração das concessões, a Corsan reconhece o desafio incontornável de se estruturar para participar de licitações em nível regional e não apenas em âmbito local, a exemplo do município de Santa Cruz do Sul, certame do qual a Companhia foi vencedora.

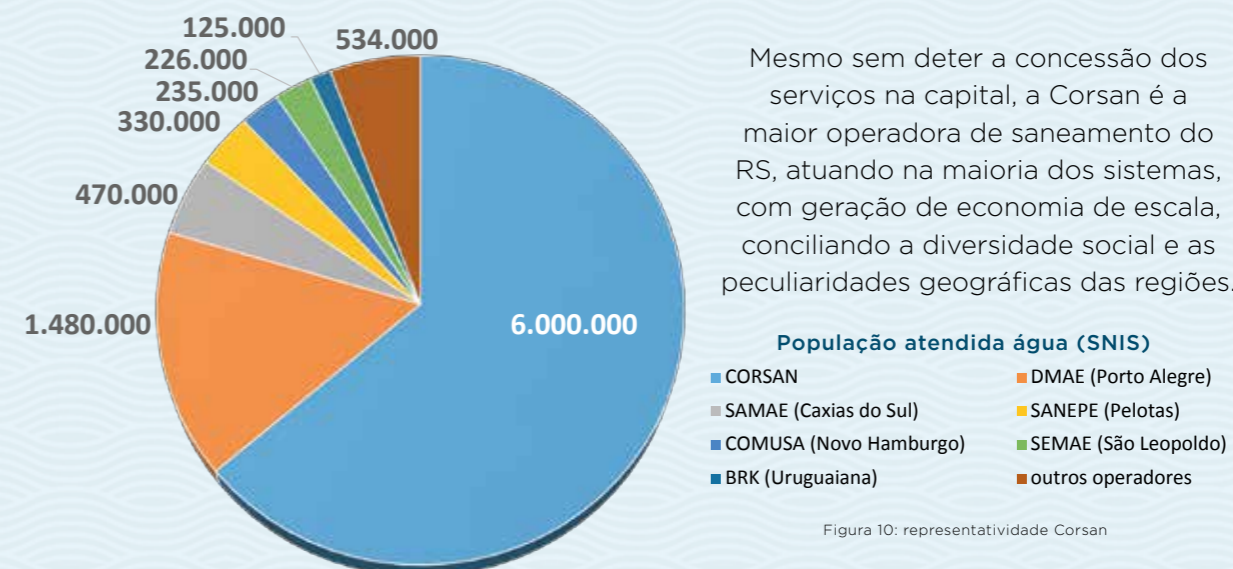


Figura 10: representatividade Corsan

Apesar da hegemonia no estado, incluindo a maior parte da região metropolitana de Porto Alegre, a Corsan não atua na capital nem em municípios relevantes, como Pelotas, Caxias do Sul, São Leopoldo e Novo Hamburgo, onde o saneamento está a cargo das prefeituras.

A respeito de Novo Hamburgo, é importante registrar que a Corsan detinha a concessão do saneamento até 1998, quando ocorreu a municipalização, por iniciativa do poder concedente. A Companhia requereu judicialmente a indenização pelo patrimônio, e o ressarcimento pelas dívidas e financiamentos pertinentes à prestação dos serviços. Hoje, tendo em vista o ganho de causa e a expedição dos respectivos precatórios, os processos encontram-se aguardando pagamento, com quitação prevista para ocorrer até o final do ano de 2024, em regime especial de precatórios.

Dentre os 317 municípios atendidos pela Corsan, 93% possuem a delegação dos serviços firmada em Contrato de Programa, nos termos da Lei 11.445/2007. Os demais possuem Contratos de Concessão, no modelo anterior à Lei do Saneamento. Analisando a representatividade na receita, os municípios com Contrato de Programa detêm 97% da arrecadação total. Os 3% restantes da receita, vinculados a concessões que ainda não migraram para Contrato de Programa, são na maioria contratos com vigência até o ano de 2029. Por conseguinte, menos de 1% da receita advém das 12 concessões por ora precárias, mas já em adiantado processo de negociação. Estima-se a regularização contratual até o final de 2019, em decorrência da necessidade de que os Planos Municipais de Saneamento Básico estejam devidamente instituídos.



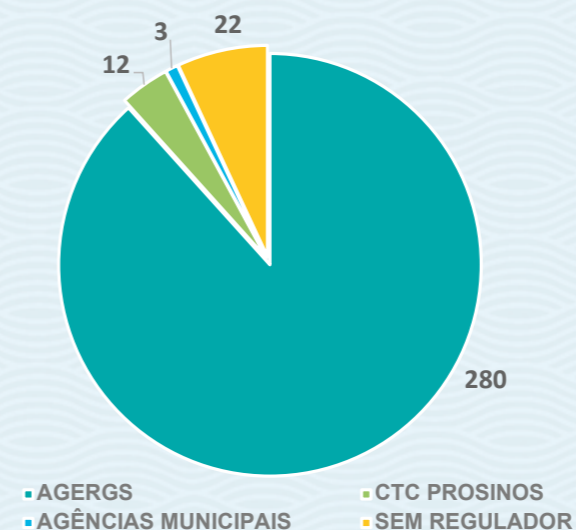
Figura 11: perfil das concessões



5 - AMBIENTE REGULADO: PLURALIDADE E EQUILÍBRIO

Segundo o atual marco regulatório do saneamento, é prerrogativa do município delegar a um ente regulador, com independência orçamentária e decisória, a mediação das relações entre a concessionária e os usuários. Os limites dessa regulação alcançam a homologação de tarifas, a definição de padrões e a fiscalização da qualidade dos serviços, a fiscalização do cumprimento das metas e compromissos dos planos de saneamento e dos contratos de programa, além da arbitragem de conflitos com os clientes.

Municípios por Regulador



A maioria dos contratos firmados entre a Corsan e os municípios é regulada pela Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul - Agergs. Além desta, há agências exclusivas de municípios e consórcios: Agência Reguladora de Erechim - Ager, Agência Reguladora de Serviços Delegados de São Borja - Agesb, Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Santa Cruz do Sul - Agerst e Consórcio Público de Saneamento Básico da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos - CTC Pró-Sinos.

Figura 12: municípios por regulador

A Lei do Saneamento prevê que a sustentabilidade econômico-financeira dos serviços prestados seja assegurada por uma receita tarifária suficiente para cobrir os custos operacionais eficientes e para remunerar de forma adequada o capital prudentemente investido. Em contrapartida, a concessionária deve atuar com eficiência e prudência, reservando aos clientes o direito de pagar uma tarifa justa e de receber o serviço nos níveis de qualidade estabelecidos pela legislação e pelo contrato de concessão ou de programa. Nessa perspectiva, a referida Lei estabelece que as tarifas sejam atualizadas por meio de reajustes e revisões periódicas ou extraordinárias. Os reajustes ocorrem anualmente, enquanto as revisões tarifárias periódicas ocorrem a cada cinco anos, conforme estipulado nos contratos de programa. A revisão tarifária tem por finalidade primordial determinar a receita necessária para custear a prestação dos serviços, realizar os investimentos e remunerar o capital. O processo consiste em, conjuntamente com o regulador, reavaliar a estrutura de custos, contrapondo a receita requerida à geração de valor para as partes interessadas (os acionistas, os clientes, a sociedade). Trata-se, portanto, do principal instrumento de reequilíbrio financeiro de que dispõe a concessionária.

A Corsan realiza revisões tarifárias desde 2009, época em que havia apenas um regulador estadual para todo o sistema. Em decorrência da atual pluralidade de reguladores, o processo passou a ser segregado por agência, o que tem implicado índices de reajuste diferentes para municípios por conta da assimetria entre as bases tarifárias. Para 2019, a Companhia negociará a revisão com cinco agências, de acordo com modelo adotado nas revisões anteriores, cujos principais pilares são, além da recomposição da matriz de custos, a recuperação e remuneração do capital investido e a revisão das tarifas indiretas.

6 - ESTRATÉGIA PARA O FUTURO: IDENTIDADE E PLANEJAMENTO

O Planejamento Estratégico da empresa é a ferramenta por meio da qual se estabelecem pontos de partida e se vislumbram pontos de chegada em um horizonte essencialmente dinâmico. Planejar é olhar para a estrada que ainda não se abriu. Antever os contornos do alvo a atingir, o traçado do caminho a percorrer, a velocidade a imprimir e os riscos a enfrentar. É o instrumento que a gestão utiliza para definir objetivos concretos e canalizar ações para atingi-los em determinado período de tempo, com base em diagnósticos internos e externos, análises estruturais e conjunturais e monitoramento sistemático.

Do ponto de vista do arranjo institucional, o Planejamento da Corsan alinha-se às orientações do Governo do Estado a fim de compatibilizar a estratégia da Companhia com as políticas governamentais. Do ponto de vista da metodologia, é adotado o *Balance Scorecard* - BSC, modelo consolidado no mercado, cujo primeiro passo é definir Missão, Visão e Valores da organização.

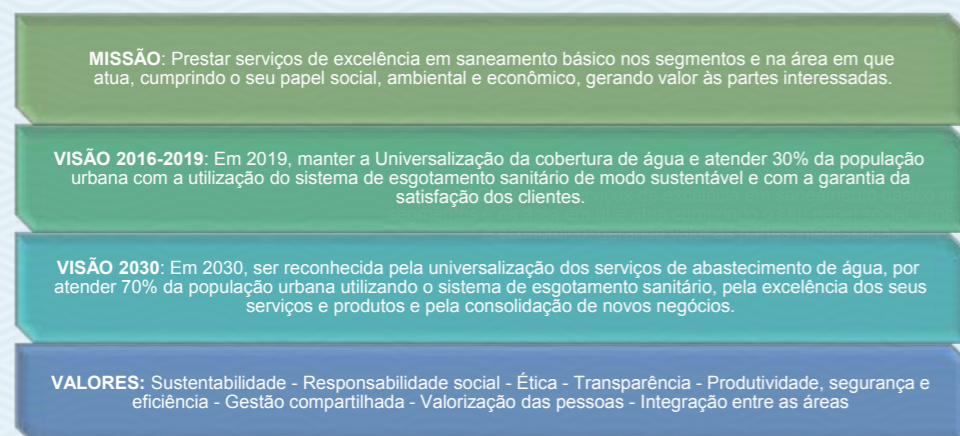


Figura 13: identidade organizacional

A partir da identidade organizacional, e de ampla análise dos ambientes interno e externo, foram definidos os objetivos estratégicos da empresa sob quatro perspectivas: financeira, clientes, processos e aprendizagem & crescimento. Na qualidade de ferramenta dinâmica e aderente aos movimentos tanto do mercado quanto da organização, o BSC prevê o contínuo monitoramento da execução dos objetivos, bem como a revisão de toda a estratégia a cada quatro anos. O Planejamento Estratégico da Companhia para o período de 2016 a 2019 está representado pelo seguinte Mapa Estratégico:

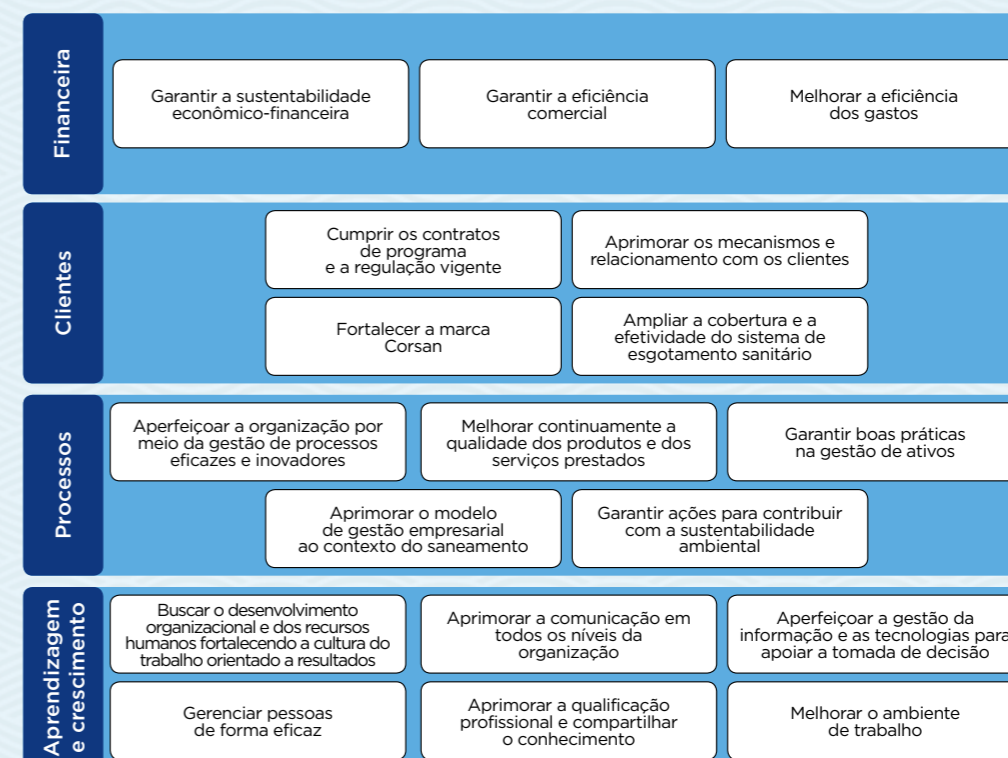


Figura 14: mapa estratégico

As ações para o atingimento dos objetivos estratégicos, representadas por iniciativas estratégicas, desdobram-se sob duas concepções de responsabilidade:

- Corporativa - para a qual é utilizada prioritariamente a metodologia de projetos estratégicos, projetos operacionais e programas;
- Regional - por meio de planos de ação anuais de todas as unidades organizacionais vinculadas às Superintendências Regionais.

MONITORAMENTO DA ESTRATÉGIA

Os Objetivos Estratégicos são monitorados por meio de um conjunto de 42 indicadores, segregados pelas quatro perspectivas, que representam uma dimensão de resultados a serem alcançados por meio de ações. Os ciclos de monitoramento dos indicadores permitem avaliar a estratégia e fazer ajustes, quando necessário. Esse processo, realizado com intervalos de dois meses, consiste no cotejamento entre os resultados obtidos e as metas definidas para cada indicador, bem como na construção de análises de desempenho capazes de apoiar as tomadas de decisão da alta administração.

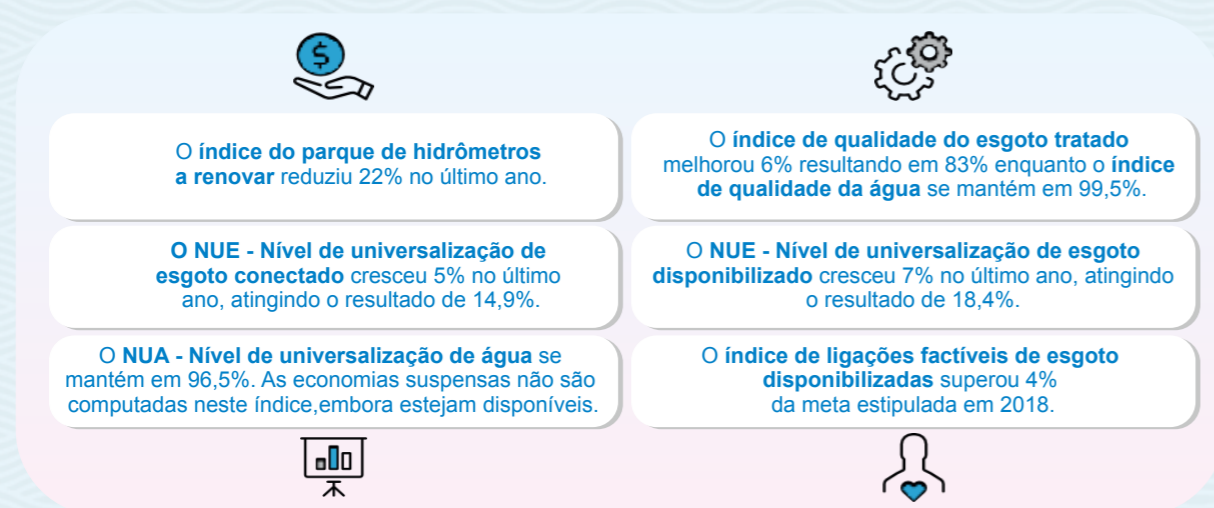


Figura 15: monitoramento do planejamento

A partir de 2018, passou a ser elaborado um informativo mensal, com a finalidade de divulgar os resultados e o desempenho da Companhia em relação ao Planejamento Estratégico, disseminando e incentivando o público interno. Destaca-se a atuação positiva dos indicadores diretamente relacionados à universalização e à qualidade dos serviços prestados.

PROJETOS ESTRATÉGICOS

Desde 2016, a Corsan vem tratando questões estratégicas transversais do ponto de vista da estrutura organizacional por meio de projetos convergentes do ponto de vista das entregas para a sociedade. Com esse propósito, foi estruturada uma área para gerenciamento de projetos no modelo *Project Management Office - PMO*, a qual hoje gerencia e monitora uma carteira de 48 projetos, alinhados aos Objetivos Estratégicos conforme as Perspectivas do Mapa Estratégico. A exemplo dos Indicadores Estratégicos, os Projetos Estratégicos são monitorados em ciclos cujo propósito é acompanhar, controlar, avaliar e reportar o desempenho, de modo a assegurar que os seus objetivos sejam atingidos.



Na perspectiva financeira, os projetos são direcionados para melhoria na estrutura tarifária, na gestão do fluxo de caixa, na gestão de perdas, no combate às fraudes e ligações clandestinas e na eficiência no consumo de energia elétrica.



Na perspectiva clientes, o portfólio tem foco na universalização dos serviços, por meio do Plano de Expansão de Água e Esgoto da Corsan, além da estruturação de processos vinculados às metas dos Planos Municipais de Saneamento Básico, aos compromissos dos Contratos de Programa, aos Fundos Municipais de Gestão Compartilhada.



Na perspectiva processos, os projetos voltam-se para implantação de sistemas como ERP corporativo e o Sistema Móvel de Serviços, da criação e implantação de centros de controle operacional, além da gestão de resíduos sólidos e do processo simplificado e unificado de licenciamento ambiental.



Na perspectiva aprendizagem e crescimento, têm espaço as iniciativas de inovação tecnológica, como videoconferência, georreferenciamento, gestão eletrônica de documentos, bem como a gestão do conhecimento orientado a resultados e o sistema de planejamento, orçamento e gestão estratégica.

Figura 16: projetos estratégicos

7 - ÁGUA UNIVERSALIZADA: MANTER TODO DIA O QUE SE CONQUISTOU EM DÉCADAS

Mesmo tendo conquistado a universalização já há muitos anos, a Corsan permanece atenta ao crescimento das populações atendidas, nem sempre linear por conta de fatores econômicos, sociais e ambientais não previsíveis quando da instalação dos sistemas. Para manter, é preciso crescer, remodelar-se sempre, para que não falte água onde e quando as pessoas mais precisam, ou seja, em casa todos os dias.

Se o ano 2017 foi marcado pela conclusão da transposição do Rio do Cravo, garantindo água para o município de Erechim e região, em 2018 a Companhia não parou de investir em melhorias, inclusão e controle.

MELHORIAS EM SISTEMAS DE ABASTECIMENTO

Dentre os R\$ 100 milhões investidos em 2018, destacam-se, a título de ilustração, melhorias em dois sistemas, com grande retorno do ponto de vista da regularidade do abastecimento.

| Município | Melhorias em Sistemas de Abastecimento | Investimento | Famílias Beneficiadas |
|--------------|---|---------------|-----------------------|
| Gravatá | Adutora de água tratada de 1,89 km, para reforço no abastecimento do bairro Morada do Vale. | R\$ 1.034.594 | 1.859 |
| Cachoeirinha | Adutora de água tratada de 3,5 km, para maior oferta de água para o sistema Vista Alegre e entorno, uma vez que, em períodos de intenso consumo de água, a ETA Cachoeirinha e o seu principal centro de reservação enfrentavam sobrecarga. | R\$ 3.791.499 | 40.934 |
| Gramado | Reservatório de 3.000 m³ na aldeia do Papai Noel, para aumento da capacidade de reservação do sistema de distribuição da cidade, atuando em conjunto com os reservatórios localizados no bairro Serrano, disponibilizando mais água nos períodos de alto consumo. | R\$ 4.027.211 | 19.297 |

Tabela 02: Melhorias SAA

AUTOMAÇÃO E CENTROS DE CONTROLE OPERACIONAL - CCO

De modo a atender melhor os sistemas de abastecimento e prevenir faltas d'água, vêm sendo aplicadas modernas tecnologias de controle a distância dos níveis dos reservatórios, operação de estações de bombeamento, pressões das redes e vazões. A partir de sensores eletrônicos instalados em pontos estratégicos da rede distribuidora, os dados são coletados e enviados a Centros de Controle Operacional - CCO. As informações, visualizáveis instantaneamente e armazenadas em meio digital, propiciam análises mais profundas do sistema e rápidas tomadas de decisão, o que permite, inclusive, antecipar as ações técnicas corretivas antes mesmo da comunicação de problemas pelos usuários. Além dos 41 CCO instalados nos maiores sistemas (58 municípios), está sendo implantado o Centro de Controle Operacional Corporativo, sediado em Porto Alegre, que permitirá o acompanhamento e a operação de todos os sistemas dotados de CCO no estado.

SISTEMA DE CADASTRO TÉCNICO GEORREFERENCIADO

Atualização do cadastro de redes da Corsan e implantação de um sistema que pode ser acessado com facilidade e utilizado nas atividades de manutenção de redes. Como resultado, haverá mais segurança nas atividades técnicas e redução no tempo de atendimento ao cliente. O projeto pode ser resumido em três conjuntos de ações: tecnologia - atualizar e ampliar o conhecimento técnico e especializado das redes, reservatórios, estações de bombeamento; mapeamento e atualização cadastral; normativas para orientar as rotinas de cadastro técnico. O georreferenciamento e a atualização da base cadastral permitiram avançar no desenvolvimento do Geoportal, valiosa e robusta ferramenta, disponível na intranet corporativa da empresa, que permite a integração de informações comerciais e operacionais com elementos cadastrais. É possível rapidamente identificar itens da rede e também, ao traçar uma linha poligonal, saber qual é o volume consumido da área, quais são os grandes consumidores e a situação do parque de hidrômetros, entre outras funcionalidades.

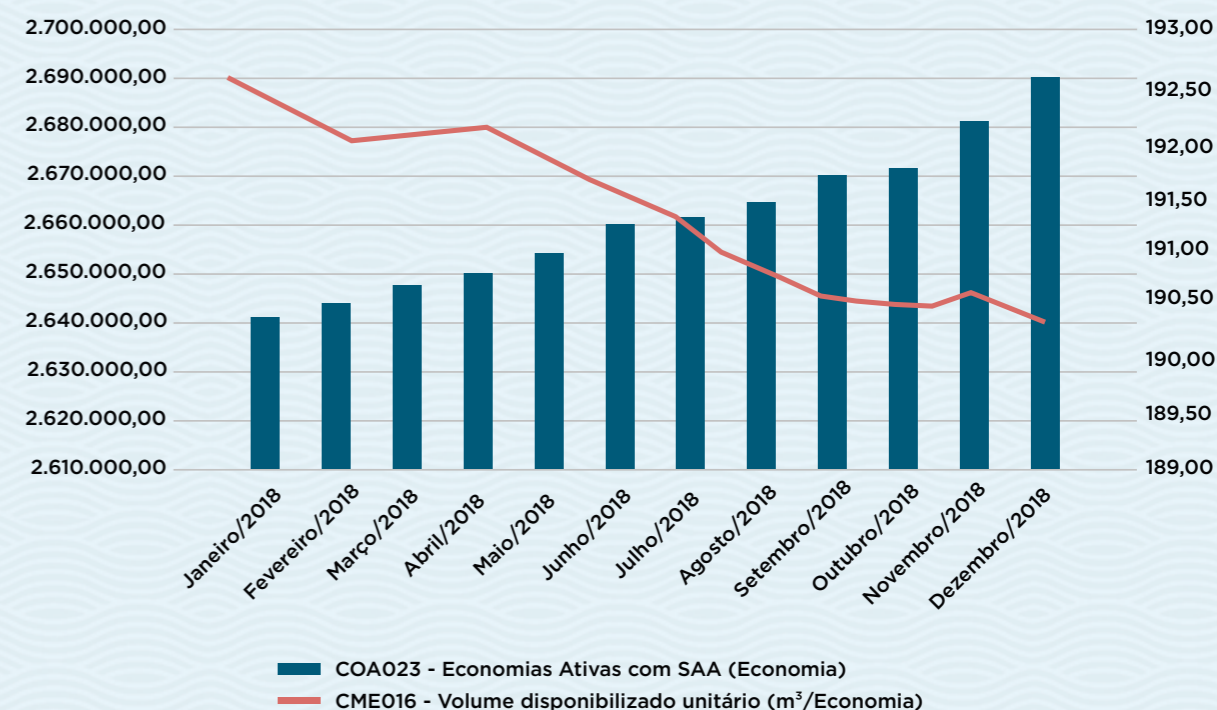
REGULARIZAÇÃO DE LIGAÇÕES CLANDESTINAS EM ÁREAS DE OCUPAÇÃO

Em especial nos grandes centros urbanos, existem muitas áreas de ocupações subnormais que se abastecem de modo precário. Nessas ocupações, as canalizações são assentadas sem os cuidados técnicos necessários, são frequentes os vazamentos e as faltas d'água, e grandes os riscos de contaminação. Em face dessa realidade, a Corsan, por meio de um projeto estratégico específico, busca atender à população de baixa renda, mediante ações que abrangem aspectos técnicos e educativos: ao mesmo tempo em que se assentam redes e ramais dentro das melhores técnicas construtivas, são realizados trabalhos socioambientais nas comunidades. Um dos efeitos mais importantes do projeto é a melhoria da saúde e a consequente redução da mortalidade infantil, visto que a utilização de água segura contribui para a diminuição de doenças de veiculação hídrica. Além disso, o projeto leva dignidade e inclusão social aos moradores através da formalização do cadastro da residência na base da prefeitura municipal, bem como o recebimento de contas individuais no sistema Corsan, fato que lhes amplia o crédito no comércio local.

GESTÃO DAS PERDAS DE ÁGUA

O tema gestão de perdas, e sua direta vinculação com a sustentabilidade, tem sido o condutor de diversas ações por parte da Direção e do corpo técnico da Corsan. Cada vez mais são estimuladas pesquisas e práticas que proporcionem melhor utilização dos recursos hídricos disponíveis, maior aproveitamento das tecnologias, menor consumo de energia, enfim, todo um conjunto de estratégias para preservação da natureza e garantia de pleno atendimento aos usuários. Nessa perspectiva vem sendo desenvolvido o Plano Integrado de Gestão de Perdas, cujo objetivo inicial é constituir e implantar uma política de gestão de perdas e um programa de ações que integre as diversas áreas da Corsan, bem como realizar ações imediatas para a redução de perdas nos sistemas atendidos. Dentre os elementos-chave na gestão de perdas, destacam-se a macromedição, a substituição de redes, a setorização, o controle e redução de pressões, a pesquisa de vazamentos e a capacitação dos empregados. Desse tratamento transversal à questão das perdas, muitos resultados positivos já podem ser observados. Mesmo diante do crescimento da população atendida, o volume disponibilizado por economia reduziu-se, e o índice de perdas por ligação de água apresenta tendência de retração.

Gráfico 06: Economias Ativas e Volume Disponibilizado



Segundo Lambert e Lalonde (ABES, 2005 e 2015), o crescimento das perdas de água ocorre naturalmente. Sob essa ótica, caso a Corsan não tivesse tomado medidas para o controle e a redução, o seu Índice de Perdas por Ligação cresceria 60 L/dia/Lig ao ano, em vez de apresentar tendência de queda.

PLANO DE SEGURANÇA DA ÁGUA - PSA

Assegurar o fornecimento de água com constância e qualidade é compromisso assumido desde a criação da Corsan. No entanto, sistematizá-lo sob a forma de Plano de Segurança da Água - PSA é uma demanda recente para os sistemas de abastecimento da empresa. Muito embora o primeiro estudo com uma visão contingencial tenha sido realizado em 2009, atualmente a perspectiva é mais ampla, e o então plano de contingência passou a ser um componente do PSA.

Os Planos são instrumentos de mapeamento e priorização dos riscos desde a captação até o consumidor, com base nas diretrizes da Organização Mundial da Saúde. O objetivo é controlar a poluição das fontes de água e minimizar focos de contaminação no manancial; otimizar a remoção ou inativação de contaminantes durante o tratamento, armazenamento e distribuição; melhorar as práticas de gestão e operação para tornar mais eficiente a comunicação e o conhecimento das partes interessadas sobre toda a cadeia de abastecimento e sua vulnerabilidade; estimular a colaboração entre os principais grupos de interessados e os responsáveis pela operação do sistema; informar e priorizar as necessidades de melhorias de infraestrutura física e recursos; mitigar o risco de paradas, vazamentos e suspensões repentinas do abastecimento.

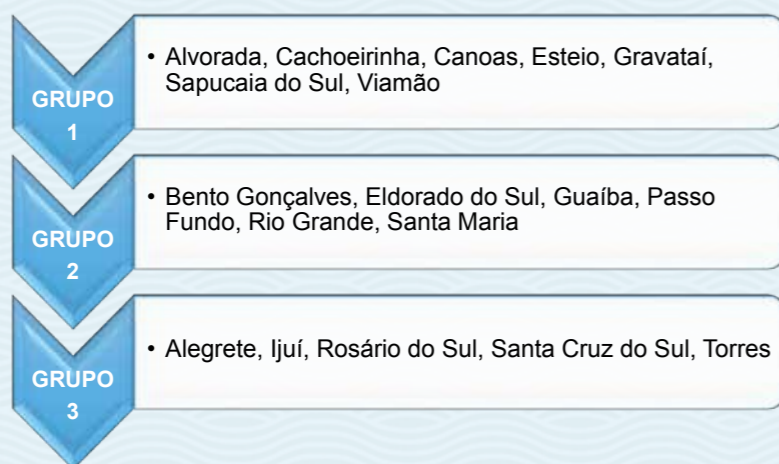


Figura 17: PSA

Em função da complexidade envolvida na elaboração do PSA, optou-se por segregar o desenvolvimento e implantação nos 18 municípios inicialmente beneficiados em três grupos, de acordo com as características dos mananciais e o porte dos sistemas.

8 - ESGOTAMENTO SANITÁRIO: ENFRENTANDO O DESAFIO DA UNIVERSALIZAÇÃO

Ainda que os recursos já não sejam abundantes para fazer saneamento, e que os investimentos em infraestrutura de esgoto tenham um retorno financeiro a longo prazo, a Corsan não se desvia do compromisso de universalizar o acesso ao esgotamento sanitário nas comunidades onde atua. Somente no ano de 2018, a Companhia investiu cerca de R\$ 200 milhões em obras com recursos próprios e financiados. Um montante considerável que resultou em frentes de obra por todo o estado e na oferta de aproximadamente 23 mil novas ligações em diversos municípios. Além das obras, muitas alternativas estão em andamento na empresa, mobilizando parceiros, inovando em soluções e sensibilizando a sociedade a fazer parte do enfrentamento ao desafio da universalização.

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE

Reconhecida nacionalmente como segunda colocada no segmento modelagem do ano da PPP Awards & Conference Brazil, a mais importante premiação de parcerias público-privadas do país, a PPP da Corsan consiste na contratação de parceiro privado, na modalidade de concessão administrativa, para operação dos serviços de esgotamento sanitário, gestão do parque de hidrômetros e identificação e eliminação de fraudes pelo prazo de 35 anos, incluindo a complementação das obras de infraestrutura necessárias para atingimento da meta de 87,3% de atendimento em esgoto, no prazo de até 11 anos, e manutenção desta ao longo do período da concessão. Os estudos de impacto evidenciaram que, além de uma alternativa de alavancagem de recursos de terceiros para execução das obras de infraestrutura, o modelo proporcionará ganhos em efetividade operacional e contribuirá, em médio prazo, na redução da Razão Operacional (ROP). O projeto está em adiantada fase de aprovação por parte das casas legislativas municipais, o que permite estimar para 2019 as etapas de licitação e contratação dos serviços. A universalização nos nove municípios (Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, Gravataí, Cachoeirinha, Alvorada, Viamão, Guaíba e Eldorado do Sul) contribuirá com o aumento de 15,77% no NUE corporativo, beneficiando a população atual de 1,2 milhão de habitantes da área urbana da região, com a melhoria nos indicadores de saúde pública e na qualidade dos recursos hídricos.



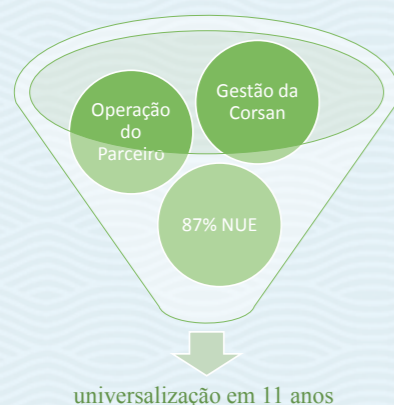


Figura 18: PPP na RMPA

SOLUÇÃO INDIVIDUAL E ESGOTO MISTO

Considerando os grandes investimentos financeiros necessários para a execução de sistemas de esgotamento sanitário do tipo separador absoluto, além da complexidade das obras, a Corsan busca opções menos dispendiosas e que aproveitem, em certa medida, a infraestrutura existente, a exemplo da solução individual e do sistema misto.

Quanto à solução individual, essa tradicional modalidade no Rio Grande do Sul, é considerada satisfatória pelo PLANSAB (Plano Nacional de Saneamento Básico) quando as fossas são controladas, construídas e operadas adequadamente. No ano de 2017, iniciaram-se estudos para operar a limpeza programada de fossas, visto que assumir a limpeza e executar o serviço na frequência ideal vem a garantir que o lodo seja destinado de maneira ambientalmente correta. No âmbito dessa iniciativa, durante a temporada de verão 2017/2018 foi realizado um projeto piloto no balneário de Atlântida Sul, mediante o qual uma amostragem de residências foi beneficiada, e o respectivo lodo foi destinado à ETE II de Xangri-Lá. A partir daquele aprendizado, foram definidos os parâmetros operacionais e comerciais, e mapeados os processos, comprovando a vantajosidade da alternativa e seu amplo potencial de incorporação ao sistema público de saneamento.

Durante o ano 2018, foram intensificadas as ações junto a todas as agências reguladoras para aprovar o novo serviço, cujo caráter compulsório ao usuário contribuirá decisivamente para a universalização do esgotamento sanitário em localidades onde não é viável, por ora, o separador absoluto. Uma vez regulamentada, a limpeza de fossas programada ensejará aditivos nos Contratos de Programa e nos Planos Municipais de Saneamento Básico, bem como adaptações nas estações de tratamento para recebimento dos lodos, alteração das respectivas Licenças de Operação, contratação de caminhões e construção de centrais de lodo a fim de otimizar a logística do atendimento.

Em paralelo à regulamentação da limpeza de fossas programada, a Corsan está em vias de ofertar à população a limpeza de fossa sob demanda do usuário. Todavia, diferentemente da limpeza de fossa programada, a modalidade sob demanda não é considerada serviço público e tampouco é contabilizada nos índices de universalização. Trata-se de um negócio regido pelas leis de mercado, cuja adesão não é compulsória.

No que se refere ao sistema misto, a Corsan elegeu o município de Osório para um projeto piloto nessa modalidade. Para tanto, foi executada rede coletora do tipo misto, prevendo utilização da rede de drenagem pluvial da cidade para receber os efluentes de esgoto cloacal. Os efluentes, hoje ainda descartados diretamente na Lagoa do Marcelino, serão tratados

na ETE de Osório, a qual foi construída pela Companhia. Do ponto de vista da operação, o projeto está em fase de obtenção de licenciamento ambiental.

COBRANÇA PELA DISPONIBILIDADE DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

A Corsan investe fortemente na expansão do sistema de esgotamento sanitário, além de promover ações de conscientização ambiental em paralelo à realização das obras. Entretanto, frustram-se os investimentos em infraestrutura na medida em que os usuários resistem à conexão ao sistema, dando à questão ambiental e de saúde pública uma dimensão meramente econômica e individual. Para superar esse desafio, a Companhia implantou, de forma gradativa em 2017 e 2018, com apoio do Ministério Público e a chancela dos entes reguladores, a cobrança pela disponibilidade do sistema de esgoto, na qualidade de uma política de consequências para a não conexão. Resumidamente, o imóvel que não se ligar à rede pública, pagará uma tarifa 100% mais cara do que o conectado, tornando-se um poluidor pagador. Na prática, os usuários são notificados e têm prazo de 120 dias para providenciar a ligação. Expirado o prazo, inicia-se a cobrança, de forma gradativa e escalonada. Se a cobrança não for suficiente para estimular a ligação, esses imóveis serão informados aos órgãos competentes, como a Vigilância Sanitária e o Ministério Público. Chegou-se ao final de 2018 com a cobrança pela disponibilidade implantada em 22 municípios. As 17.000 notificações emitidas no período ensejaram a efetivação de aproximadamente 8.800 ligações de esgoto.

9 - INVESTIMENTOS E CAPTAÇÃO DE RECURSOS

INVESTIMENTOS PLANEJADOS E REALIZADOS

Investimentos Realizados (milhares de R\$)

| Investimentos Realizados em 2018 | |
|--|----------------|
| SEGMENTO | VALORES |
| Sistema de Abastecimento de Água | 100.246 |
| Sistema de Esgotamento Sanitário | 203.403 |
| Desenvolvimento Institucional, Operacional e Comercial | 60.476 |
| Total Investimento | 364.125 |

Fonte: Contabilidade

Tabela 03: Investimentos Realizados

Plano de Investimentos Plurianual (milhares de R\$)

| Plano de Investimentos Plurianual | | | | | | | | |
|-----------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|------------------|
| Fonte/Período | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | Total |
| Contrapartida | 43.744 | 41.463 | 40.092 | 22.822 | 15.088 | 11.763 | 33.448 | 208.421 |
| Financiado | 102.144 | 147.142 | 181.223 | 174.891 | 128.351 | 114.134 | 203.134 | 1.051.019 |
| Próprio | 224.322 | 148.319 | 58.511 | 18.691 | 12.648 | 16.779 | 27.790 | 507.060 |
| Repasse | 73.130 | 88.621 | 72.574 | 83.489 | 61.502 | 75.670 | 80.990 | 535.976 |
| Total | 443.340 | 425.546 | 352.399 | 299.893 | 217.589 | 218.346 | 345.363 | 2.302.476 |

Fonte: AGE PCP/PLP

Tabela 04: Investimentos Projetados

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Com base nas metas para universalização dos serviços de esgotamento sanitário estabelecidas no Plano de Expansão da Corsan, estimou-se a necessidade de investimentos na ordem de R\$ 10,8 bilhões. Uma vez que esse volume de recursos excede a disponibilidade de caixa da empresa, vêm sendo intensificados esforços na obtenção de financiamentos. Além dos recursos captados em anos anteriores e já em utilização, bem como das captações ainda em contratação, destaca-se em 2018 a contratação de oito novas operações junto ao BNDES, seis na modalidade FINEM e duas por meio do Programa Avançar Cidades Fase 1, no montante de R\$ 360 milhões.

| RECURSOS CONTRATADOS E EM UTILIZAÇÃO | |
|--------------------------------------|--|
| PAC | Programa de Aceleração do Crescimento: recursos federais (OGU, FAT e FGTS) destinados a implantação, ampliação e melhorias nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, estudos e projetos em água e esgoto, além de modernização operacional. A captação dos recursos iniciou-se em 2007, com o PAC1, e estendeu-se até 2014, com o PAC2 4ª Seleção. |
| | Água: projetos e ampliação de sistemas em diversos municípios Esgoto: projetos e ampliação/implantação de sistemas em diversos municípios |
| IN 14 MCIDADES | Instrução Normativa do Ministério das Cidades Nº 14/2014: recursos do FGTS contratados para ampliação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em diversos municípios. Todos os pleitos contemplados estão contratados. |
| | Água: Gravataí Esgoto: Imbé, Tramandaí, Xangri-Lá, Pedras Altas, Rio Grande, Capão da Canoa |
| FOCEM | Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul: recursos internacionais destinados ao sistema de esgotamento sanitário do município de Aceguá. |
| | Esgoto: Aceguá |
| RECURSOS EM CAPTAÇÃO OU CONTRATAÇÃO | |
| PROSASUL BID | Programa de Melhoramento dos Serviços de Saneamento do Rio Grande do Sul: o objetivo principal do Programa é a melhoria da qualidade de vida das populações beneficiadas, mantendo a cobertura dos serviços de abastecimento de água, preservando o meio ambiente, aumentando a segurança hídrica e assegurando o fortalecimento da gestão operacional e institucional da Corsan. |
| | Componente 1: Melhorias e Ampliação dos Sistemas de Abastecimento de Água |
| | Componente 2: Sustentabilidade Operacional & Institucional |
| AVANÇAR CIDADES | Programa Avançar Cidades - Saneamento para Todos: recursos federais (FAT/FGTS) destinados à ampliação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como controle de perdas de água, em diversos municípios. |
| | Fase 1: recursos contratados em 2018 |
| | Fase 2: recursos pleiteados, aguardando seleção |
| FINEM BNDES | Financiamento Empresa: recursos do FAT, contratados para ampliação de sistemas de esgotamento sanitário em diversos municípios, telemetria e renovação do parque de hidrômetros. |
| | Esgoto: Campo Bom, Santa Maria/Camobi, Torres, Jaguarão, Rio Grande e Xangri-Lá |
| | Telemetria e Hidrômetros: diversos municípios |

Tabela 05: Captação de Recursos

10 - OTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS PARA RESULTADOS CADA VEZ MAIS EFETIVOS

PLANEJAMENTO CORPORATIVO

Instituído em 2018, o Planejamento Corporativo permite a gestão integrada e compartilhada das ações da empresa, possibilitando que cada área envolvida dirija pessoas, esforços e recursos para atingir objetivos de forma interdependente, transparente e efetiva. Com o uso das funcionalidades desenvolvidas no Sistema de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica - SISPLAN (ferramenta oriunda de projeto estratégico), o processo balizará as ações que possuem interface com os compromissos assumidos junto ao poder concedente e a outros entes, com origem nos instrumentos contratuais, Planos Municipais de Saneamento Básico - PMSB e nas demandas institucionais. O método consiste no desdobramento em planos de ação dos compromissos assumidos, bem como no monitoramento da execução e na prestação de contas.

Atualmente em fase de implantação, o Planejamento Corporativo teve início com o assentamento e classificação de aproximadamente 21 mil compromissos oriundos dos instrumentos contratuais e planos de saneamento vigentes. A partir do assentamento dos dados, foram desenvolvidos projetos piloto em Santa Cruz do Sul e Santa Maria, abrangendo treinamento das equipes locais, seminários integrados e demais recursos para o desdobramento dos compromissos. A próxima etapa consiste em expandir o Planejamento para as demais localidades, o que será operacionalizado pelas Superintendências Regionais, com apoio do corporativo.

Vertentes do Planejamento Corporativo da Companhia

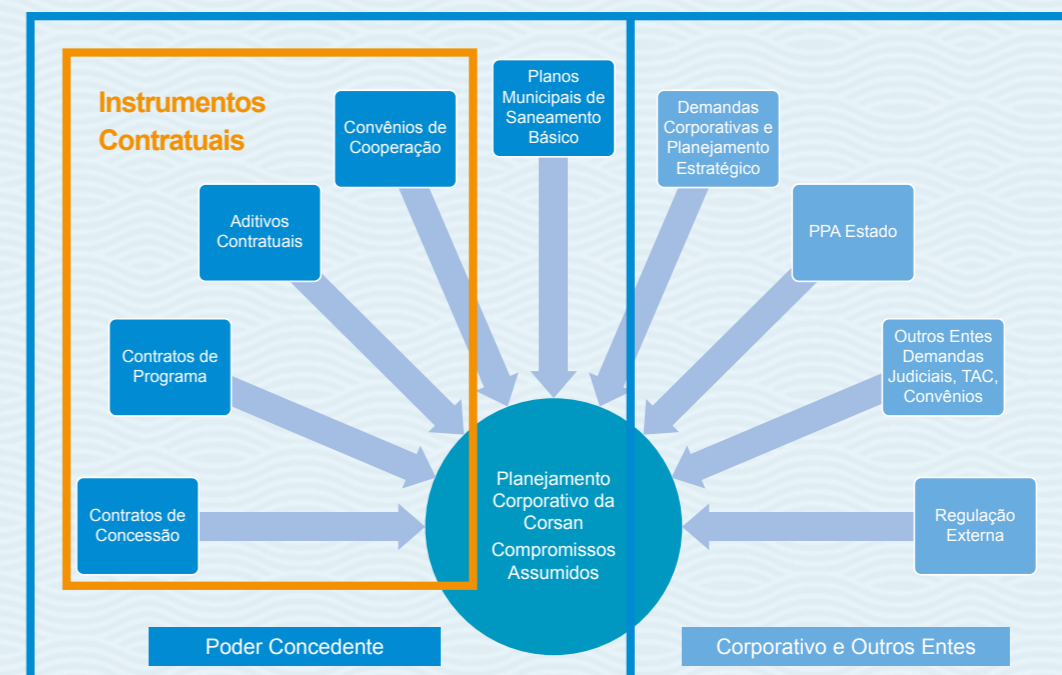


Figura 19: Vertentes do Planejamento Corporativo

GESTÃO DE CUSTOS

Com base na metodologia de Gerenciamento Matricial de Despesas - GMD e no Sistema de Gestão de Custos - SISGEC (ambos resultados de projetos estratégicos), foi implantado o projeto piloto da Gestão de Custos na Corsan, cujo propósito, inédito na empresa, é adotar o custo referência como balizador na elaboração do orçamento anual.

Ao longo do segundo semestre de 2018, foram realizados estudos em três naturezas orçamentárias: diárias, combustíveis e locação de veículos. Durante o processo, todas as Unidades de Saneamento da Companhia foram classificadas em grupos de acordo com características similares, a partir dos quais foram estabelecidas metas de redução dos custos unitários. Para as Unidades acima da meta, a segunda etapa consistiu na elaboração de planos de ação corretivos e sua posterior execução e monitoramento. Destaca-se o sucesso do piloto na natureza de combustíveis, cujas medidas adotadas com suporte da ferramenta de telemetria Frotalog refletiram-se na economia de R\$ 1 milhão por meio da redução de quase 8% no valor orçado para 2019.

Para o próximo ano, a meta é expandir a gestão para as demais naturezas orçamentárias, visto que a consolidação desse processo contribui decisivamente para a redução da Razão Operacional - ROP, além da melhoria dos níveis de produtividade.

GESTÃO DA CARTEIRA DE CONTAS A RECEBER

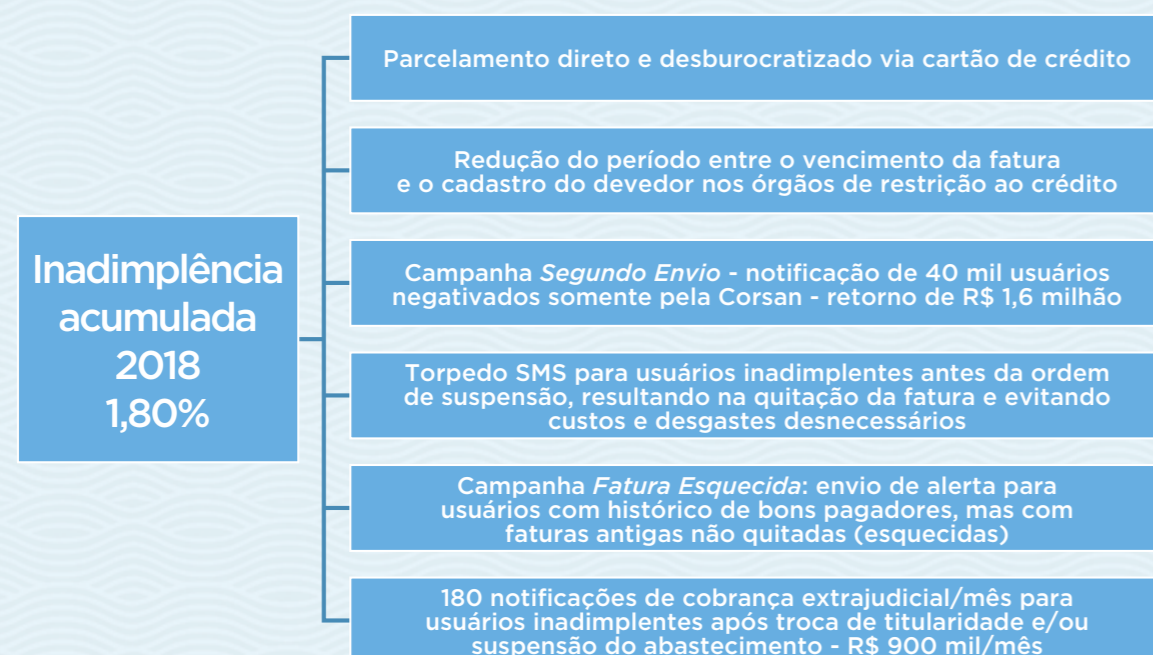


Figura 20: Gestão de Contas a Receber

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Considerando que a rubrica *Força* é o segundo maior custo dentro da Despesa de Exploração da Corsan, é imprescindível o permanente controle dos contratos de energia, a fim de que a tarifa seja a mais adequada possível ao perfil operacional de cada unidade consumidora. Nessa perspectiva, 2018 foi marcado por importantes iniciativas:

Ambiente de Contratação Livre – ACL: em 2018 foi licitada consultoria para contratação em ACL. Iniciadas as atividades em 2019, a migração das unidades da Companhia com viabilidade de entrada no Ambiente de Contratação Livre possibilitará economia superior a 20% nas faturas de energia elétrica.

Geração Distribuída: foram aprofundados os estudos sobre a Geração Distribuída para que, já em 2019, sejam implantadas usinas de maior porte para suprir as unidades da Corsan atendidas em Baixa Tensão, a tarifa de energia mais cara paga pela Companhia. Destaca-se o projeto de uma Usina de 112 kWp (quilowatt pico) a ser implantada em Santa Maria, bem como o Termo de Referência para a contratação de uma Usina de 990 kWp a ser implantada na região da fronteira oeste do estado.

Controle automatizado de faturas de energia: foi desenvolvido um novo software para controle de faturas de energia, com ganho de eficiência na análise dos dados das mais de 2.800 contas de energia mensais da empresa. O software fornece diagnóstico de inconsistências já no carregamento das informações, permitindo a geração de relatórios para avaliação de questões tanto operacionais (problemas de reativos excedentes, demandas de ultrapassagem, etc.) quanto comerciais (erros de faturamento, contratação mais adequada, etc.). Futuramente o sistema também será capaz de gerar indicadores de eficiência energética, para melhor avaliação da eficácia das ações e do potencial de retorno das unidades consumidoras.

Disseminação da cultura da eficiência energética: sistematicamente têm sido realizadas videoconferências mobilizando engenheiros eletricitas das superintendências regionais da

Corsan no sentido de difundir e compartilhar as boas práticas de eficiência adotadas dentro e fora da empresa. Dentre outras atividades, os participantes são estimulados a elaborarem projetos para otimizar a operação das estações de tratamento em horários de ponta.

Capacitação em análise de faturas de energia elétrica: importante conquista no ano de 2018 foi a implantação de capacitação para análise de faturas, na modalidade EAD. No primeiro módulo do curso de Gestão de Energia foram treinados 34 empregados. A previsão para 2019 é tornar a capacitação continuada, abrindo mais turmas e desenvolvendo mais módulos.

Apoio em situações de contingenciamento: destaca-se o apoio na especificação e contratação de novos painéis de acionamento para o Primeiro Recalque em São Francisco de Paula (Poço da Faca), que atende as cidades de Canela e Gramado, contribuindo para melhorar o abastecimento daqueles municípios no final do ano.

Migração para Tarifa Branca: em alinhamento com as atuais disposições regulatórias, a Companhia realizou ajustes de unidades consumidoras atendidas em *Baixa Tensão* para a modalidade *Tarifa Branca*, a qual insere os horários de ponta e intermediário nas contratações. Embora o impacto total ainda não tenha sido estimado, uma amostragem indicou redução de pelos menos 15% na tarifa total das unidades migradas para essa modalidade.

PLANO DE CONTROLE DE MANUTENÇÃO CORPORATIVO

Plano de Controle de Manutenção Corporativo – PCM abrange a gestão da manutenção civil e eletromecânica a fim de mitigar situações corretivas, priorizar a manutenção preventiva, aumentar a disponibilidade dos sistemas, reduzir custos diretamente associados ao reparo de sistemas e indiretamente associados ao consumo de energia e produtos químicos, melhorar o controle de materiais e equipamentos em estoque, em conformidade com os Contratos de Programa e os Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB). Em 2018, foi criado um projeto estratégico para implantação de PCM nos 42 maiores sistemas da Corsan. Atualmente encontra-se em execução um projeto piloto no município de Canoas.

Política para gestão da manutenção civil: metodologia de gestão das estruturas hidráulicas dos sistemas de água e de esgoto, baseada em uma política preventiva, com inspeções periódicas e planejamento de intervenções a partir de análise de risco e priorização. O objetivo do Plano é que a área de operação e manutenção tenha domínio sobre o estado de deterioração das estruturas hidráulicas, permitindo estabelecer prioridades e planejamento das ações voltadas à sua recuperação.

Política para gestão da manutenção eletromecânica: estratégia para garantir disponibilidade e produzir resultados, tendo como missão manter a funcionalidade dos sistemas e equipamentos a fim de contribuir para a garantia do atendimento aos requisitos dos processos dos sistemas de água e esgoto.

INFORMATIZAÇÃO DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTO

A informatização das estações de tratamento (com link de dados, telefonia, computadores e sistemas) proporciona agilidade na comunicação e segurança nos processos. Disponibilizar informações on-line sobre os parâmetros de água analisados, resultados de ensaios e de consumo de produtos químicos, reduzir a transcrição em papel e sua margem de erro e

demora, tudo isso se traduz na racionalização do consumo e no ganho de qualidade do produto final.

Hoje, com a informatização de 58 Estações de Tratamento de Água, é possível monitorar remotamente e em tempo real, em diversos pontos do estado, características da água como o nível de turbidez, além da dosagem de produtos como cloro e flúor.

11 - PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO - PD&I

| Novos Contaminantes |
|---|
| Ampliação do conhecimento sobre contaminantes emergentes (fármacos, produtos de higiene e cuidado pessoal) e de novos agrotóxicos presentes na água bruta captada, bem como ampliação e modernização de métodos analíticos e capacitação do corpo técnico dos laboratórios. |
| Ecotoxicologia |
| Determinação da toxicidade dos principais contaminantes emergentes detectados em águas brutas superficiais, bem como análise de respostas biológicas de organismos (biomarcadores) diante da exposição a esses contaminantes, com potencial de subsidiar os órgãos competentes para que a emissão de tais substâncias seja regulamentada em âmbito estadual e nacional. |
| Processos Oxidativos Avançados e Remoção de Íons Fluoreto de Água Subterrânea |
| Desenvolvimento de sistema piloto para a remoção dos metais selênio, arsênio e vanádio, e de íons fluoreto da água subterrânea provinda de poços de abastecimento, a fim de melhorar as condições dessas fontes, tornando-as disponíveis para consumo humano. |
| Estudo de Pré-tratamento de Água |
| Desenvolvimento de estudo sobre pré-tratamento, pois a qualidade da água bruta vem decaindo, tornando-se incompatível com o tratamento para consumo. A adoção de pré-tratamento tem potencial de reverter a qualidade da água aos padrões existentes quando os atuais sistemas foram concebidos, aumentando sua vida útil e possibilitando aumento de vazão. |
| Rede de Telemetria e Sistema Inteligente de Relacionamento |
| Desenvolvimento de um sistema inteligente e sustentável de gestão da água, abrangendo desde a coleta de dados por telemetria até a transformação dos dados em informação, a qual será disponibilizada para sistemas gerenciais e de relacionamento com o cliente final por meio de um <i>chatbot</i> . |
| Eletrocoagulação-flotação em ETA |
| Aplicação do tratamento de eletrocoagulação-flotação em estação de tratamento de água, em escala piloto, e comparação dos métodos quanto à eficiência, custo e sustentabilidade, com o propósito de buscar alternativas de tratamento de água aliado a um novo produto. |
| ETA 4.0 |
| Compartilhamento de conhecimento e tecnologia voltada à automação dos processos analíticos realizados nas estações de tratamento de água, por meio de módulos de controle e dosagem de alcalinizante, de coagulante, de cloro e de flúor, além da vinculação das informações ao Centro de Controle Operacional - CCO Corporativo. |
| Novos Coagulantes |
| Estudos sobre o processo de obtenção de coagulantes à base de alumínio e de ferro, utilizando reatores em escala de bancada, a fim de se avaliar a flexibilização de matéria prima, otimizando custos e produtos químicos. |

Tabela 06: PD&I Água

| Abatimento de Cargas |
|---|
| Elaboração de estudos sobre o abatimento de cargas orgânicas por tratamento de efluentes domésticos para a região metropolitana de Porto Alegre, para quantificar e caracterizar a qualidade da água nos trechos do Rio Gravataí, Rio dos Sinos e Rio Guaíba. |
| Métodos de Genômica e Cromatografia |
| Desenvolvimento de métodos cromatográficos para acompanhar o manejo de solos de fazendas de lodo da Superintendência de Tratamento de Efluentes Líquidos do Polo Petroquímico do Sul, visando a reduzir o acúmulo dos poluentes prioritários. |
| Subsídios Técnicos para Cortinamento de ETE |
| Geração de subsídios técnicos para a implantação de cortinas vegetais no entorno de estações de tratamento de esgoto, e criação de estruturas orgânicas capazes de minimizar os impactos paisagísticos e sensoriais consequentes da operação dessas estações. |
| Respirometria on-line |
| Aplicação de um sistema de respirometria on-line para avaliar o desempenho da ETE, bem como prever o impacto de novos efluentes na operação, propondo estratégias de economia de energia e predição de manutenção. |
| Potencial do Uso Agrícola de Lodos de ETA e ETE |
| Amostragem, caracterização e avaliação do potencial para uso agrícola de lodos de estações de tratamento de água e de esgoto, permitindo estimar a dose crítica desses lodos para aplicação como condicionador de solo ou substrato para plantio. |
| Água de Reúso |
| Avaliação do tratamento do efluente unificado por osmose reversa e eletrodialise, a fim de contribuir com tecnologias limpas aplicadas ao saneamento ambiental, qualificando os efluentes. |
| Geração de Energia Limpa |
| Implantação de um sistema híbrido de geração de energia elétrica por meio de painéis fotovoltaicos e de um aerogerador eólico. |
| O Futuro que Queremos |
| Desenvolvimento de aplicativos voltados à educação infantil e ao ensino fundamental, para a construção de um movimento sociocultural com raízes na sustentabilidade, especificamente quanto à preservação da água. |

Tabela 07: PD&I Esgoto, Reciclagem, Energia e Educação

12 - PRÊMIOS E CERTIFICAÇÕES: A CORSAN QUE A SOCIEDADE (RE)CONHECE



Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento - PNQS (ABES): As regionais Sul e Litoral conquistaram o Troféu Quiron Bronze no Nível 1 - Compromisso com a Excelência. As regionais Planalto, Sinos, Central e Fronteira foram finalistas no Nível 2 - Rumo à Excelência.



ISO 9001: Obtida certificação de 13 Estações de Tratamento de Água, 9 Estações de Tratamento de Esgoto, 10 Coordenadorias Operacionais de Serviços de Manutenção e Eletromecânica. Mantida a certificação dos processos de contabilidade.



ISO-IEC 17025: Certificação dos Laboratórios Centrais de Água e de Esgoto e o laboratório do Sitel, que trata os resíduos industriais do Polo Petroquímico.



ISO 14001: Certificação do Sistema de Gestão Ambiental do tratamento de efluentes líquidos do Polo Petroquímico.



Prêmio Responsabilidade Social 2018 (Assembleia Legislativa do RS): A Corsan foi vencedora pelo segundo ano consecutivo, na categoria Entidades Governamentais.



Valor 1000 (Jornal Valor Econômico): Nesse ranking, que premia as melhores empresas em 25 setores, a Corsan vem crescendo em destaque, conquistando as posições 242 em 2016 e 241 em 2017.



500 Maiores do Sul 2018 (Revista Amanhã): A Corsan destacou-se na posição 34 do ranking de Grandes & Líderes, o qual avalia as 500 maiores empresas da região sul do Brasil.



100 Maiores do Sul 2018 (Revista Amanhã): Dentre as 100 maiores empresas do RS, a Corsan se destacou com a posição 15 no ranking de Grandes & Líderes.



Marcas de Quem Decide 20ª Edição (Jornal do Comércio & Qualidata): Dentre as 100 maiores empresas do RS, a Corsan destacou-se com a posição 15 no ranking Grandes & Líderes.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, os serviços de auditoria independente foram contratados junto à empresa Audilink e Cia. Auditores, cujo contrato foi renovado por mais doze meses. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor. Cumpre registrar que os auditores externos realizaram serviços exclusivamente relacionados à auditoria das demonstrações financeiras.

AGRADECIMENTOS

A Corsan agradece aos acionistas, ao Governo do Estado, à Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação (secretaria à qual a Companhia estava então vinculada), aos clientes, aos empregados, aos fornecedores, aos entes reguladores e fiscalizadores, às instituições financeiras e às entidades de classe pela excelência no relacionamento, o que tornou possíveis os êxitos obtidos no exercício de 2018.

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

| ATIVO | Nota | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|------|------------------|------------------|
| CIRCULANTE | | 637.436 | 602.429 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 66.164 | 79.703 |
| Contas a receber de clientes | 6 | 342.051 | 326.980 |
| Estoques | 7 | 82.261 | 76.457 |
| Impostos a recuperar | 8.c | 9.775 | 2.646 |
| Depósitos judiciais | 20 | 129.338 | 109.135 |
| Outros créditos | 9 | 7.847 | 7.508 |
| NÃO CIRCULANTE | | 4.579.828 | 4.183.301 |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | | 1.255.532 | 1.234.608 |
| Contas a receber de clientes | 6 | 7.285 | 3.409 |
| Aplicações financeiras | 5 | 63.555 | 59.968 |
| Aplicações no caixa único do Estado | 23.a | 6.915 | 3.823 |
| Depósitos em garantia | 15 | 3.410 | 3.341 |
| Créditos fiscais diferidos | 8.a | 454.428 | 403.498 |
| Depósitos judiciais | 20 | 259.420 | 218.494 |
| Ativos financeiros - contratos de concessão | 10 | 365.781 | 458.612 |
| Indenização por desapropriação | | 87.877 | 76.605 |
| Outros créditos | 9 | 6.861 | 6.858 |
| INVESTIMENTOS | | 923 | 923 |
| IMOBILIZADO | 11 | 121.625 | 104.196 |
| INTANGÍVEL | 12 | 3.201.748 | 2.843.574 |
| TOTAL ATIVO | | 5.217.264 | 4.785.730 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

| PASSIVO | Nota | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|------|------------------|------------------|
| CIRCULANTE | | 753.818 | 754.557 |
| Empréstimos e financiamentos | 14 | 65.811 | 56.793 |
| Debêntures | 15 | 9.232 | 9.146 |
| Fornecedores | 16 | 113.736 | 118.284 |
| Impostos e contribuições | | 53.321 | 49.184 |
| Parcelamentos de impostos e contribuições | 17 | 14.471 | 13.260 |
| Dívidas com Fundação Corsan | 23.i | 21.332 | 36.456 |
| Ordenados, férias e encargos a pagar | | 72.593 | 69.888 |
| Provisão para riscos fiscais cíveis e trabalhistas | 20 | 144.596 | 117.882 |
| Participação nos resultados | | 25.727 | 31.051 |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio | 23.a | 222.613 | 241.196 |
| Outros débitos | 18 | 10.386 | 11.417 |
| NÃO CIRCULANTE | | 2.320.969 | 2.017.173 |
| Empréstimos e financiamentos | 14 | 545.261 | 386.995 |
| Debêntures | 15 | 13.924 | 22.644 |
| Fornecedores | 16 | - | 136 |
| Parcelamentos de impostos e contribuições | 17 | 43.415 | 53.039 |
| Dívidas com Fundação Corsan | 23.i | 18.914 | 48.539 |
| Contratos de repasse | 19 | 21.331 | 9.232 |
| Provisão para riscos fiscais cíveis e trabalhistas | 20 | 687.753 | 560.216 |
| Provisão para benefício pós-emprego | 21 | 982.864 | 928.411 |
| Débitos fiscais diferidos | 8.b | 7.507 | 7.961 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 2.095.294 | 1.982.089 |
| Capital social | 22.a | 1.635.145 | 939.148 |
| Reservas de capital | | 17.148 | 17.148 |
| Reservas de lucros | 22.e | 499.554 | 1.035.607 |
| Outros resultados abrangentes | 22.c | (56.553) | (9.814) |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 22.f | 47.183 | 31.911 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL | | 2.142.477 | 2.014.000 |
| TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 5.217.264 | 4.785.730 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

| | Nota | 2018 | 2017 |
|--|------|--------------------|-------------|
| RECEITA LIQUIDA DE VENDA DE BENS E SERVIÇOS | 24 | 2.693.600 | 2.565.181 |
| Custos das vendas, serviços e de construção | 25 | (1.781.746) | (1.585.867) |
| LUCRO BRUTO | | 911.854 | 979.314 |
| RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS | | (567.828) | (513.855) |
| Despesas comerciais | 25 | (131.361) | (111.940) |
| Despesas administrativas | 25 | (490.147) | (420.688) |
| Outras receitas operacionais | 25 | 79.911 | 46.352 |
| Outras despesas operacionais | 25 | (26.231) | (27.579) |
| LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | | 344.026 | 465.459 |
| RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO | 26 | 43.646 | 40.460 |
| Receitas financeiras | | 104.198 | 116.330 |
| Despesas financeiras | | (60.552) | (75.870) |
| LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA | | 387.672 | 505.919 |
| Corrente | 8.a | (123.287) | (162.005) |
| Contribuição social | | (34.601) | (45.114) |
| Imposto de renda | | (88.686) | (116.891) |
| Diferido | 8.a | 27.702 | 38.764 |
| Contribuição social diferida | | 7.343 | 10.272 |
| Imposto de renda diferido | | 20.359 | 28.492 |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | | 292.087 | 382.678 |
| LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO | | 0,47609 | 0,62375 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
 (Valores expressos em milhares de reais)

| | 2018 | 2017 |
|--|-----------------|----------------|
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 292.087 | 382.678 |
| Outros resultados abrangentes | (46.739) | (157.677) |
| Realização da reserva de reavaliação | (1.649) | (1.755) |
| Ganho (perda) atuarial - Fundação Corsan | (68.318) | (236.246) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 23.228 | 80.324 |
| RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO | 245.348 | 225.001 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
 (Valores expressos em milhares de reais)

| | 2018 | 2017 |
|--|------------------|-----------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais: | | |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | 387.672 | 505.919 |
| Ajustes para reconciliação: | | |
| Depreciação e amortização | 128.553 | 118.298 |
| Baixa de imobilizado e intangível | 1.020 | 285 |
| Provisão para devedores duvidosos | (2.264) | (4.293) |
| Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas | 129.207 | 99.406 |
| Provisão para benefício pós-emprego | (13.865) | (8.342) |
| Juros e variações monetárias | 84.157 | 88.355 |
| Rendimento sobre aplicações financeiras de curto prazo | 3.342 | (7.184) |
| Ajuste a valor presente sobre clientes | (5.067) | 461 |
| Ajuste a valor presente sobre ativos financeiros | (41.298) | (42.454) |
| Margem na construção de obras - contratos de concessão | (3.246) | (4.491) |
| Provisão para tributos diferidos (COFINS/PASEP) | (454) | (5.135) |
| Lucro líquido ajustado | 667.757 | 740.825 |
| Variações nos ativos e passivos | | |
| Variações nos ativos: | | |
| Aumento de contas a receber de clientes | (11.616) | (22.427) |
| Aumento (redução) de estoques | (5.804) | 18.658 |
| Aumento de depósitos judiciais | (61.128) | (55.387) |
| Aumento de rendimentos SIAC | (3.092) | (3.666) |
| Aumento de indenização por desapropriação | (11.272) | (9.100) |
| Aumento de depósitos em garantia | (69) | (232) |
| Aumento (redução) de outros créditos | (506) | 5.217 |
| Variações nos passivos: | | |
| Redução de fornecedores | (4.684) | (7.924) |
| Aumento (redução) de impostos e contribuições | 4.218 | (33.067) |
| Redução (aumento) de impostos e contribuições - parcelamento | (14.093) | 66.299 |
| Redução de dívidas com Fundação Corsan | (52.999) | (34.368) |
| Aumento de férias e encargos a pagar | 2.705 | 2.298 |
| Redução de participação nos resultados | (5.324) | (943) |
| Redução (aumento) de outros débitos | (1.031) | 65 |
| Caixa proveniente das operações | 503.062 | 666.248 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (130.333) | (164.570) |
| Caixa líquido das atividades operacionais | 372.729 | 501.678 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento: | | |
| Aplicações financeiras | (6.929) | 2.559 |
| Aquisição de bens do ativo imobilizado | (39.840) | (29.039) |
| Custos de construção - contratos de concessão | (249.708) | (227.837) |
| Outras aquisições intangível | (78.253) | (100.715) |
| Caixa líquido das atividades de investimento | (374.730) | (355.032) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento: | | |
| Empréstimos e financiamentos - captação | 248.390 | 77.359 |
| Empréstimos e financiamentos - pagamento | (124.460) | (127.370) |
| Debêntures - pagamento | (10.464) | (10.772) |
| Contratos de repasse - Governo Estadual/FUNASA/ANA | 16.189 | - |
| Dividendos/juros sobre capital próprio - pagamento | (152.375) | (62.410) |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 11.182 | 12.581 |
| Caixa líquido das atividades de financiamento | (11.538) | (110.612) |
| Redução (aumento) líquido de caixa e equivalentes de caixa | (13.539) | 36.034 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 66.164 | 79.703 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 79.703 | 43.669 |
| Variação de caixa e equivalentes de caixa | (13.539) | 36.034 |
| Itens que não afetam caixa (Nota 2.2) | | |
| Transferências entre ativo financeiro e intangível | 89.232 | 82.423 |
| Transferências entre estoque e intangível | 8.652 | 10.375 |
| Juros capitalizados | 23.075 | 23.922 |
| Transferência entre contratos de repasse e AFAC | 4.090 | - |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
 (Valores expressos em milhares de reais)

| | 2018 | 2017 |
|--|--------------------|-------------|
| Receitas | 2.993.297 | 2.821.739 |
| Vendas de mercadorias e serviços | 2.670.374 | 2.551.384 |
| Receitas de construção | 252.955 | 232.328 |
| Provisão para devedores duvidosos | 2.263 | 4.294 |
| Outras receitas | 67.705 | 33.733 |
| Insumos adquiridos de terceiros | (1.146.088) | (904.303) |
| Custos dos serviços | (928.113) | (773.300) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (196.125) | (136.238) |
| Outros | (21.850) | 5.235 |
| Valor adicionado bruto | 1.847.209 | 1.917.436 |
| Depreciação e amortização | (128.553) | (118.298) |
| Valor adicionado líquido produzido pela entidade | 1.718.656 | 1.799.138 |
| Valor adicionado recebido em transferência | 115.677 | 128.822 |
| Receitas financeiras | 104.198 | 116.330 |
| Doações e subvenções | 11.479 | 12.492 |
| Valor adicionado total a distribuir | 1.834.333 | 1.927.960 |
| Distribuição do valor adicionado | | |
| Pessoal e encargos | 969.304 | 952.716 |
| Remuneração | 687.989 | 640.815 |
| FGTS | 33.935 | 31.849 |
| Benefícios | 221.235 | 232.421 |
| Fundo de previdência | 26.145 | 47.631 |
| Impostos, taxas e contribuições | 483.434 | 488.761 |
| Federal | 466.424 | 473.707 |
| Estadual | 15.061 | 13.045 |
| Municipal | 1.949 | 2.009 |
| Remuneração de capitais de terceiros | 89.508 | 103.805 |
| Despesas financeiras | 60.552 | 75.870 |
| Aluguéis | 28.956 | 27.935 |
| Remuneração de capitais próprios | 292.087 | 382.678 |
| Juros sobre o capital próprio | 133.792 | 123.974 |
| Dividendos | - | 10.270 |
| Lucros retidos | 158.295 | 248.434 |
| Total do valor adicionado distribuído | 1.834.333 | 1.927.960 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
 (Valores expressos em milhares de reais)

| Nota | Reservas de capital | | | Reservas de lucros | | | | Adiantamento para futuro aumento de capital | Patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital | | |
|---|---------------------|---------------------|---|--------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|---|--|-----------------------------|--------------------------|
| | Capital social | Auxílios para obras | Doações e subvenções para investimentos | Reserva legal | Reserva de incentivos fiscais | Reserva de retenção de lucros | Outros resultados abrangentes | | | Lucros/prejuízos acumulados | Total patrimônio líquido |
| Saldos em 31 de dezembro de 2016 | 9.391,48 | 9.262 | 7.886 | 87.762 | 1.659 | 695.997 | 147.863 | - | 1.889.577 | 19.330 | 1.908.907 |
| Integralização de Capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | - | - | - | - | - | - | (1.755) | 1.755 | - | 12.581 | 12.581 |
| Realização da reserva de reavaliação | - | - | - | - | - | - | (155.922) | - | (155.922) | - | - |
| Ganhos e perdas atuariais | - | - | - | - | - | - | - | 382.678 | 382.678 | - | 382.678 |
| Lucro líquido do período | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Destinações propostas à Assembleia Geral Ordinária: | | | | | | | | | | | |
| Juros sobre o capital próprio | - | - | - | - | - | - | - | - | (123.974) | - | (123.974) |
| Dividendos | - | - | - | - | - | - | - | - | (10.270) | - | (10.270) |
| Constituição de reservas | - | - | - | 19.134 | 95 | 230.960 | - | - | (250.189) | - | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | 9.391,48 | 9.262 | 7.886 | 106.896 | 1.754 | 926.957 | (9.814) | - | 1.982.089 | 31.911 | 2.014.000 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | 9.391,48 | 9.262 | 7.886 | 106.896 | 1.754 | 926.957 | (9.814) | - | 1.982.089 | 31.911 | 2.014.000 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | 9.391,48 | 9.262 | 7.886 | 106.896 | 1.754 | 926.957 | (9.814) | - | 1.982.089 | 31.911 | 2.014.000 |
| Integralização de Capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Realização de reservas | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Ganhos e perdas atuariais | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Lucro líquido do período | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Destinações propostas à Assembleia Geral Ordinária: | | | | | | | | | | | |
| Juros sobre o capital próprio | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Dividendos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Constituição de reservas | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 1.635,145 | 9.262 | 7.886 | 14.604 | 582 | 144.758 | (56.553) | - | 2.095.294 | 47,183 | 2.142,477 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(EM MILHARES DE REAIS - R\$, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

1 - INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan ("Companhia") é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades por Ações, constituída com base na Lei nº 5.167, de 21 de dezembro de 1965, regulamentada pelo Decreto nº 17.788, de 04 de fevereiro de 1966, e alterada pela Lei nº 13.435, de 05 de abril de 2010, e pela Lei nº 14.833, de 04 de janeiro de 2016. A Companhia passou a operar de forma efetiva a partir de 28 de março de 1966.

O acionista controlador da Corsan é o Estado do Rio Grande do Sul, que detém 99,99% do seu capital social, estando a Companhia vinculada à Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura. O objeto da Companhia é o de realizar a construção, a operação, a exploração mercantil e a ampliação de instalações concernentes aos serviços públicos de fornecimento de água potável e coleta de esgotos sanitários; a realização de estudos, pesquisas e projetos no intuito do constante desenvolvimento de suas atividades operacionais, bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas permitidas por lei, concernentes à atividade de prestação de serviços de saneamento básico e participação em outras sociedades.

Atua em 317 municípios do Rio Grande do Sul com sistemas de abastecimento de água e, concomitantemente, em 295 municípios com contratos firmados de sistemas de coleta e tratamento de esgoto. Em 294 municípios, as operações decorrem de Contratos de Programa, conforme regulamentado na Lei nº 11.445/07. Em 31 de dezembro de 2018, há 12 contratos cujos prazos de concessão expiraram, estando todos em fase de negociação para renovação dos serviços concedidos, mediante Contratos de Programa.

2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1) Declaração de conformidade e base de preparação

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB em especial ao IAS 34. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de diretoria de 11 de março de 2019.

2.2) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo e alta liquidez, utilizados para cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.3) Contas a receber de clientes

Inclui os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do

abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativa pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio histórico de cada cliente.

2.4) Ativos financeiros - contratos de concessão

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estas contas a receber são classificadas no ativo não circulante, considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

2.5) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É calculada com base em critério técnico, segundo avaliação das contas a receber de usuários do serviço de água e esgoto, e a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas no passado. O valor provisionado é considerado suficiente pela administração para cobrir a expectativa de perdas na realização dos créditos.

2.6) Estoques

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo e à manutenção de sistemas de água e esgoto e encontram-se classificados no ativo circulante. A avaliação é realizada pelo custo médio de aquisição e não excede o valor líquido realizável.

2.7) Investimentos

Os investimentos estão demonstrados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

2.8) Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia está composto, substancialmente, por terrenos, prédios, veículos, sistemas de esgotos próprios e ligados à atividade industrial privada e outros bens que não estão vinculados à concessão pública. Os bens classificados no ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição ou construção. Quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo será reconhecido no valor contábil do imobilizado se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

| | |
|----------------------|---------|
| • Edifícios | 25 anos |
| • Máquinas | 10 anos |
| • Veículos | 5 anos |
| • Demais bens móveis | 10 anos |

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos periodicamente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A Companhia revisa a vida útil econômica desses ativos anualmente.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.9) Ativos intangíveis CONCESSÕES

A Companhia possui contratos de concessão pública de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os contratos de concessão são firmados com os municípios, sendo os contratos similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente.

Os contratos de concessão representam um direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, via tarifação, controlada pelas Agências Reguladoras dos Serviços Públicos Delegados, pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão. A Companhia reconhece como um ativo intangível esse direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário durante o período de concessão, em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecidos conforme nota 2.14, e o valor do ativo financeiro, trazido a valor presente, referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos do IAS 29.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens ou prazo de concessão, como segue:

| | Vida útil do intangível | Prezo médio de concessão |
|--------------------|-------------------------|--------------------------|
| Sistemas de água | 60 anos | 25 anos |
| Sistemas de esgoto | 60 anos | 25 anos |
| Bens de uso geral | 10 anos | 25 anos |

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica, em que os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado ou deixar de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos. A Companhia não possui nenhum contrato de concessão oneroso.

2.10) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda ou outros passivos financeiros. A Companhia determina a classificação de seus instrumentos financeiros no momento do seu

reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os principais ativos financeiros em 31 de dezembro de 2018 e 2017 reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e ativos financeiros de contratos de programa. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e dívidas com a Fundação Corsan.

A Companhia não realizou, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, operações com instrumentos derivativos.

RECONHECIMENTO INICIAL E MENSURAÇÃO

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, e outros passivos financeiros – empréstimos e financiamentos.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos e passivos financeiros mantidos para negociação ou aqueles designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas, no resultado, como despesa financeira ou despesa comercial, conforme a natureza do ativo financeiro ao qual a perda se relaciona.

OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.11) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.12) Benefícios pós-emprego concedidos aos empregados

A Companhia é patrocinadora da Fundação Corsan, entidade fechada de previdência complementar, cuja principal finalidade é a de manter planos de suplementação de aposentadorias, pensões e demais prestações asseguradas pela previdência oficial aos participantes. O plano de benefícios da Fundação Corsan é do tipo “benefício definido” e a avaliação é procedida por atuário independente. De acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 695, de 2012, a Companhia reconheceu no passivo não circulante os efeitos das obrigações com o plano de benefícios, pelo regime de competência.

Ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em “outros resultados abrangentes” no patrimônio líquido, como requerido no CPC 33(R1) e IAS 19 - Benefício a Empregados.

Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos custos de serviços passados ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos pela Fundação Corsan.

2.13) Impostos

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor conforme normas estabelecidas para as empresas que têm como base de apuração o lucro real.

Os tributos são contabilizados pelo regime de competência e as alíquotas utilizadas são de 15%, mais adicional de 10% para o imposto de renda e 9% para contribuição social.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

IMUNIDADE

Em virtude do posicionamento do Supremo Tribunal Federal acerca da extensão da imunidade tributária, relativa ao Imposto de Renda e Contribuição Social, às sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos essenciais, a Companhia, em 17 de dezembro de 1993, ajuizou Ação Ordinária Declaratória Cumulada com Repetição de Indébito para se beneficiar da referida imunidade através do Processo 93.00.15146-5/RS ou 0015146-22.1993.4.04.7100. O referido processo foi julgado de forma monocrática pela Ministra Rosa Weber, RE 342.314/RS, assegurando apenas a imunidade de impostos federais à Corsan, afastando a imunidade em relação às contribuições sociais. Atualmente, o processo encontra-se na fluência de prazo recursal junto ao Supremo Tribunal Federal.

IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições pelas seguintes alíquotas básicas:

| | Alíquotas |
|--|-----------|
| COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social | 7,60% |
| PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público | 1,65% |

Os serviços são apresentados na demonstração do resultado pelos seus valores líquidos dos respectivos impostos (receita líquida de serviços).

2.14) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do período. As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário não faturadas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Um grupo de contratos de construção é tratado como um contrato de construção único quando: i) o grupo de contratos foi negociado como um pacote único; ii) os contratos estiverem tão diretamente interrelacionados que sejam, com efeito, parte do projeto único com margem de lucro global, e; iii) os contratos são executados simultaneamente ou em sequência contínua.

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 47 Contratos de Construção (IFRS 15), segundo o método de porcentagem de conclusão (POC). O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico-financeiro de cada contrato.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. A receita é reconhecida tomando-se como base as margens anuais contratadas, ou estimadas (1,30% em 31 de dezembro de 2018 e 1,97% em 31 de dezembro de 2017).

A Companhia revisa pelo menos anualmente suas margens.

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

RECEITA FINANCEIRA

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda do valor recuperável é identificada em relação a uma aplicação financeira ou uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil ao seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao ativo, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original da aplicação financeira ou das contas a receber.

2.15) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O valor dos juros sobre o capital próprio é tratado, para fins contábeis, como dividendo e é apresentado nas demonstrações financeiras como uma redução do Patrimônio Líquido conforme Deliberação CVM nº 683/12. O benefício fiscal relacionado é registrado e ajustado na apuração do IRPJ e CSLL.

As informações de juros sobre o capital próprio estão apresentadas na Nota 22d.

2.16) Demonstrações dos fluxos de caixa e valor adicionado

A Demonstração dos fluxos de caixa (DFC) foi preparada pelo método indireto e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03(R2) (IAS7) – Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (IASB).

Os termos utilizados na Demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Companhia e a outras atividades que não são de investimento e de financiamento;

Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa;

Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

A Demonstração do valor adicionado (DVA) é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com a deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC09 – demonstração do valor adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza gerada pela Companhia durante o período, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (*stakeholders*).

2.17) Ajustes a valor presente

Os ativos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às informações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita. Em 31 de dezembro de 2018, os ativos financeiros relacionados à concessão de serviços públicos e o contas a receber de longo prazo foram ajustados a seu valor presente.

2.18) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.19) Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e, conseqüentemente, não há evento que possa diluir os dividendos atribuíveis às ações da Companhia e, desta forma, o dividendo básico e o diluído são de idêntico valor.

2.20) Programa de participação nos lucros e resultados – PPLR

No exercício, são registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estes valores são calculados com base em indicadores e metas definidas pela Administração e apropriadas em contas específicas nos grupos de custos dos serviços, despesas comerciais e despesas administrativas.

2.21) Redução ao valor recuperável – Impairment

PERDA POR REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS FINANCEIROS

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores eventualmente podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

PERDA POR REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Nas datas dos balanços, não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

2.22) Custo de empréstimo

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos com empréstimo são registrados como despesa no período em que ocorrerem. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos aos empréstimos.

Conforme permitido pelo ICPC 01, a Companhia capitaliza os custos dos empréstimos referentes aos ativos intangíveis dos serviços de construção relacionados aos contratos de concessão de serviços públicos.

3 - JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMIS- SAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Entretanto, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo relacionado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

IMPOSTOS

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dada a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados e para as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

VALOR JUSTO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; todavia, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

Os estudos atuariais realizados para dimensionar as obrigações e custos dos benefícios de aposentadoria e assistência à saúde têm a finalidade de atender às exigências de contabilização de passivos/ativos resultantes dos benefícios oferecidos pelas empresas aos seus empregados, considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), em correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 19 (IASB – BV 2012).

Os cálculos atuariais efetuados para dimensionar todas estas obrigações são realizados tendo como base parâmetros técnicos (premissas atuariais, demográficas, econômicas e financeiras) que são reavaliados periodicamente visando atestar sua aderência à massa de participantes do plano.

PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia reconhece provisão para causas fiscais, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas em um período não superior a um ano efetuando alterações de acordo com eventos processuais.

4 - PRONUNCIAMENTOS DO IFRS

a) Pronunciamentos do IFRS novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

A Companhia aplicou, pela primeira vez, determinadas normas e alterações em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substituiu a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia adotou a nova norma na data efetiva requerida e não fez reapresentação de informações comparativas, pois não produziu efeitos em suas demonstrações financeiras.

IFRS 15 - Receita de contratos com clientes - A IFRS 15 foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituiu todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS. A administração da Companhia analisou as suas operações (nota 2.14) e não identificou impactos.

IFRS 2 - Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações - Alterações à IFRS 2 - O IASB emitiu alterações à IFRS 2 Pagamentos baseados em ações, que abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e o tratamento contábil quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.

Na adoção, as entidades são obrigadas a adotar as alterações sem atualizar períodos anteriores, mas a adoção retrospectiva é permitida se aplicada para as três alterações e os outros critérios forem atendidos. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018, sendo permitida a adoção antecipada.

Estas alterações não têm impactos para Companhia, uma vez que ela não adota este tipo de pagamento.

b) Pronunciamentos do IFRS emitidos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2018

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. Porém, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia quando de sua adoção inicial:

Alterações à IFRS 10 e à IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*) - As alterações abordam o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 no tratamento da perda de controle de uma subsidiária que é vendida ou contribuída a uma associada ou a um empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*). As alterações esclarecem que o ganho ou a perda resultantes da intermediação de venda ou contribuição de ativos que constituem um negócio, conforme definido na IFRS 3, entre um investidor e sua associada ou *joint venture*, são reconhecidos(as) na íntegra. Qualquer ganho ou perda resultantes da intermediação de venda ou contribuição de ativos que não constituam um negócio, no entanto, são reconhecidos somente na extensão das participações de investidores não relacionados na associada ou *joint venture*. O IASB adiou indefinidamente a data de vigência das referidas alterações, mas uma entidade que adotar as alterações antecipadamente deve aplicá-las prospectivamente.

Entretanto, essas alterações não têm efeito sobre sua posição patrimonial e financeira e desempenho das operações, uma vez que a Companhia não possui diferenças temporárias dedutíveis ou ativos que estejam no âmbito das alterações.

IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil - A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substituiu a IAS 17 - Operações de arrendamento mercantil, a IFRIC 4 - Como determinar se um acordo contém um arrendamento, o SIC-15 Arrendamentos operacionais - Incentivos e o SIC-27 - Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento. A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 e introduz um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro.

O principal objetivo é definir se existe um arrendamento nos contratos ou se o contrato é uma prestação de serviço. Após esta definição, se um contrato contiver um arrendamento, deverá ser contabilizado no ativo, a ser depreciado e no passivo com apropriação de encargos financeiros.

O arrendamento está presente em um contrato, se o contrato incluir ambos:

- Um ativo identificável especificado explicitamente ou implicitamente.

Neste caso o fornecedor não tem a prática de substituir o ativo, ou a substituição não traria nenhum benefício econômico para o fornecedor.

- O direito de controle do uso do ativo durante o contrato. Neste caso, a Sociedade deve ter autoridade para tomada de decisões sobre o uso do ativo e capacidade de obter substancialmente todos os benefícios econômicos pelo uso do ativo.

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos).

As análises, na identificação e mensuração dos efeitos na data de adoção inicial, identificação das necessidades de modificação dos sistemas informatizados utilizados, desenho e implantação de controles internos, políticas e procedimentos adequados e necessários para coletar e divulgar as informações requisitadas nesse novo pronunciamento, estão sendo feitas com auxílio de especialista externo à Companhia

Tais análises e modificações estão em processo de finalização na data da emissão destas Demonstrações Financeiras.

O valor a ser reconhecido que impactará no aumento do Ativo e do Passivo trará reflexos no Resultado Econômico e acarretará em alteração do EBITDA da Companhia.

A Companhia possui 177 contratos e estima um impacto em torno de R\$ 53.880, no Balanço Patrimonial na data de adoção inicial, em 01 de janeiro de 2019.

5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---------------------------------|---------------|---------------|
| Caixa | 1 | 1 |
| Depósitos bancários | 28.040 | 25.749 |
| Aplicações de liquidez imediata | 38.123 | 53.953 |
| Total | 66.164 | 79.703 |

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras de longo prazo totalizam R\$ 63.555 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 59.968 em 31 de dezembro de 2017) e referem-se, substancialmente, a valores dados em garantia para empréstimos contraídos para obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) promovido pelo Governo Federal junto aos bancos Banrisul e Caixa Econômica Federal.

O montante do ativo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

| Banco | Ano | Valor |
|---------------------------------|------|---------------|
| Banrisul Reserva BNDES PAC 1 | 2023 | 6.584 |
| Banrisul Reserva BNDES PAC 2 | 2027 | 6.706 |
| Caixa Econômica Federal Reserva | 2034 | 50.265 |
| Total | | 63.555 |

6 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|----------------|----------------|
| Contas a receber vincendas | | |
| Particular | 175.086 | 163.463 |
| Pública | 9.146 | 13.085 |
| Contas a receber vencidas | | |
| Particular | 79.048 | 74.571 |
| Pública | 7.444 | 13.087 |
| Receitas a faturar | 82.386 | 72.221 |
| Total de contas a receber | 353.110 | 336.427 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (3.774) | (6.038) |
| | 349.336 | 330.389 |
| Circulante | 342.051 | 326.980 |
| Não circulante | 7.285 | 3.409 |

Os valores de contas a receber estão compostos da seguinte forma:

| | 31/12/2018 | | 31/12/2017 | |
|--------------------------------------|------------|---------|------------|---------|
| | Particular | Pública | Particular | Pública |
| A vencer | 175.086 | 9.146 | 163.463 | 13.085 |
| Créditos vencidos - 01 a 30 dias | 53.276 | 3.601 | 48.196 | 4.517 |
| Créditos vencidos - 31 a 90 dias | 17.341 | 1.669 | 16.465 | 3.513 |
| Créditos vencidos - 91 a 180 dias | 6.179 | 652 | 6.952 | 1.977 |
| Créditos vencidos - 181 a 360 dias | 1.457 | 866 | 1.898 | 1.548 |
| Créditos vencidos - mais de 360 dias | 795 | 656 | 1.060 | 1.532 |
| Total | 254.134 | 16.590 | 238.034 | 26.172 |

O saldo com o poder público corresponde ao faturamento pela prestação de serviços de água e esgoto para órgãos e autarquias dos poderes federal, estadual e municipal. As faturas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul têm sido liquidadas através de encontro de contas com dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.

A conta "Receitas a faturar" se refere aos serviços prestados e não faturados, com base no consumo médio de cada rota de faturamento, aplicado ao período entre a data da última leitura e o final do mês (nota 2.14).

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída considerando as contas a receber vencidas há mais de 180 dias e faturas que apresentam risco de perda.

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|-------------------------------|----------------|----------------|
| Saldo no início do exercício | (6.038) | (10.331) |
| Adições | (17.836) | (10.619) |
| Reversões/realização de perda | 20.100 | 14.912 |
| Saldo no final do exercício | (3.774) | (6.038) |

7 - ESTOQUES

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|-------------------------------------|---------------|---------------|
| Tubulações de água e esgoto | 59.135 | 59.064 |
| Materiais de tratamento/laboratório | 5.167 | 2.972 |
| Materiais diversos | 17.959 | 14.421 |
| Total | 82.261 | 76.457 |

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo, à manutenção de sistemas de água e esgoto. Os materiais destinados à aplicação em obras são classificados no intangível.

8 - TRIBUTOS DIFERIDOS

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|----------------|------------|
| Classificados no ativo não circulante | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 454.428 | 403.498 |

Classificados no passivo não circulante

| | | |
|--------------------------|--------------|-------|
| PASEP e COFINS diferidos | 7.507 | 7.961 |
|--------------------------|--------------|-------|

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

De acordo com o CPC 32 (R2), vêm sendo registrados os créditos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias. As bases destes créditos são as seguintes:

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|------------------|------------|
| Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias: | | |
| Passivo atuarial | 982.864 | 928.411 |
| Provisões para débitos com exigibilidade suspensa | 10.357 | 7.692 |
| Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas | 832.349 | 678.098 |
| Provisões para créditos de liquidação duvidosa | 3.774 | 6.038 |
| Provisões para perdas - diversas | 9.610 | 9.610 |
| Provisões reclamações Prefeitura de Novo Hamburgo | 58.792 | 88.514 |
| Contribuições previdenciárias tributadas por regime de caixa | - | 26.691 |
| Reserva de reavaliação | (74.239) | (74.259) |
| Efeitos da adoção do ICPC01 - contratos de concessão | (245.358) | (260.275) |
| Encargos financeiros capitalizados | (235.913) | (215.040) |
| Varição cambial tributada por regime de caixa | 2.742 | (2.091) |
| Outras provisões e diferenças temporárias | (8.423) | (6.631) |
| Total das diferenças temporárias | 1.336.555 | 1.186.758 |
| Alíquota vigente | 34% | 34% |
| Total de imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos | 454.428 | 403.498 |

Conciliação alíquota efetiva

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|------------------|------------|
| Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) | 387.672 | 505.919 |
| Alíquota vigente | 34% | 34% |
| Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente | (131.808) | (172.012) |
| Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes: | | |
| Juros sobre capital próprio | 45.489 | 42.151 |
| Incentivos fiscais | 7.776 | 8.534 |
| Outras diferenças permanentes | (17.042) | (1.914) |
| Imposto de renda e contribuição social no resultado | (95.585) | (123.241) |
| Corrente | (123.287) | (162.005) |
| Diferido | 27.702 | 38.764 |
| Alíquota efetiva | 25% | 24% |

Para fins de adequação à Deliberação CVM nº 683/12, o valor dos JSCP foi registrado diretamente no Patrimônio Líquido.

b) COFINS e PASEP diferidos

| | 31/12/2018 | | | 31/12/2017 | | |
|---------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | COFINS | PASEP | Total | COFINS | PASEP | Total |
| RTT | 6.168 | 1.339 | 7.507 | 6.541 | 1.420 | 7.961 |
| Valor passivo | (6.168) | (1.339) | (7.507) | (6.541) | (1.420) | (7.961) |

c) Impostos e contribuições a recuperar

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---------------------------------|--------------|--------------|
| Imposto de renda a compensar | 8.760 | 2.646 |
| Contribuição social a compensar | 1.015 | - |
| Total | 9.775 | 2.646 |

9 - OUTROS CRÉDITOS

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---------------|------------|
| Créditos com prefeituras municipais | 2.828 | 2.815 |
| Adiantamento de férias | 4.081 | 3.682 |
| Indenizações judiciais a receber | 4.434 | 4.434 |
| Por serviços ou obras prestados a terceiros | 1.952 | 2.025 |
| Valores a compensar | 1.037 | 1.033 |
| Créditos diversos | 376 | 377 |
| | 14.708 | 14.366 |
| Circulante | 7.847 | 7.508 |
| Não circulante | 6.861 | 6.858 |

10 - ATIVOS FINANCEIROS - CONTRATOS DE CONCESSÃO

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2018, R\$ 365.781 a receber do poder concedente (municípios), referente ao montante esperado de ressarcimento do valor residual da infraestrutura ao final das concessões (R\$ 458.612 em 31 de dezembro de 2017). Este valor foi ajustado ao respectivo valor presente no reconhecimento inicial, tendo sido descontado pelo custo médio ponderado de capital, conforme segue:

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|-------------------------------|------------------|------------|
| Ativos financeiros | 953.242 | 1.209.967 |
| (-) Ajuste a valor presente | (587.461) | (751.355) |
| Total | 365.781 | 458.612 |

Movimentação do Ativo Financeiro

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--------------------------------|-----------------|------------|
| Saldo no início do exercício | 458.612 | 402.336 |
| Constituição/realização de AVP | 41.298 | 42.454 |
| Adições/(Baixas) | (38.304) | (59.856) |
| Transferências líquidas | (95.825) | 73.678 |
| Saldo no final do exercício | 365.781 | 458.612 |

TRANSFERÊNCIA DE BENS E SERVIÇOS

a) **Novo Hamburgo:** Por força de decisão judicial da 3ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre, sob o Processo nº 01197704164, a Corsan fez a entrega para a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, conforme termo de entrega de serviços públicos concedidos, assinado entre

as partes em 03/12/98, do sistema de abastecimento de água, equipamentos, instalações e o acervo vinculado e necessário aos referidos serviços. Em 14/12/98, por decisão do Superior Tribunal de Justiça, foi sustado o cumprimento do mandado de intimação para entrega compulsória daqueles serviços, embora já tivessem sido entregues. A ação judicial prosseguiu, então, sob o nº 001/1.05.0286812-4, limitando-se a discutir a indenização em relação ao patrimônio que a Corsan detinha no Município de Novo Hamburgo, afetado à prestação do respectivo serviço. Nesse processo, foi reconhecido o dever do citado município em indenizar a Corsan. Foram expedidos dois precatórios de nº 160981-7 e nº 170853-6 com valores respectivos de R\$ 35.976 e R\$ 130.182 para pagamento da dívida.

Muito embora o precatório estabeleça um valor, o mesmo não permite estabelecer o momento em que o pagamento será realizado, diante disso, de acordo com o previsto no CPC 25 - Provisões de Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Deliberação CVM nº 594/09 - o ativo contingente foi reconhecido contabilmente, e foi constituída uma provisão para perda líquida do ativo financeiro.

b) Uruguaiana: Em atendimento à decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, nos autos das Suspensões de Liminares (SLS) números 1406-RS e 1407-RS, a Corsan fez a transferência da operação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e respectivos bens a eles afetos ao município de Uruguaiana, conforme termo de transferência assinado entre as partes, em 24 de junho de 2011. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2018 totaliza R\$ 24.991 (R\$ 24.991 em 31 de dezembro de 2017). No ano de 2014 foi ajuizada ação sob nº 037/1.14.0003096-5, de cobrança contra o município de Uruguaiana relativo a patrimônio que era afetado à execução dos serviços.

c) São Gabriel: Após retomada, pelo Município de São Gabriel, dos serviços de água e esgoto que eram prestados pela Corsan no aludido município, foi ajuizada ação judicial de cobrança relativa ao patrimônio que era afetado à execução dos citados serviços. Essa ação judicial, proposta em 01/07/2014, foi registrada sob o nº 031/1.14.0001512-7 e tramita junto à 1ª Vara Cível da Comarca de São Gabriel, estando ainda pendente de julgamento. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2018 totaliza R\$ 3.816 (R\$ 3.816 em 31 de dezembro de 2017).

d) Teutônia: Após retomada, pelo Município de Teutônia, dos serviços de água e esgoto que eram prestados pela Corsan no aludido município, foi ajuizada ação judicial de cobrança relativa ao patrimônio que era afetado à execução dos citados serviços. Essa ação judicial, proposta em 02/07/2014, foi registrada sob o nº 159/1.14.0001413-5 e tramita junto à 1ª Vara Judicial da Comarca de Teutônia, estando ainda pendente de julgamento. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2018 totaliza R\$ 304 (R\$ 304 em 31 de dezembro de 2017).

11 - IMOBILIZADO

| Custo | Sistemas de esgoto | Bens de uso geral | Obras em andamento | Total do imobilizado |
|--------------------------------------|--------------------|-------------------|--------------------|----------------------|
| Saldos em 31/12/2017 | 22.128 | 349.969 | 2.111 | 374.208 |
| Adições | - | 38.775 | 1.065 | 39.840 |
| Baixas | - | (2.190) | - | (2.190) |
| Transferências | - | (2.072) | (106) | (2.178) |
| Saldos em 31/12/2018 | 22.128 | 384.482 | 3.070 | 409.680 |
| Depreciação | | | | |
| Saldos em 31/12/2017 | (18.997) | (251.015) | - | (270.012) |
| Depreciações | (347) | (19.340) | - | (19.687) |
| Baixas | - | 1.525 | - | 1.525 |
| Transferências | - | 119 | - | 119 |
| Saldos em 31/12/2018 | (19.344) | (268.711) | - | (288.055) |
| Saldos líquidos em 31/12/2017 | 3.131 | 98.954 | 2.111 | 104.196 |
| Saldos líquidos em 31/12/2018 | 2.784 | 115.771 | 3.070 | 121.625 |

A depreciação do exercício apropriada ao resultado como custo do serviço prestado foi de R\$ 11.800 (R\$ 12.091 em 31 de dezembro de 2017), R\$ 1.847 (R\$ 1.827 em 31 de dezembro de 2017) como despesa comercial e R\$ 6.040 (R\$ 1.811 em 31 de dezembro de 2017) como despesa administrativa.

Sob a rubrica "sistemas de esgotos", são registrados itens do ativo imobilizado utilizados pela Companhia em atividades próprias ou para prestação de serviços não relacionados à concessão pública, como, por exemplo, tratamento de esgoto de condomínios industriais privados.

Sob a rubrica "bens de uso geral", são registrados terrenos, imóveis, veículos e máquinas utilizados pela Companhia em atividades não relacionadas à concessão pública.

12 - INTANGÍVEL

| Custo | Sistemas de abastecimento de água | Sistemas de esgoto | Bens de uso geral | Obras em andamento | Total do intangível |
|--------------------------------------|-----------------------------------|--------------------|-------------------|--------------------|---------------------|
| Saldos em 31/12/2017 | 1.045.531 | 928.863 | 162.185 | 1.240.243 | 3.376.822 |
| Adições | 16.258 | 2.338 | 15.958 | 280.075 | 314.629 |
| Baixas | - | - | (306) | (328) | (634) |
| Transferências | 94.596 | 172.210 | 9.830 | (123.670) | 152.966 |
| Saldos em 31/12/2018 | 1.156.385 | 1.103.411 | 187.667 | 1.396.320 | 3.843.783 |
| Amortização | | | | | |
| Saldos em 31/12/2017 | (300.036) | (170.766) | (62.446) | - | (533.248) |
| Amortizações | (54.928) | (40.946) | (12.992) | - | (108.866) |
| Baixas | - | - | 279 | - | 279 |
| Transferências | 7 | - | (207) | - | (200) |
| Saldos em 31/12/2018 | (354.957) | (211.712) | (75.366) | - | (642.035) |
| Saldos líquidos em 31/12/2017 | 745.495 | 758.097 | 99.739 | 1.240.243 | 2.843.574 |
| Saldos líquidos em 31/12/2018 | 801.428 | 891.699 | 112.301 | 1.396.320 | 3.201.748 |

A amortização do exercício apropriada ao resultado como custo do serviço prestado foi de R\$ 108.866 (R\$ 102.569 em 31 de dezembro de 2017).

Sob a rubrica “bens de uso geral”, são registrados imóveis e equipamentos necessários à administração e manutenção dos sistemas de água e esgoto diretamente relacionados à concessão pública. Tais ativos têm vida útil específica.

O valor dos custos de empréstimo capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 23.075 (R\$ 23.922 em 31 de dezembro de 2017).

13 - SEGUROS

Em função das características de suas operações serem multilocalizadas, com base em programa de gerenciamento de riscos, através de análise de priorização com a análise da baixa probabilidade e pequeno impacto representando pequenos problemas e prejuízos, a Companhia não adota política de transferir o risco de sinistro através de contratação de seguros.

14 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

| Instituição | Indexador | Taxa de juro anual | Último vencimento | Circulante | | Não circulante | |
|-----------------------------------|-----------|--------------------|-------------------|---------------|---------------|----------------|----------------|
| | | | | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
| BNDES | TJLP | 2,61% | 15/07/29 | 38.200 | 34.982 | 170.659 | 173.493 |
| BNDES - FINEM | IPCA-IBGE | 2,78% | 15/08/38 | 447 | - | 50.000 | - |
| BNDES - CG | SELIC AC. | 2,50% | 15/11/23 | 297 | - | 101.014 | - |
| BID - Projeto “Pró-Guaíba” | US DÓLAR | 4,16% | 26/07/20 | 14.763 | 12.878 | 14.139 | 24.140 |
| Caixa Econômica Federal | UPR | 6,08% | 15/07/38 | 9.977 | 6.844 | 189.778 | 168.169 |
| Prefeitura Municipal de Encantado | UPR | 6,00% | 06/05/30 | 144 | 146 | 784 | 838 |
| Prefeitura Municipal de Osório | UPR | 6,00% | 04/08/30 | 1.637 | 1.594 | 16.384 | 17.552 |
| Prefeitura Municipal de Torres | UPR | 6,00% | 05/04/28 | 346 | 349 | 2.503 | 2.803 |
| Total | | | | 65.811 | 56.793 | 545.261 | 386.995 |

O financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID foi contratado com a finalidade de recuperação e gerenciamento ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba.

Os financiamentos com a Prefeitura Municipal de Encantado, com a Prefeitura Municipal de Osório e com a Prefeitura Municipal de Torres foram contratados junto à Caixa Econômica Federal visando à construção e ampliação do esgotamento sanitário dos respectivos municípios.

O financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - FINEM está dividido em dois subcréditos e foi contratado para implantação, ampliação e modernização do sistema de esgotamento sanitário dos municípios de Campo Bom, Jaguarão, Rio Grande, Santa Maria, Torres e Xangri-Lá e para renovação do parque de hidrômetros e implantação de sistemas padronizados de telemetria em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

O financiamento BNDES - CG foi destinado ao apoio financeiro para capital de giro.

Os demais empréstimos e financiamentos foram destinados à ampliação e modernização dos sistemas de esgoto e abastecimento de água em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pela arrecadação da receita da Corsan, até o limite do saldo devedor de cada contrato na data dos balanços.

Determinados contratos mantidos com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) possuem cláusulas financeiras que estabelecem metas de desempenho econômico-financeiro, que, se cumpridas, possibilitam à Companhia uma redução em sua taxa de juros contratual. Os juros sobre estes empréstimos são apropriados considerando os impactos decorrentes da aplicação de tais cláusulas. De acordo com cláusula contratual, a emitente se obriga a constituir e manter, durante toda a vigência do contrato, uma aplicação vinculada como garantia com saldo mínimo e os seguintes índices, apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras completas anuais.

| Índices contrato 08.2.0251.1 e 09.2.0953.1 BNDES | Metas | Realizado 2018 | Garantia |
|---|--|----------------|--------------|
| Dívida líquida / EBTIDA | Igual ou inferior a 2,0 | 1,42 | |
| Cobertura do serviço da dívida (Investimentos - aportes) / receita líquida | Igual ou superior a 1,9 Igual ou inferior a 18% | 2,14 14% | R\$ 6.323 |
| Índices contrato 14.2.0430.1 BNDES | Metas | Realizado 2018 | Garantia |
| Dívida líquida / EBTIDA | Igual ou inferior a 2,1 | 1,42 | |
| Índice de cobertura do serviço da dívida total | Igual ou superior a 1,9 | 2,14 | R\$ 252 |
| Índices contrato 11.2.0801.1 BNDES | Metas | Realizado 2018 | Garantia |
| Endividamento líquido total / EBTIDA | Igual ou inferior a 2,1 | 1,42 | |
| Índice de cobertura do serviço da dívida total (Investimentos - ajustes) / receita líquida | Igual ou superior a 1,9 Igual ou inferior a 26% | 2,14 14% | R\$ 1.407 |
| Índices contrato 12.2.0524.1 BNDES | Metas | Realizado 2018 | Garantia |
| Dívida Líquida total / EBTIDA | Igual ou inferior a 2,1 | 1,42 | |
| Índice de cobertura do serviço da dívida total Margem / EBTIDA | Igual ou superior a 1,9 Igual ou superior a 20% | 2,14 19% | R\$ 5.291 |
| Índices contrato 18.2.0259.1 BNDES | Metas | Realizado 2018 | Garantia |
| Dívida líquida + outras dívidas / EBITDA ajustado | Igual ou inferior a 4,0 | 3,51 | |
| Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) | Igual ou superior a 1,5 | 2,14 | sem garantia |

O montante do passivo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

| Ano | Valor |
|--------------|----------------|
| 2020 | 54.160 |
| 2021 | 71.532 |
| 2022 | 73.258 |
| 2023 | 68.425 |
| 2024 | 34.876 |
| Após 2024 | 243.010 |
| Total | 545.261 |

15 - DEBÊNTURES

Em 2 de dezembro de 2010, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a emissão Privada de Debêntures Simples, conforme contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e BNDES Participações S.A. - BNDESPAR.

Foram emitidas 93 debêntures no valor total de R\$57.509, em 03 séries, sendo emitidas 28 debêntures na primeira série, 30 debêntures na segunda série e 35 debêntures na terceira série.

Em 31 de dezembro de 2018, os recursos da primeira, segunda e terceira emissão foram captados, conforme segue:

Primeira emissão: são 28 (vinte e oito) debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 16 de abril de 2012, com 3 (três) anos de carência do principal e vencimentos em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais, sendo que a última parcela será liquidada em 16 de maio de 2022.

Segunda emissão: são 30 (trinta) debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 25 de março de 2013, com 37 (trinta e sete) meses de carência do principal e vencimentos de 7 (sete) parcelas anuais, sendo que a última parcela será liquidada em 25 de abril de 2023.

Terceira emissão: são 35 (trinta e cinco) debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 16 de dezembro de 2014, com 36 (trinta e seis) meses de carência do principal e vencimentos em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais, sendo que a última parcela será liquidada em 15 de janeiro de 2024.

| | Indexador | Taxa de juros anual | Circulante | | Não circulante | |
|--------------|-----------|---------------------|--------------|------------|----------------|------------|
| | | | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
| 1ª Emissão | TJLP | 1,92% | 2.099 | 2.108 | 2.823 | 5.129 |
| 2ª Emissão | IPCA | 1,92% | 4.172 | 4.085 | 7.910 | 11.422 |
| 3ª Emissão | TJLP | 1,92% | 2.961 | 2.953 | 3.191 | 6.093 |
| Total | | | 9.232 | 9.146 | 13.924 | 22.644 |

De acordo com a cláusula 7ª do contrato nº 10.2.1772.2, a emitente se obriga a constituir e manter, durante toda a vigência do contrato de promessa de subscrição e da escritura, uma aplicação vinculada com saldo não inferior a R\$ 3.406. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo dessa aplicação financeira é de R\$ 3.410 (R\$ 3.341 em 31 de dezembro de 2017).

A escritura inclui uma cláusula de "Obrigações Especiais da Emitente", com a obrigação de manter, durante a vigência das debêntures até o seu vencimento final aplicação vinculada como garantia com saldo mínimo e os seguintes índices apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras completas anuais.

| Índices | Metas | Realizado 2018 | Garantia |
|--|-------------------------|----------------|----------|
| Endividamento líquido total/EBTIDA | Igual ou inferior a 2,1 | 1,42 | |
| Índice de cobertura do serviço da dívida total | Igual ou superior a 1,9 | 2,14 | R\$3.406 |
| Investimentos/receita líquida | Igual ou inferior a 26% | 15% | |

16 - FORNECEDORES

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--------------------------------------|----------------|----------------|
| Fornecedores de materiais e serviços | 113.736 | 118.284 |
| Parcelamento - RGE | - | 136 |
| | 113.736 | 118.420 |
| Circulante | 113.736 | 118.284 |
| Não circulante | - | 136 |

17 - PARCELAMENTOS DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

| Imposto ou Contribuição | Taxa de juros | Último vencimento | Circulante | | Não Circulante | |
|-------------------------|---------------|-------------------|---------------|------------|----------------|------------|
| | | | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
| COFINS | Selic | 04/2022 | 7.137 | 6.540 | 21.414 | 26.161 |
| PASEP | Selic | 04/2022 | 1.550 | 1.420 | 4.649 | 5.680 |
| Contribuição social | Selic | 04/2022 | 741 | 679 | 2.223 | 2.716 |
| Imposto de renda | Selic | 04/2022 | 5.043 | 4.621 | 15.129 | 18.482 |
| Total | | | 14.471 | 13.260 | 43.415 | 53.039 |

18 - OUTROS DÉBITOS

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|-----------------------------------|---------------|------------|
| Consignações a recolher | 5.785 | 5.612 |
| Depósitos e retenções contratuais | 4.234 | 4.255 |
| Convênio Sesi | 183 | 357 |
| Outras contas a pagar | 184 | 1.193 |
| Total | 10.386 | 11.417 |

19 - CONTRATOS DE REPASSE

a) Orçamento Geral da União - OGU

A Corsan assinou contratos junto à União para recebimento de recursos a fundo perdido para aplicação em investimentos de água e esgoto. Até 31 de dezembro de 2018 foi liberado um total de R\$ 318.678, referente a 52 contratos junto ao Ministério das Cidades e 20 contratos junto à Fundação Nacional de Saúde - FUNASA. Por força de convênio com o Governo Estadual, a Corsan foi autorizada a proceder aumento de capital, sendo que R\$ 255.306 foram incorporados ao seu Capital Social nos anos de 2011 e 2015. Em relação aos R\$ 63.372 que restam, R\$ 16.189 estão inscritos no Passivo Financeiro em 31 de dezembro de 2018, derivados de 12 contratos que ainda não se encontram finalizados ou possuem possibilidade de sansão até sua prestação de contas final.

b) Agência Nacional das Águas - ANA

Foi assinado contrato 092/ANA/2014 - PRODES entre a Agência Nacional das Águas - ANA e a Companhia, que tem por propósito a transferência de recursos a título de compra de esgoto tratado no município de Erechim. Os valores são transferidos à Companhia de acordo com o cronograma de execução financeira e com o plano de aplicação, e montam R\$ 5.142 em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

20 - PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas consideram o estágio atual dos processos judiciais em andamento, sendo classificadas no passivo, conforme a expectativa de desembolso, na hipótese de sentença ou decisão desfavorável, e foram contabilizados conforme a expectativa de perda "provável", com base na opinião dos Administradores e da Superintendência Jurídica da Companhia.

A provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas é composta como segue:

| | 31/12/2018 | | 31/12/2017 | |
|--------------------|------------------|-----------------|-------------|----------------|
| | Trabalhista | Cível e fiscal | Trabalhista | Cível e fiscal |
| Saldo inicial | 553.330 | 124.768 | 431.369 | 118.515 |
| Adições | 268.969 | 38.184 | 218.686 | 8.712 |
| Saques/reversões | (165.982) | (11.964) | (121.087) | (6.906) |
| Despesa financeira | 18.994 | 6.050 | 24.362 | 4.447 |
| Saldo final | 675.311 | 157.038 | 553.330 | 124.768 |
| Total | | 832.349 | | 678.098 |
| Circulante | | 144.596 | | 117.882 |
| Não circulante | | 687.753 | | 560.216 |

Os depósitos judiciais efetuados em conexão com as provisões podem ser assim representados:

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--------------------|-------------------|-------------------|
| Saldo inicial | 327.629 | 272.242 |
| Adições | 249.338 | 232.693 |
| Saques/reversões | (188.209) | (177.306) |
| Saldo final | 388.758 | 327.629 |
| Circulante | 129.338 | 109.135 |
| Não circulante | 259.420 | 218.494 |

Ações trabalhistas

a) Processo 01292.001/86-0 Sindiágua - A origem do processo decorreu da implantação do Plano Cruzado em 1986, quando houve uma redução nominal dos salários pagos pela Companhia, na ordem de aproximadamente 11%, em virtude do imperativo legal que implantou o plano. O Sindicato entrou com uma ação, como substituto processual, tendo obtido ganho de causa. Foi realizado um acordo parcial em 1989, no qual os valores foram recompostos na folha de pagamento e os atrasados tiveram um acordo parcial, em que foram pagos os valores incontroversos. Para os valores controversos, a Companhia continua discutindo judicialmente. Essa provisão totaliza, em 31 de dezembro de 2018, R\$ 92.609 (R\$ 71.236 em 31 de dezembro 2017).

b) Processo 0114000-44.1996.5.04.0122 ARNO DOS REIS JUNQUEIRA - Trata-se de ação com pedido de suplementação de aposentadoria, ou, sucessivamente, pedido de reintegração no emprego. Após tramitação em todas as instâncias judiciais, a Corsan restou condenada a reintegrar no emprego o Autor, nas mesmas condições (cargo e função) que detinha antes da despedida, com o pagamento, desde o afastamento até a efetiva reintegração, de todas as parcelas salariais postuladas na inicial. O processo encontra-se em fase de liquidação. Essa provisão totaliza, em 31 de dezembro de 2018, R\$ 15.096.

c) Processo 0115900-81.2004.5.04.0122 - Sindiágua - No presente processo, o Sindicato, na qualidade de substituto processual de 146 empregados, postula o pagamento de diferenças salariais de promoções, dentre outros pedidos. A Corsan restou condenada ao pagamento das promoções dos anos de 1992, 1993, 1995, 1996, 1998, 2001, 2003 e 2004 por merecimento e por antiguidade, alternadamente, em parcelas vencidas e vincendas, com reflexos. Até o momento, procedeu-se com a implantação em folha de 34 substituídos. O processo encontra-se em fase de liquidação inicial. Essa provisão totaliza, em 31 de dezembro de 2018, R\$ 13.622.

d) Outras reclamações trabalhistas - Estas se referem a reclamações movidas por empregados, ex-empregados e prestadores de serviços terceirizados da Companhia e totalizam 2.424 ações. Em 31 de dezembro de 2018, a provisão referente a outras reclamações trabalhistas totaliza R\$ 553.984 (R\$ 482.094 em 31 de dezembro de 2017).

e) Dentre as ações trabalhistas, existem aquelas com prognósticos de perdas possíveis, para as quais a Companhia não constituiu provisão, no valor de R\$ 253.307 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 264.788 em 31 de dezembro de 2017).

Ações cíveis e fiscais

a) Ação ENC Empreiteira de Obras Ltda. (e como solidária Andrade Gutierrez) - No primeiro trimestre de 2013, a Companhia recebeu uma notificação nº 026/1.06.0003391-7 referente a processo movido pela Empreiteira de Obras Ltda. contra a Corsan e Construtora Andrade Gutierrez S/A, na qual a demandada buscou a condenação da Construtora Andrade Gutierrez S/A ao pagamento de quantia atinente ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de subempreitada firmado pelas mesmas para a execução da obra de construção do projeto denominado Lago Dourado. A Companhia constituiu provisão para perda em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$ 4.668 (R\$ 4.668 em 31 de dezembro de 2017).

b) Em 29 de agosto de 2012, a Corsan recebeu o Auto de Infração lavrado pela Delegacia

da Receita Federal do Brasil, no total de R\$ 4.648 a título de IRPJ e CSLL sobre exclusões indevidas do lucro líquido, de valores contabilizados devidos à Fundação Corsan, processo nº 11080730926/2012-49. A Companhia protocolou Processo Administrativo de Impugnação, o qual ainda não foi julgado. A Companhia possui provisão para a totalidade do valor questionado, a qual totaliza R\$ 6.335 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 5.890 em 31 de dezembro de 2017).

c) Outras reclamações - As ações referem-se, em sua maioria, a reclamações de preços e/ou qualidade dos serviços e transitam tanto no Juizado Especial Cível - JEC quanto na Justiça Comum Estadual. Em um segundo patamar estão ações indenizatórias por danos ao patrimônio, ações de desapropriação, ações civis públicas, ações cominatórias, ações populares, entre outras. As ações fiscais referem-se, principalmente, à cobrança do uso do solo e de ISSQN por parte dos municípios. Ao todo, a Companhia é parte em 1.910 ações para as quais está provisionado em 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$ 146.035 (R\$ 114.210 em 31 de dezembro de 2017).

d) A Companhia, também, é demandada judicialmente em ações cíveis e fiscais para as quais não foram constituídas provisões, por terem prognósticos de perdas possíveis, no valor de R\$ 295.836 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 215.056 em 31 de dezembro de 2017).

21 - PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Plano de benefício definido | 846.752 | 612.677 |
| Sistema de assistência IPE-SAÚDE | 79.022 | 73.634 |
| Incentivo à demissão voluntária | 57.090 | 242.100 |
| | 982.864 | 928.411 |

Contribuição esperada para a patrocinadora

| | 2019 | 2018 |
|----------------------------------|----------------|-------------|
| Plano de benefício definido | 127.373 | 115.283 |
| Sistema de assistência IPE-SAÚDE | 2.149 | 2.446 |
| Incentivo à demissão voluntária | 42.510 | 52.718 |
| Total | 172.032 | 170.447 |

a) Plano de aposentadoria

O plano de benefício "BD nº 001" é um plano de previdência complementar da modalidade de benefício definido administrado pela Fundação Corsan, destinado aos empregados e ex-empregados da patrocinadora Corsan, tendo como objetivo complementar o salário real médio, sobre o qual incidirá contribuição para o plano, dos últimos anos de atividade em relação ao valor-base do benefício atribuído pelo regulamento à previdência social (teto Fundação Corsan).

De acordo com o regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos participantes são os seguintes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria especial, pecúlio por morte, auxílio-doença, pensão, auxílio-reclusão e abono anual.

Os benefícios, calculados com base na média das últimas remunerações dos participantes e no valor de referência do teto Fundação Corsan, são reajustados no mês de maio de cada ano, pelo indexador atuarial do plano (INPC).

Seguem os resultados da avaliação atuarial referentes à apuração do passivo (ativo):

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|--------------------|-------------------|
| Conciliação dos (ativos) passivos reconhecidos | | |
| Obrigações atuariais | 2.632.015 | 2.289.511 |
| Valor justo dos ativos do plano | (1.745.017) | (1.591.839) |
| Passivo (ativo) atuarial líquido total reconhecido | 886.998 | 697.672 |
| Contratos de débitos do empregador com o plano (nota 23.i) | (40.246) | (84.995) |
| Passivo atuarial provisionado | 846.752 | 612.677 |

A Companhia possui contratos de reconhecimento de débitos para com o plano de benefício definido da patrocinada Fundação Corsan no valor de R\$ 40.246 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 84.995 em 31 de dezembro de 2017).

A movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os exercícios de 2018 e 2017 foi a seguinte:

| Movimentação do passivo (ativo) atuarial | 2018 | 2017 |
|--|-----------------|-------------|
| Passivo (ativo) atuarial líquido no início do ano | 697.672 | 466.131 |
| Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano | 61.823 | 63.137 |
| Contribuições do empregador vertidas no ano | (82.977) | (83.577) |
| Outros resultados abrangentes | 210.480 | 251.981 |
| Passivo (ativo) atuarial líquido no final do ano | 886.998 | 697.672 |

A origem da despesa reconhecida na demonstração do resultado do exercício de 2018, assim como a projeção da despesa a reconhecer no exercício de 2019, são explicadas no quadro a seguir:

| Despesa a reconhecer na Demonstração do Resultado | 2019 | 2018 |
|--|------------------|-------------|
| Custo do serviço corrente líquido | 3.999 | 621 |
| Custo de juros sobre as obrigações atuariais | 233.265 | 210.879 |
| Rendimento esperado dos ativos financeiros do plano | (157.041) | (149.678) |
| Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador | 80.223 | 61.822 |

| Evolução do valor presente das obrigações atuariais | 2018 | 2017 |
|--|------------------|-------------|
| Valor das obrigações atuariais no início do ano | 2.289.511 | 1.779.259 |
| Custo do serviço corrente líquido | 621 | (22.132) |
| Custo do serviço corrente bruto | 46.029 | 32.416 |
| Contribuições esperadas dos participantes | (45.408) | (54.548) |
| Contribuições efetivas realizadas pelo participantes | 61.817 | 54.548 |
| Juros sobre obrigação atuarial | 210.879 | 225.719 |
| Benefícios pagos no ano | (158.395) | (83.210) |
| (Ganhos) perdas atuariais | 227.582 | 335.327 |
| Valor das obrigações atuariais no final do ano | 2.632.015 | 2.289.511 |

| Evolução do valor justo dos ativos | 2018 | 2017 |
|---|--------------------|-------------|
| Valor justo dos ativos no início do ano | (1.591.839) | (1.313.128) |
| Benefícios pagos durante o exercício | 158.395 | 83.210 |
| Contribuições de participantes vertidas durante o exercício | (61.817) | (54.548) |
| Contribuições de empregador vertidas durante o exercício | (82.977) | (83.577) |
| Rendimento esperado dos ativos no ano | (149.677) | (140.450) |
| Ganhos (perdas) atuariais | (17.102) | (83.346) |
| Valor justo dos ativos no fim do ano | (1.745.017) | (1.591.839) |

Premissas utilizadas para cálculo do passivo e das projeções

Foi adotado o método da unidade de crédito projetada para calcular as obrigações atuariais, de acordo com premissas abaixo indicadas:

| Econômicas e financeiras | 2018 | 2017 |
|--|-------------|-------------|
| Taxa real de desconto atuarial | 4,92% | 5,37% |
| Retorno real esperado sobre os ativos | 4,92% | 5,37% |
| Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos | 1,88% | 1,88% |
| Crescimento real dos benefícios do plano durante o recebimento/HCCCTR (em Saúde) | 0,00% | 0,00% |
| Fator de capacidade sobre os benefícios | 98,00% | 98,24% |
| Fator de capacidade sobre os salários | 98,00% | 98,24% |
| Inflação esperada | 4,01% | 3,96% |
| Taxa de desconto nominal | 9,13% | 9,54% |
| Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano | 9,13% | 9,54% |
| Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos | 5,97% | 5,91% |
| Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento | 4,01% | 3,96% |
| Reajuste salários INPC JUN - OUT | 1,03% | 0,63% |
| Reajuste benefícios INPC JUN - OUT | 1,03% | 0,63% |

| Demográficas | 2018 | 2017 |
|----------------------------|--|--|
| Mortalidade geral | AT-1983 M&F (IAM) | AT-1983 M&F (IAM) |
| Mortalidade de inválidos | AT-1949 M&F (A100%) | AT-1949 M&F (A100%) |
| Entrada em invalidez | MULLER | MULLER |
| Taxa anual de rotatividade | Gama Exp. Rot. Funcorsan 2015 | Gama Exp. Rot. Funcorsan 2015 |
| Composição familiar | Ativos: Família Média / Assistidos: Família Real | Ativos: Família Média / Assistidos: Família Real |

b) Sistema de assistência à saúde IPE-SAÚDE

A cobertura relativa ao Sistema de assistência é realizada através de contrapartida financeira estabelecida no "Termo de Contrato de Prestação de Serviços", celebrado entre a patrocinadora Corsan e o IPE - Instituto de Previdência do Estado do RS.

A contrapartida financeira mensal da Companhia para o IPE-SAÚDE corresponde a 10,44% incidente sobre o salário de contribuição dos servidores vinculados à Corsan. Pelo acordo coletivo da Companhia, fica garantido que 50% desse mesmo percentual serão extensivos aos servidores que estão em gozo de benefício de aposentadoria pela Fundação Corsan. Seguem resultados da avaliação atuarial referentes à apuração do passivo (ativo) a ser contabilizado:

| Conciliação dos (ativos) passivos reconhecidos | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|-------------------|-------------------|
| Obrigações atuariais | 79.022 | 73.634 |
| Passivo atuarial provisionado | 79.022 | 73.634 |

A movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os exercícios de 2018 e 2017 foi a seguinte:

| Movimentação do passivo (ativo) atuarial | 2018 | 2017 |
|--|-----------------|-------------|
| Passivo (ativo) atuarial líquido no início do ano | 73.634 | 72.871 |
| Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano | 9.248 | 9.630 |
| Contribuições do empregador vertidas no ano | (14.979) | (13.127) |
| Outros resultados abrangentes | 11.119 | 4.260 |
| Passivo (ativo) atuarial líquido no final do ano | 79.022 | 73.634 |

A origem da despesa reconhecida na demonstração do resultado do exercício de 2018, assim como a projeção da despesa a reconhecer no exercício de 2019, são explicadas no quadro a seguir:

Despesa a reconhecer na Demonstração do Resultado

| | 2019 | 2018 |
|---|---------|---------|
| Custo do serviço corrente, com juros, da reavaliação atuarial | 3.069 | 2.283 |
| Contribuições esperadas | (2.149) | (2.446) |
| Custo de juros sobre as obrigações atuariais | 7.141 | 6.965 |
| Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador | 8.061 | 6.802 |

Evolução do valor presente das obrigações atuariais

| | 2018 | 2017 |
|---|----------|----------|
| Valor das obrigações atuariais no início do ano | 73.634 | 72.871 |
| Custo do serviço corrente bruto | 2.283 | 1.878 |
| Juros sobre obrigação atuarial | 6.965 | 7.751 |
| Benefícios pagos no ano | (14.979) | (13.127) |
| (Ganhos) perdas atuariais | 11.119 | 4.261 |
| Valor das obrigações atuariais no final do ano | 79.022 | 73.634 |

Premissas utilizadas para cálculo do passivo e das projeções

| Econômicas e financeiras | 2018 | 2017 |
|--|---------|---------|
| Taxa real de desconto atuarial | 4,95% | 5,74% |
| Retorno real esperado sobre os ativos | 4,95% | 5,74% |
| Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos | 1,88% | 2,18% |
| Crescimento real dos benefícios do plano durante o recebimento/HCCCTR (em Saúde) | 0,00% | 0,00% |
| Fator de capacidade sobre os benefícios | 100,00% | 100,00% |
| Fator de capacidade sobre os salários | 100,00% | 100,00% |
| Inflação esperada | 4,01% | 4,80% |
| Taxa de desconto nominal | 9,16% | 10,81% |
| Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano | 9,16% | 10,81% |
| Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos | 5,97% | 7,08% |
| Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento | 4,01% | 4,80% |
| Reajuste salários INPC JUN - OUT | 1,03% | 0,63% |
| Reajuste benefícios INPC JUN - OUT | 1,03% | 0,63% |

| Demográficas | 2018 | 2017 |
|----------------------------|--|--|
| Mortalidade geral | AT-2000(A5%)Basic Male | AT-2000(A5%)Basic Male |
| Mortalidade de inválidos | AT-1949 M&F (A100%) | AT-1949 M&F (A100%) |
| Entrada em invalidez | TASA - 1927 | TASA - 1927 |
| Taxa anual de rotatividade | Gama Exp. Rot. Funcorsan 2015 | Gama Exp. Rot. Funcorsan 2015 |
| Composição familiar | Ativos: Família Média / Assistidos: Família Real | Ativos: Família Média / Assistidos: Família Real |

c) Incentivo à demissão voluntária

A Corsan mantém um benefício de Incentivo à Demissão Voluntária aos funcionários, conforme estabelecido no Acordo Coletivo Intersindical 2016-2017. A referida vantagem permaneceu aberta para novas adesões até 31 de dezembro de 2016. A Corsan dispõe de um prazo de 30 meses para efetivar o desligamento. Ao final do exercício de 2018, há 89 adesões aguardando efetivo desligamento.

Tem direito ao benefício, o participante que cumpriu até 31/12/2016 os seguintes requisitos, cumulativamente:

c.1) Indenização de pagamento único

- Aderir ao Plano de Demissão Voluntária (PDV) entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2016;
- Ter 54 anos de idade completos ou mais;
- Possuir mais de 20 anos de vínculo empregatício com a Corsan.

O valor da indenização dependerá da idade do empregado na data de adesão ao PDV, não podendo exceder ao teto de R\$ 296.838 conforme segue:

- 54 anos: 21 remunerações base;
- 55/56 anos: 19 remunerações base;
- 57/58 anos: 17 remunerações base;
- 59 ou mais: 16 remunerações base.

c.2) Indenização mensal

- Ter 54 anos de idade completos ou mais;
- Ter concedida aposentadoria pela Previdência Social;
- Estar vinculado à Fundação Corsan, há pelo menos 5 anos, de forma que venha a cumprir o período de carência de 10 anos nos próximos 60 meses;
- Estar desligado da Corsan.

A indenização mensal é limitada em até 62 meses ou no momento em que os empregados completarem as carências junto da Fundação Corsan, o que ocorrer primeiro.

Seguem resultados da avaliação atuarial referentes à apuração do passivo (ativo) a ser contabilizado:

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|---------------|----------------|
| Obrigações atuariais | 57.090 | 242.100 |
| Passivo (ativo) atuarial provisionado | 57.090 | 242.100 |

Para fins de registro contábil da Corsan, a movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os exercícios de 2018 e 2017 foi a seguinte:

| | 2018 | 2017 |
|--|---------------|----------------|
| Passivo (ativo) atuarial líquido no início do ano | 242.100 | 266.490 |
| Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano | 15.191 | 62.179 |
| Contribuições do empregador vertidas no ano | (46.920) | (66.574) |
| Outros resultados abrangentes | (153.281) | (19.995) |
| Passivo (ativo) atuarial líquido no final do ano | 57.090 | 242.100 |

A origem da despesa reconhecida durante o exercício de 2018, assim como a projeção da despesa a reconhecer no exercício de 2019, são explicadas no quadro a seguir:

| | 2019 | 2018 |
|--|-----------------|-----------------|
| Contribuições esperadas | (42.510) | (52.718) |
| Custo de juros sobre as obrigações atuariais | 2.585 | 15.191 |
| Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador | (39.925) | (37.527) |

Evolução do valor presente das obrigações atuariais

| | 2018 | 2017 |
|--|---------------|----------------|
| Valor das obrigações atuariais no início do ano | 242.100 | 266.490 |
| Custo do serviço corrente bruto | - | 36.561 |
| Juros sobre obrigação atuarial | 15.191 | 25.618 |
| Despesa de juros sobre obrigação atuarial | 17.012 | 29.167 |
| Redução de juros decorrente dos pagamentos esperados de benefícios | (1.821) | (3.549) |
| Benefícios pagos no ano | (46.920) | (66.574) |
| (Ganhos) perdas atuariais | (153.281) | (19.995) |
| Valor das obrigações atuariais no final do ano | 57.090 | 242.100 |

Premissas utilizadas para cálculo do passivo e das projeções

| Econômicas e financeiras | 2018 | 2017 |
|---|-------------|-------------|
| Taxa real de desconto atuarial | 3,01% | 2,95% |
| Retorno real esperado sobre os ativos | 3,01% | 2,95% |
| Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos | 1,88% | 1,88% |
| Crescimento real dos benefícios do plano durante o recebimento/HCCTR (em Saúde) | 0,00% | 0,00% |
| Fator de capacidade sobre os benefícios | 98,00% | 98,24% |
| Fator de capacidade sobre os salários | 98,00% | 98,24% |
| Inflação esperada | 4,01% | 3,96% |
| Taxa de desconto nominal | 7,14% | 7,03% |
| Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano | 7,14% | 7,03% |
| Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos | 5,97% | 5,91% |
| Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento | 4,01% | 3,96% |
| Reajuste salários INPC JUN - OUT | 1,03% | 0,63% |
| Reajuste benefícios INPC JUN - OUT | 1,03% | 0,63% |

| Demográficas | 2018 | 2017 |
|----------------------------|--|--|
| Mortalidade geral | AT-1983 M&F (IAM) | AT-1983 M&F (IAM) |
| Mortalidade de inválidos | AT-1949 M&F (A100%) | AT-1949 M&F (A100%) |
| Entrada em invalidez | MULLER | MULLER |
| Taxa anual de rotatividade | Gama Exp. Rot. Funcorsan 2015 | Gama Exp. Rot. Funcorsan 2015 |
| Composição familiar | Ativos: Família Média / Assistidos: Família Real | Ativos: Família Média / Assistidos: Família Real |

O retorno dos investimentos da Fundação Corsan em 2018 foi de R\$ 157.555 (R\$ 151.498 em 2017).

A média ponderada da alocação dos ativos por categoria de ativo é a seguinte:

| Segmento | 2018 | 2017 | Limite |
|----------------------------|-------------|-------------|---------------|
| Renda fixa | 78,89% | 82,17% | 100% |
| Renda variável | 6,77% | 5,91% | 70% |
| Investimentos estruturados | 6,88% | 3,75% | 20% |
| Carteira de imóveis | 4,68% | 5,24% | 8% |
| Empréstimos | 2,77% | 2,92% | 15% |
| Disponível | 0,01% | 0,01% | - |
| Fundo Garantidor | 100% | 100% | |

Em 1º de maio de 2011, foi reformulado o Plano de Demissão Voluntária - PDV, com prazo para adesão de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2016, onde até 31 de dezembro de 2016, 1.590 funcionários aderiram ao plano. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, 79 funcionários já haviam se desligado da Companhia. No exercício, a despesa com desligamento foi de R\$ 46.920 (R\$ 66.574 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017).

A Companhia reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, um ajuste líquido na avaliação atuarial entre as provisões do plano de benefício pós-emprego, "IPE SAÚDE" e "PDV" de R\$ 13.865. Esse ajuste foi realizado com base no laudo técnico preparado pelo atuário externo da Companhia, atualizado para esta data-base.

ESTRUTURA JURÍDICA

A Fundação Corsan caracteriza-se como entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada, constituída sob forma de fundação pela Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan.

GESTÃO DE INVESTIMENTOS

A gestão dos fundos de investimentos da Fundação Corsan está estruturada na forma de gestão própria e terceirizada, sendo a gestão dos fundos de investimentos totalmente terceirizada, e a gestão de imóveis e empréstimos realizada pela própria Fundação Corsan.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Fundação Corsan planeja e acompanha seus investimentos, de acordo com as normas estabelecidas na Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, bem como em conformidade com sua política de investimentos.

O processo de planejamento e revisão da PI é anual e se inicia no mês de outubro, com reuniões entre a área de Investimentos, o Comitê de Investimentos, a Consultoria Financeira e a Diretoria Executiva. Depois de estruturada, a PI é submetida pela Diretoria Executiva ao Conselho Deliberativo para aprovação.

FONTES DE RECURSOS

A Fundação Corsan obtém recursos decorrentes de:

- * contribuição de participantes ativos e assistidos;
- * contribuição mensal das patrocinadoras, principalmente da Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan;
- * receitas de aplicações do patrimônio.

GESTÃO DE RECURSOS

A Fundação Corsan delega a instituições financeiras, criteriosamente selecionadas, a gestão de parte de seus recursos, realizando acompanhamento diário destes gestores e fundos de investimentos.

CUSTEIO ADMINISTRATIVO

A definição das fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas é de competência do Conselho Deliberativo e deverá estar expressamente prevista no plano de custeio e no orçamento anual.

DESPESAS DE ADMINISTRAÇÃO DO PLANO

As despesas de administração do plano de benefício são cobertas, paritariamente, por uma parcela de contribuições dos participantes ativos e patrocinadoras. No exercício de 2018, as despesas de administração somaram 8% sobre a base de contribuições aprovada pelo Conselho Deliberativo.

22 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social da Companhia é de R\$ 1.635.145 e R\$ 939.148 respectivamente, estando assim representado:

| Acionistas | Ações ordinárias | Ações preferenciais | Total ações | Capital total (%) | Capital votante (%) | Ações preferenciais (%) |
|--|--------------------|---------------------|--------------------|------------------------|------------------------|-------------------------|
| Estado do Rio Grande do Sul | 306.756.796 | 306.756.796 | 613.513.592 | 99,99999348018 | 99,99999348018 | 99,99999348018 |
| Prefeitura Municipal de Estrela | 5 | 5 | 10 | 0,00000162996 | 0,00000162996 | 0,00000162996 |
| Prefeitura Municipal de Carazinho | 3 | 3 | 6 | 0,00000097797 | 0,00000097797 | 0,00000097797 |
| Prefeitura Municipal de São Marcos | 2 | 2 | 4 | 0,00000065198 | 0,00000065198 | 0,00000065198 |
| Prefeitura Municipal de Muçum | 2 | 2 | 4 | 0,00000065198 | 0,00000065198 | 0,00000065198 |
| Prefeitura Municipal de Rosário do Sul | 2 | 2 | 4 | 0,00000065198 | 0,00000065198 | 0,00000065198 |
| Prefeitura Municipal de Lajeado | 2 | 2 | 4 | 0,00000065198 | 0,00000065198 | 0,00000065198 |
| Prefeitura Municipal de Quaraí | 2 | 2 | 4 | 0,00000065198 | 0,00000065198 | 0,00000065198 |
| Prefeitura Municipal de Cerro Largo | 2 | 2 | 4 | 0,00000065198 | 0,00000065198 | 0,00000065198 |
| Total | 306.756.816 | 306.756.816 | 613.513.632 | 100,00000000000 | 100,00000000000 | 100,00000000000 |

Em 27 de março de 2018 foi destinado o saldo da conta de Reserva de Retenção de Lucros existente em 31/12/2016 no valor de R\$ 695.997 para aumento de capital, em atendimento ao art. 199 da Lei nº 6404/76.

Dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, na forma prevista em lei. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foram outorgados planos de opções de compra de ações.

Os aumentos de capital poderão ser deliberados com a exclusão do direito de preferência dos acionistas à subscrição de novos valores mobiliários emitidos pela Companhia, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei nº 6.404/76.

b) Reservas de capital

As reservas de capital compreendem doações de instalações e equipamentos de particulares e órgãos públicos. De acordo com a Lei nº 11.638/07, a partir de 2008, as referidas doações passaram a ser registradas no resultado do exercício, e após transitarem no resultado, as doações de órgãos públicos são destinadas para reserva de incentivos fiscais.

c) Outros resultados abrangentes

A Companhia procedeu à reavaliação dos bens do ativo imobilizado nos exercícios de 1989, 1990, 1993 e 1994. Em contrapartida, foi constituída reserva de reavaliação no patrimônio líquido, sendo que a realização se dá através de depreciação e baixas dos respectivos bens, cujo total em 31 de dezembro de 2018 monta R\$ 71.010 (R\$ 72.659 em 31 de dezembro de 2017), líquido de efeitos tributários.

Com a aplicação do ICPC01 – Contratos de concessão, o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foi considerado como o valor justo do ativo intangível relacionado à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009, e a reserva de reavaliação, transferida para a conta de “outros resultados abrangentes”.

Esses efeitos são revertidos para lucros acumulados na proporção em que os ativos são depreciados ou somente no caso de alienação ou baixa do ativo. O valor realizado contra lucros acumulados no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 totalizou R\$ 1.649, líquido dos efeitos tributários (R\$ 1.755 em 31 de dezembro de 2017).

Conforme previsto pela Deliberação CVM nº 695/2012, os eventuais ativos ou passivos

decorrentes de ganhos ou perdas atuariais passaram a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras na conta de outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui registrado uma perda atuarial de R\$ 127.563 líquido dos seus efeitos tributários (R\$ 82.474 registrado como perda atuarial em 31 de dezembro de 2017).

d) Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia prevê que do lucro líquido no mínimo 25% serão destinados aos acionistas como dividendos. Para o exercício de 2018, conforme ata de Reunião de Diretoria nº 71, de 10 de dezembro de 2018, ratificado pelo Conselho de Administração em reunião dia 29/01/2019, foi deliberado que será destinado aos acionistas como dividendos o valor de juros sobre capital próprio conforme previsto no art. 9º da Lei 9.249/95 e decreto estadual 48.990/2012 e alterações, na proporção das ações que os mesmos possuem.

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|-----------------|------------|
| Lucro líquido do exercício | 292.087 | 382.678 |
| (-) Reserva legal (5%) | (14.604) | (19.134) |
| (+) Ajustes lei nº 12.973/14 | 1.814 | (627) |
| (-) Reserva de incentivos fiscais | (582) | (95) |
| Base de cálculo para dividendos | 278.715 | 362.822 |
| Dividendo | - | 10.270 |
| Juros sobre capital próprio atribuído ao dividendo | 133.792 | 123.974 |
| Total dos juros e dividendos distribuídos | 133.792 | 134.244 |

Para apuração dos dividendos foram considerados os métodos e critérios contábeis vigentes, conforme estabelece a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014.

As ações preferenciais não terão direito a voto, mas gozarão de todos os demais direitos atribuídos às ações ordinárias em igualdade de condições, mais prioridade no reembolso do capital social, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia e dividendos 10% (dez por cento) superiores aos pagos às ações ordinárias, nos termos do inciso II, § 1º, do Artigo 17 da Lei 6404/76.

Os dividendos calculados por ação ordinária e preferencial são conforme o demonstrado a seguir:

| Dividendos / Juros sobre o capital próprio | Total Dividendos | JSCP - Valor líquido |
|--|------------------|----------------------|
| Ações ordinárias | 63.710 | 63.710 |
| Ações preferenciais | 70.082 | 70.082 |
| Total | 133.792 | 133.792 |

A Companhia efetuou no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o registro de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 133.792 (R\$ 123.974 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017), utilizando como base a taxa de juros de longo prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido observando o limite de 50% do somatório dos lucros acumulados e reservas de lucros. Conforme previsto na Lei nº 9.249/95, o valor registrado foi integralmente deduzido na apuração do imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$ 45.489 (R\$ 42.151 em 31 de dezembro de 2017) em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

Para fins de adequação à Deliberação CVM nº 683/12, o valor dos juros sobre capital próprio é registrado no Patrimônio Líquido.

A Companhia imputou parte do valor líquido dos juros creditados a título de remuneração do capital próprio aos dividendos líquido do imposto de renda retido na fonte.

e) Reservas de lucros

Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, é constituída a base de 5% (cinco por cento) do lucro líquido, estando limitada a 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais compreende as doações de instalações e equipamentos de órgãos públicos.

Reserva de retenção de lucros

Esse valor corresponde ao lucro remanescente apurado após as destinações para reserva legal, de incentivos fiscais e dividendos, acrescido das contabilizações efetuadas diretamente na conta de lucros acumulados.

Os recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos sistemas de abastecimento de água, de sistemas de esgoto e desenvolvimento institucional, de forma a atender aos projetos previstos no orçamento da Companhia, com base em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

| Reserva de lucros | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|-------------------------------|-------------------|-------------------|
| Reserva legal | 121.500 | 106.896 |
| Reserva de incentivos fiscais | 2.336 | 1.754 |
| Reserva de retenção de lucros | 375.718 | 926.957 |
| Total | 499.554 | 1.035.607 |

f) Adiantamento para futuro aumento de capital

Com base em faculdade prevista pelo Estatuto Social da Companhia, a Companhia mantém registrado como adiantamento para futuro aumento de capital o montante de R\$ 47.183 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 31.911 em 31 de dezembro de 2017), oriundo de repasse de recursos do Orçamento Geral da União - OGU e da Fundação Nacional da Saúde - FUNASA. Em 11 de janeiro de 2018, a Corsan foi comunicada do cancelamento dos Termos de Compromisso OGU PAC 2 - Estudos e Projetos de Água e Esgoto pelo Ministério das Cidades, todos assinados em 31/10/2011 entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Ministério das Cidades.

Em função disso, em 26 de janeiro de 2018, procedeu a devolução de Recursos de Repasse do Orçamento Geral da União no montante de R\$ 387.

Em agosto e setembro de 2018, a Corsan foi comunicada da finalização dos Termos de Compromisso OGU PAC 1 e 2 nº 0350934-85/2011 e 0237831-52/2007 referente às cidades de Venâncio Aires e Cachoeira do Sul. Em função disso, procedeu a devolução de Recursos de Repasse do Orçamento Geral da União no montante de R\$ 3 e R\$ 183, respectivamente.

23 - TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas com partes relacionadas são divulgadas em atendimento à deliberação nº 642/10 da CVM.

As partes relacionadas são as seguintes:

Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Banco do Estado do Rio Grande do Sul - BANRISUL, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, Companhia Estadual Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-d, Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CGTE, Companhia Estadual de Silos e Armazéns - CESA, Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul - PROCERGS, Companhia Riograndense de Mineração - CRM, Fundação Corsan dos Funcionários da Companhia Riograndense de Saneamento - FunCorsan, Instituto de Previdência do Estado - IPE.

a) Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Os valores a seguir demonstrados evidenciam as transações entre a Corsan e o Estado do Rio Grande do Sul:

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|-------------------|-------------------|
| Contas de água e esgoto - saldo a receber | 6.566 | 18.217 |
| Aplicações no caixa único do Estado | 6.915 | 3.823 |
| Juros sobre o capital próprio a pagar para o Governo do Estado (*) | (222.613) | (230.926) |
| Dividendos propostos a pagar para o Governo do Estado (*) | - | (10.270) |

(*) Nota explicativa 22.d

O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto para o Estado do Rio Grande do Sul em 2018 foi de R\$ 50.852 (R\$ 46.784 em 2017).

Criado pelo Decreto nº 33.959, de 31 de maio de 1991, o Sistema Integrado de Administração de Caixa no Estado - SIAC determina que os órgãos da Administração direta e indireta centralizem no Tesouro Estadual as disponibilidades de recursos em suas contas bancárias. Os recursos depositados são remunerados com base nos rendimentos dos títulos que compõem a Dívida Pública Estadual.

b) Banco do Estado do Rio Grande do Sul - BANRISUL

O valor pago pelo serviço de arrecadação de contas de água, esgoto e serviços e débitos/repasse durante o ano de 2018 foi de R\$ 6.407 (R\$ 5.607 em 2017).

O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto em 2018 foi de R\$ 293 (R\$ 276 em 2017). O saldo a receber em 31 de dezembro de 2018 é inferior a R\$ 1 (inferior a R\$ 1 em 31 de dezembro de 2017).

c) Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto em 2018 foi de R\$ 2 (R\$ 4 em 2017). Não há saldo a receber em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

d) Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-d

Os valores devidos referem-se à compra de energia elétrica nas áreas de concessão da CEEE-d e da Corsan. O valor contratado durante o ano de 2018 foi de R\$ 53.280 (R\$ 40.013 no ano de 2017). O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 4.448 (R\$ 3.458 em 31 de dezembro de 2017).

O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto em 2018 foi de R\$ 54 (R\$ 46 em 2017). Não há saldo a receber em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

e) Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CGTE

O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto em 2018 foi de R\$ 157 (R\$ 162 em 2017). Não há saldo a receber em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

f) Companhia Estadual de Silos e Armazéns - CESA

O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto em 2018 foi de R\$ 36 (R\$ 41 em 2017). O saldo a receber em 31 de dezembro de 2018 é inferior a R\$ 1 (inferior a R\$ 1 em 31 de dezembro de 2017).

g) Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul - PROCERGS

Os valores devidos à PROCERGS referem-se ao contrato de prestação de serviços na área de tecnologia da informação. O valor contratado durante o ano de 2018 foi de R\$ 45.181 (R\$ 35.027 no ano de 2017). O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 3.054 (R\$ 3.117 em 31 de dezembro de 2017).

O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto em 2018 foi de R\$ 8 (R\$ 7 em 2017). Não há saldo a receber em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

h) Companhia Riograndense de Mineração – CRM

O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto em 2018 foi de R\$ 18 (R\$ 18 em 2017). Não há saldo a receber em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

i) Fundação Corsan

| Composição da dívida | Indexador | Taxa de juros | Último vencimento | Circulante | | Não circulante | |
|----------------------|-------------------------------|---------------|-------------------|---------------|---------------|----------------|---------------|
| | | | | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
| Contrato 1298 | INPC | 6% a.a | 31/03/18 | - | 1.259 | - | - |
| Contrato 122001 | Média INPC/IPC/IGP-M e IGP-DI | 6% a.a | 21/12/20 | 21.194 | 19.861 | 18.914 | 34.937 |
| Contrato 122005 | (*) | | 01/09/20 | 138 | 15.336 | - | 13.602 |
| | | | | 21.332 | 36.456 | 18.914 | 48.539 |

(*)O contrato 122005 é revisado anualmente através de cálculos atuariais.

Os contratos referem-se a parcelamentos de custo de serviço passado e estão garantidos pela arrecadação da receita tarifária de água e esgoto até o limite das obrigações (principal e encargos).

Em 31 de dezembro de 2018, o montante dos compromissos com a Fundação Corsan, no não circulante, tem a seguinte composição por ano de vencimento:

| Ano | Valor |
|--------------|---------------|
| 2020 | 18.914 |
| Total | 18.914 |

j) Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPE

Os valores devidos ao IPE referem-se a contrato de assistência à saúde dos funcionários da Corsan. O valor pago durante o exercício de 2018 foi de R\$ 14.981 (R\$ 13.127 no ano de 2017). O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 4.234 (R\$ 3.857 em 31 de dezembro de 2017).

O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto em 2018 foi de R\$ 70 (R\$ 66 em 2017). Não há saldo a receber em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

k) Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração dos administradores da Companhia, formado pela Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário é estabelecida conforme Decreto 45.273/07 e Resolução 04/09 do Comitê de Governança Corporativa das Empresas Estatais. A Corsan não possui política de remuneração através de plano baseado em ações.

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--------------------------|--------------|--------------|
| Remuneração e benefícios | 3.146 | 3.278 |
| Encargos sociais | 430 | 451 |
| Total | 3.576 | 3.729 |

24 - RECEITA LÍQUIDA

A Corsan opera os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A receita líquida de serviços apresenta a seguinte composição:

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|-----------------------------------|------------------|------------------|
| Serviços de abastecimento de água | 2.519.769 | 2.407.857 |
| Serviços de esgoto | 170.704 | 158.439 |
| Receitas de construção | 252.955 | 232.328 |
| Impostos sobre receita serviços | (249.828) | (233.443) |
| | 2.693.600 | 2.565.181 |

25 - CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

| Despesas por natureza | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|------------------|------------------|
| Pessoal | 1.011.070 | 966.529 |
| Materiais | 98.265 | 96.532 |
| Energia elétrica | 255.607 | 212.477 |
| Serviços de terceiros | 300.501 | 277.519 |
| Gerais | 219.390 | 123.109 |
| Depreciações e amortizações | 128.553 | 118.298 |
| Provisões | 140.160 | 96.194 |
| Custos de construção | 249.708 | 227.837 |
| Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas | (53.680) | (18.773) |
| | 2.349.574 | 2.099.722 |
| Classificados como: | | |
| Custos dos serviços | 1.781.746 | 1.585.867 |
| Despesas comerciais | 131.361 | 111.940 |
| Despesas administrativas | 490.147 | 420.688 |
| Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas | (53.680) | (18.773) |
| | 2.349.574 | 2.099.722 |

26 - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|-----------------|---------------|
| Receitas financeiras | 104.198 | 116.330 |
| Acréscimos por inadimplementos | 31.992 | 30.012 |
| Variações monetárias ativas | 5.284 | 26.937 |
| Receitas financeiras pela realização de AVP | 41.298 | 42.454 |
| Variações cambiais ativas | 5.639 | 4.600 |
| Outras receitas financeiras | 19.985 | 12.327 |
| Despesas financeiras | (60.552) | (75.870) |
| Juros e taxas sobre financiamentos | (11.197) | (10.280) |
| Juros e taxas sobre outras obrigações | (6.237) | (8.332) |
| Variações monetárias passivas | (32.112) | (52.482) |
| Variações cambiais passivas | (10.247) | (4.776) |
| Outras despesas financeiras | (759) | - |
| Resultado financeiro líquido | 43.646 | 40.460 |

27 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos. Todas as operações são integralmente reconhecidas na contabilidade. As avaliações de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, bem como gerenciamento de riscos estão relatados a seguir:

a) Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2018, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa - está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil na data do balanço. As aplicações mantidas pela Companhia como equivalentes de caixa são de liquidez imediata e têm risco insignificante de mudança de seus valores;

Aplicações financeiras - referem-se, substancialmente, a fundos de investimento de renda fixa e aplicações junto ao SIAC (Sistema Integrado de Administração de Caixa do Estado), com liquidez diária;

Contas a receber - decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registradas pelos seus valores originais, ajustadas por perdas estimadas para credores de liquidação duvidosa;

Ativos financeiros - referem-se a valores a serem indenizados pelo poder concedente, relativos aos contratos de programa não renovados;

Contas a pagar - decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações monetárias, quando aplicável;

Empréstimos e financiamentos e debêntures - são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado pelo método de taxa efetiva de juros e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos e financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis na data do balanço;

Dívidas com a Fundação Corsan - estão contabilizadas pelos seus valores contratuais, conforme descrito na nota 23i.

A Companhia adota a técnica de mensuração a valor justo e comparação de preços e valores observados no mercado (nível 2).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o valor justo dos instrumentos financeiros se aproxima dos valores registrados contabilmente. O valor justo dos instrumentos financeiros é apurado conforme descrito na nota 2.10.

b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar instrumentos financeiros derivativos, tais como os contratos a termo, swaps, opções, futuros, swaps com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos, derivativos exóticos e todas as demais operações com derivativos, independentemente da forma como sejam contratados.

c) Gerenciamento de riscos

Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco da Companhia, sob a administração dos seus diretores. A administração destes riscos é efetuada com base na política de controle, a qual estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição.

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

i) Risco de crédito:

A Companhia está potencialmente sujeita ao risco de crédito da contraparte em suas operações financeiras e contas a receber. Dentre os procedimentos adotados para minimizar os potenciais riscos financeiros e comerciais, destacamos: a seletividade das instituições financeiras e monitoramento constante dos valores a receber de clientes. Não há clientes que individualmente representem mais que 5% do total das contas a receber da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

ii) Risco de liquidez:

Risco de liquidez representa o encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas (substancialmente empréstimos e financiamentos). A Companhia tem políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar. A tabela abaixo demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da Companhia:

| | Projeção incluindo juros futuros | | | Total |
|------------------------------|----------------------------------|----------------|----------------|------------------|
| | Até 1 ano | De 1 a 3 anos | Mais de 3 anos | |
| Empréstimos e financiamentos | 88.870 | 267.158 | 478.460 | 834.488 |
| Parcelamento de impostos | 15.340 | 51.230 | - | 66.570 |
| Debêntures | 9.713 | 14.744 | - | 24.457 |
| Fornecedores | 113.736 | - | - | 113.736 |
| Dívidas Fundação Corsan | 22.602 | 20.050 | - | 42.652 |
| | 250.261 | 353.182 | 478.460 | 1.081.903 |

iii) Risco de mercado:

Risco da taxa de juros: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado.

Risco de taxas de câmbio: Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira e o saldo passivo de contratos de financiamentos com indexador em moeda estrangeira. Não há outros ativos ou passivos indexados a moedas estrangeiras. A Companhia avalia sua exposição cambial de forma continuada, visando manter os valores contratados em patamares mínimos em relação aos passivos totais.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DE VARIAÇÕES NA TAXA DE JUROS E CÂMBIO

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possui exposição na data-base de 31 de dezembro de 2018, foram definidos 03 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o ano de 2019 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações crescentes de 25% e 50%, respectivamente, para tais empréstimos. Os cenários são elaborados desconsiderando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos.

| Operação | Risco | 2018 | (Perdas) Ganhos financeiros | | | | |
|------------------|----------|------------------|-----------------------------|-----------|------------------|-------------|-------------|
| | | | Queda 25% | Queda 50% | Cenário provável | Aumento 25% | Aumento 50% |
| Empréstimos | TR | (221.554) | - | - | - | - | - |
| Empréstimos | TJLP | (208.859) | (11.663) | (9.719) | (14.578) | (18.223) | (21.868) |
| Empréstimos | US Dólar | (28.902) | 6.081 | 9.884 | 375 | (6.756) | (13.888) |
| Debêntures | TJLP | (23.156) | (1.293) | (1.078) | (1.616) | (2.020) | (2.424) |
| | | (482.471) | (6.875) | (913) | (15.819) | (26.999) | (38.180) |
| <i>Indexador</i> | TR / UPR | | 0,00 | 0,00 | 0,00* | 0,00 | 0,00 |
| | TJLP | | 5,58 | 4,65 | 6,98** | 8,73 | 10,47 |
| | US Dólar | 3,85 | 3,04 | 2,53 | 3,80*** | 4,75 | 5,70 |

Fontes:

* Portal Brasil

** BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

*** Focus - Relatório de Mercado

d) Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos no contrato de debêntures.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

O capital é administrado por meio do quociente de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos com rendimento, fornecedores e outros exigíveis, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, como demonstrado abaixo.

| | Nota | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|------|------------------|------------|
| Empréstimos e financiamentos | 14 | 611.072 | 443.788 |
| Parcelamento de impostos e contribuições | 17 | 57.887 | 66.299 |
| Debêntures | 15 | 23.156 | 31.790 |
| Fornecedores | 16 | 113.736 | 118.420 |
| Dívida Fundação Corsan | 23.i | 40.245 | 84.995 |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa | 5 | (66.164) | (79.703) |
| (-) Aplicações financeiras | 5 | (63.555) | (59.968) |
| Dívida líquida | | 716.377 | 605.621 |
| Patrimônio e adiantamentos | | 2.142.477 | 2.014.000 |
| Capital social e dívida líquida | | 2.858.854 | 2.619.621 |
| Quociente de alavancagem | | 25,06% | 23,12% |

28 - MUDANÇAS NOS PASSIVOS DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

A seguir, é apresentada a movimentação das mudanças nos passivos de atividades de financiamento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

| | 31/12/2017 | Fluxo de caixa | Adições | Variações monetárias | Juros | Transferências | 31/12/2018 |
|---|------------|----------------|---------|----------------------|--------|----------------|------------|
| Empréstimos e financiamentos circulante | 56.793 | (97.178) | - | 1.991 | 36.359 | 67.846 | 65.811 |
| Debêntures circulante | 9.146 | (10.464) | - | - | 1.286 | 9.264 | 9.232 |
| JSCP e dividendos a pagar | 241.196 | (152.375) | 133.792 | - | - | - | 222.613 |
| Empréstimos e financiamentos não circulante | 386.995 | 221.108 | - | 5.005 | - | (67.846) | 545.261 |
| Debêntures não circulante | 22.644 | - | - | 544 | - | (9.264) | 13.924 |
| Contratos de repasse (FUNASA, ANA) | 9.232 | 12.099 | - | - | - | - | 21.331 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 31.911 | 15.272 | - | - | - | - | 47.183 |

Jorge Luiz Costa Melo

Diretor-Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Alberto Carlos Paganella

Diretor Administrativo

Eduardo Barbosa Carvalho

Diretor de Operações

Jean Carlo Flores Bordin

Diretor de Inovação,
Relacionamento e Sustentabilidade

Marcus Vinicius Caberlon

Diretor de Expansão e

Diretor Comercial

Graziela Bohn Flores

Superintendente de Contabilidade
Contadora CRC/RS nº 070280/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018.

Ilmos. Srs.

Conselheiros, Diretores e Acionistas da
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - Corsan
Porto Alegre - RS

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - Corsan, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - Corsan em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

ENFASE

• Seguros

Conforme mencionado na nota explicativa nº 13, a Companhia não possui cobertura de seguro em vigência que garanta indenização em caso de eventual sinistro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

• Fundação Corsan - Funcorsan

Conforme nota explicativa nº 21, a Corsan é patrocinadora de um Plano de Benefícios de Entidade Fechada de Previdência Complementar, denominado BD nº 001, administrado atualmente pela FunCorsan, cujas demonstrações financeiras são auditadas por outros auditores independentes. Até a presente data, a Corsan, ainda, não havia recebido o Relatório do Auditor Independente referente às demonstrações financeiras, nem o parecer do atuário da Fundação, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Nossa opinião não apresenta modificação em relação a esse assunto.

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

• Reconhecimento das receitas a faturar

Parte das receitas reconhecidas pela Companhia refere-se a serviços prestados e não faturados aos consumidores finais ("receitas a faturar"), uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucede ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$ 82.386 mil em 31 de dezembro de 2018 e está divulgado na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras.

O cálculo da receita não faturada foi um assunto significativo para a nossa auditoria da Companhia devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da Administração acerca da estimativa de consumo pelos consumidores, a fim de garantir que a receita seja contabilizada na competência correta.

• Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a avaliação dos controles internos implementados pela Companhia para o cálculo da receita não faturada, incluindo a compreensão e documentação do processo de estimativa, determinação e revisão das premissas por parte da Administração. Utilizamos, também, os nossos especialistas em auditoria de sistemas para testar a integridade e precisão dos dados e relatórios extraídos do sistema de faturamento e que são utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada, além do recálculo destas receitas.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

• Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais

Conforme divulgado na nota explicativa nº 20, a Companhia é parte em diversos processos fiscais, trabalhistas e cíveis, cujo valor agregado totaliza R\$ 549.143 mil em 31 de dezembro de 2018, para os quais não foi constituída provisão para perdas considerando que a sua probabilidade de perda foi avaliada como possível pelos seus consultores jurídicos. Desse montante, R\$ 295.836 mil se referem a ações de natureza cível e fiscal.

Focamos nesta área devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, ao grau de julgamento envolvido na determinação se uma provisão deve ser constituída, sua estimativa de valor e a probabilidade de desembolso financeiro, bem como pela complexidade dos assuntos e do ambiente tributário no Brasil.

• Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, a utilização de especialistas para auxiliar na avaliação das opiniões legais obtidas pela Companhia, bem como na realização de reuniões periódicas com a Administração e revisão das atas do Conselho de Administração para

discutir a evolução dos principais processos judiciais em aberto. Também obtivemos cartas de confirmação dos consultores jurídicos da Companhia, a fim de comparar suas avaliações acerca das causas em aberto com as posições consideradas pela Administração.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre esses assuntos que estão mencionados nas notas explicativas nºs 2.11 e 20 às demonstrações financeiras e especificamente sobre as contingências mais significativas.

Avaliamos as premissas e os julgamentos feitos pela administração para a mensuração dessas contingências, considerando os critérios e a política contábil de reconhecimento desses riscos adotados pela Companhia. Também obtivemos entendimento da metodologia de provisionamento e questionamos premissas utilizando o conhecimento e experiência de nossos especialistas. Além disso, obtivemos confirmações formais de advogados da Companhia quando apropriado. Consideramos também a adequação das divulgações (notas explicativas nºs 2.11 e 20), feitas em relação às provisões e contingências dos riscos trabalhistas, cíveis e fiscais.

• Ativo Financeiro e Intangível - Infraestrutura da Concessão

Conforme divulgado nas notas explicativas nºs 10 e 12 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui registrado como ativo financeiro e intangível da concessão os montantes de R\$ 365.781 mil e R\$ 3.201.748 mil, respectivamente, que representam a infraestrutura da concessão.

O valor dos investimentos aplicados na infraestrutura a serviço da concessão é parte essencial na metodologia aplicada pelo poder concedente para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia aos consumidores finais, nos termos dos Contratos de Concessão. As definições de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados como custo da infraestrutura é passível de julgamento por parte da Administração. Durante o ano de 2018, a Companhia reconheceu em seu ativo investimentos na infraestrutura da concessão o montante de R\$ 314.629 mil. Adicionalmente, a determinação dos gastos que se qualificam como investimento na infraestrutura da concessão também impacta diretamente a avaliação do ativo financeiro da concessão, que representa a parcela dos investimentos efetuados pela Companhia que não serão completamente amortizados ao final do prazo de concessão e serão indenizados pelo poder concedente.

Devido às especificidades atreladas ao processo de capitalização e avaliação subsequente de gastos com infraestrutura, além da magnitude dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

• Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, a avaliação dos controles internos implementados pela Companhia sobre a contabilização dos investimentos em infraestrutura, incluindo os custos, as políticas estabelecidas pela Administração para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes.

Avaliamos também os valores do ativo financeiro registrados pela Companhia com critérios estabelecidas pelas normas contábeis vigentes.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

• Redução ao valor recuperável - Impairment

De acordo com a nota explicativa nº 2.21, os ativos financeiros e não financeiros foram revistos na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

• Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Avaliamos as bases de dados e projeções feitas pela Administração, relativas à geração futura de caixa, previsto no CPC 01 (R1), ressaltando que modelos de projeção estão sempre sujeitos à crítica e à avaliação e que seus resultados refletem opções metodológicas de modelagem. De acordo com os estudos apresentados e o conhecimento de nossos especialistas, obtivemos entendimento de que a metodologia utilizada está adequada às atividades da Companhia.

Nos estudos elaborados pela Companhia não foi identificado qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável desses ativos.

• Créditos Fiscais

Os créditos fiscais oriundos de diferenças temporárias são registrados na medida em que a Administração considera provável que haverá lucro tributário futuro. A projeção de lucro tributário futuro contém diversas premissas de natureza subjetiva estabelecidas pela Administração. Conforme está divulgado na nota explicativa nº 8, a Companhia possui registrado como crédito fiscal diferido o montante de R\$ 454.428 mil.

Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário futuro poderia modificar significativamente os prazos previstos para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil.

• Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Testamos a efetividade dos principais controles estabelecidos pela Administração para apuração dos créditos fiscais, seu registro nos termos das normas contábeis que incluem a necessidade de análise das perspectivas de realização desses créditos, mediante projeções de lucros tributários futuros, para a Companhia.

Realizamos testes de desenho e a efetividade dos principais controles sobre as respectivas divulgações, bem como comparamos as premissas críticas utilizadas para a projeção dos resultados futuros com informações de projeções macroeconômicas divulgadas no mercado e com dados históricos para corroborar a consistência das estimativas.

Consideramos que as premissas adotadas pela Administração são apropriadas e consistentes com as divulgações em notas explicativas.

• Benefícios concedidos a empregados

Em 31 de dezembro de 2018, os valores provisionados no balanço patrimonial divulgado na nota explicativa nº 21 somavam o montante de R\$ 982.864 mil. O valor desse passivo atuarial é determinado por cálculos atuariais elaborados por atuário independente contratado pela

administração da Companhia, líquido dos ativos garantidores. O cálculo é efetuado com base em premissas atuariais e informações cadastrais sobre participantes dos planos de pensão e assistência médica.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância do saldo provisionado no balanço patrimonial referente a benefícios concedidos a empregados e julgamentos significativos em relação às premissas dos planos de benefícios.

• **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Nossa abordagem de auditoria considerou o entendimento dos principais controles relacionados ao processo de mensuração do passivo atuarial e testes da efetividade dos controles considerados chave. Adicionalmente, nossa resposta de auditoria considerou testes de detalhes sobre as informações individuais cadastradas nos bancos de dados usados para o cálculo do passivo atuarial. As evidências de auditoria, consideradas necessárias, foram também obtidas por meio de testes das bases de dados de participantes ativos e assistidos dos planos de pensão e assistência médica. Outros aspectos relevantes da nossa abordagem de auditoria incluíram a avaliação das premissas-chave que suportam o cálculo do passivo atuarial, tais como projeções de crescimento salarial, tábuas de mortalidade e invalidez, custos médicos e estimativa da taxa de desconto. Esses procedimentos foram executados com o apoio da nossa equipe de especialistas em cálculos atuariais e incluíram ainda a revisão da coerência lógica e consistência aritmética do modelo utilizado para estimar o valor do passivo atuarial, avaliação da competência técnica do atuário externo independente responsável por preparar o cálculo atuarial e revisão da conciliação do laudo atuarial com os saldos das demonstrações financeiras da Companhia. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para determinação do valor do passivo atuarial, bem como as divulgações em notas explicativas, são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

OUTROS ASSUNTOS

Informação Suplementar – Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e Sustentabilidade.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e Sustentabilidade e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e Sustentabilidade e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e Sustentabilidade, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso

relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Eldorado do Sul, 11 de março de 2019.

AudiLink & Cia. Auditores
CRC-RS 003688/F-0
Roberto Caldas Bianchessi
Contador CRC/RS 040078/O-7 S-RS

RESUMO RELATÓRIO DE ATIVIDADES COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Aos Conselheiros de Administração da
Corsan - Companhia Riograndense de Saneamento

1 - APRESENTAÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan) é um órgão estatutário de caráter permanente, instaurado em 20 de junho de 2018 e vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia. Seu funcionamento se dá de acordo com o Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração, em 27/08/18, e está sujeito às regras previstas na legislação, especialmente na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Os membros do CAE foram selecionados por meio de chamamento público externo, mediante cumprimento de requisitos técnicos e de integridade.

No cumprimento de suas atribuições, o CAE não é responsável pelo planejamento ou condução de auditorias ou por qualquer afirmação de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Corsan sejam completas e exatas ou de que estejam apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Esta é uma responsabilidade da administração e dos auditores independentes.

De modo semelhante, no exercício de suas atividades, os membros do CAE não estão desempenhando as funções de auditores ou contadores. As avaliações feitas pelo CAE baseiam-se sobretudo nas informações e documentos recebidos das áreas da empresa, dos atuários e dos auditores independentes.

Desde a sua instalação, em 20 de junho de 2018, o CAE é composto pelos seguintes membros: Marco Antônio Mayer Foletto (membro externo independente e Coordenador do CAE), Luiz José Nogueira Lima (membro externo independente) e Nilton dos Santos (membro externo independente).

O presente relatório retrata tão somente as atividades desempenhadas pelo CAE da Corsan, desde 01/07/2018 até a data de 13/03/2019.

2 - RESUMO GERAL DAS ATIVIDADES

No período deste relatório, o CAE realizou 14 reuniões, entre as quais uma tentativa de reunião conjunta com o Conselho Fiscal. As reuniões contemplaram um total de 44 pautas, envolvendo majoritariamente os temas de cálculo atuarial, auditoria interna, demonstrações financeiras e riscos & governança.

No exercício de suas atribuições e de acordo com a análise e discussão das matérias apreciadas, o CAE efetuou demandas dirigidas a diversas áreas da Companhia. As demandas envolveram solicitações de esclarecimentos/informações ou sugestões/recomendações para melhorias de controle ou de processo.

3 - DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

- 3.1 - Auditoria interna
- 3.2 - Auditoria independente
- 3.3 - Informes econômico-financeiros
- 3.4 - Partes relacionadas
- 3.5 - Controles internos, gestão de riscos e compliance
- 3.6 - Canal de denúncias, apurações e ouvidoria
- 3.7 - Outros assuntos
- 3.7.1 - Diretoria de Operações (DOP) - eventos de riscos operacionais e exposição de imagem da Corsan
- 3.7.2 - DEGES e DE PUB - Gestão ambiental
- 3.7.3 - Proposta de avaliação anual dos administradores
- 3.7.4 - 8o Encontro das Auditorias Internas e Governança das Empresas Estaduais de Saneamento

4 - CONCLUSÃO

Os membros do CAE, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, que manifestaram opinião sem ressalvas, e do relatório da administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Considerando as análises e discussões realizadas pelo CAE no transcorrer de suas reuniões, assim como os trabalhos de supervisão e acompanhamento resumidos neste relatório, e tendo por base as informações prestadas pela administração e pelos auditores independentes, que manifestaram sua opinião sem ressalvas, o Comitê entende que os fatos relevantes trazidos a seu conhecimento estão divulgados nas demonstrações financeiras do exercício de 2018, bem como no relatório da administração, sendo assim não há óbice por parte do CAE para a apreciação dos referidos documentos pelo Conselho de Administração.

Conforme previamente discutido com a Administração, o CAE recomenda que a Diretoria da Corsan aprimore os procedimentos e controles quanto à avaliação de riscos das contingências judiciais, à formalização da análise de adoção de pronunciamentos IFRS/CPC, às premissas do cálculo atuarial dos benefícios pós-emprego e das notas explicativas. Adicionalmente, o CAE recomenda que a Diretoria reavalie a política de dividendos da Companhia.

Porto Alegre, 14 de março de 2019.

Marco Antônio Mayer Foletto
Coordenador do CAE

Luiz José Nogueira Lima
Membro do CAE

Nilton dos Santos
Membro do CAE

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam aos exames do Relatório de Administração, das Demonstrações Financeiras e da Proposta para Destinação dos Lucros, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Relatório sem ressalvas do Auditor Independente, AudiLink & Cia. Auditores, datado de 11 de março de 2019, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opinam que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral de Acionistas.

Porto Alegre, 14 de março de 2019.

ROGÉRIO ALVES RIOS

PAULO MARQUES DOS REIS

FELIPE HENRIQUE GIARETTA
Conselheiros

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os abaixo-assinados, membros do Conselho de Administração da Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan, no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras e a Proposta para Destinação dos Lucros, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e considerando o Relatório dos Auditores Independentes, o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário e o Parecer do Conselho Fiscal, deliberam favoravelmente sobre os referidos documentos e propõem sua aprovação por parte dos Acionistas da Companhia.

Porto Alegre, 14 de março de 2019.

AUGUSTO ARNOLD FILHO
Presidente do Conselho

JORGE LUIZ COSTA MELO

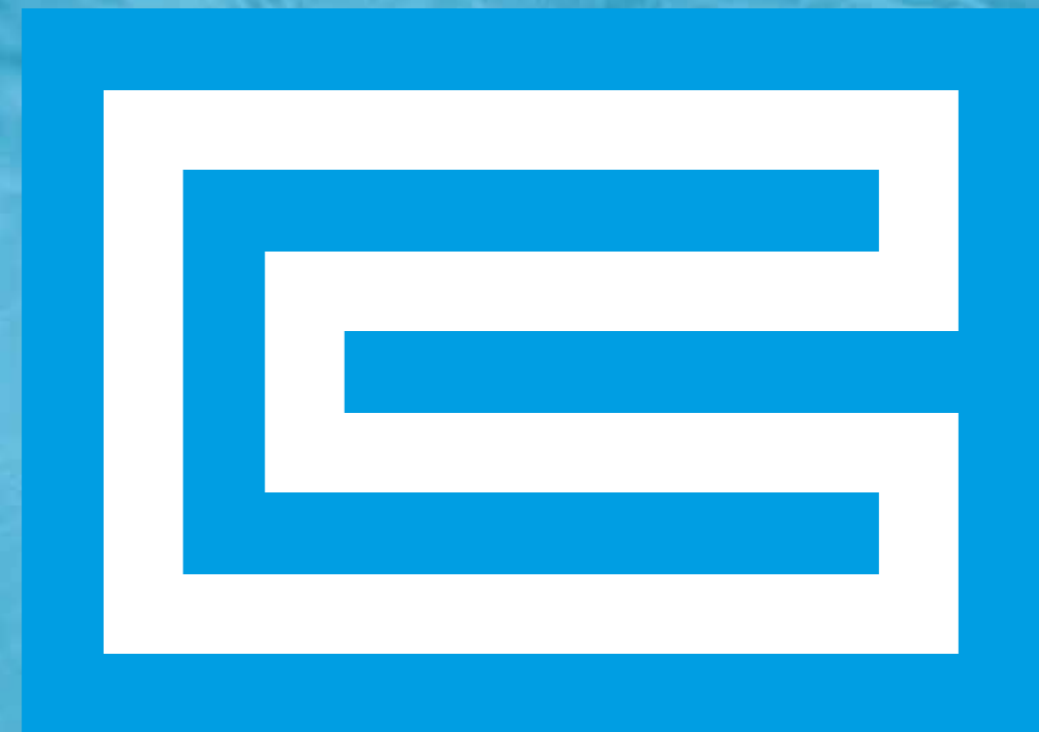
GIOVANNI FIORESE

ODIR LUIZ BACCARIN

PAULO ROBERTO MONSCHAU BERTA

JOSE LUIZ AMARAL MACHADO

LUIZ GUSTAVO DE SOUZA
Conselheiros





NOVAS FAÇANHAS

Companhia Riograndense de Saneamento

CNPJ 92.802.784/0001-90

Rua Caldas Júnior, 120, 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre - RS

www.corsan.com.br